

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - DCSA  
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - CCE  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**VILMA SANTOS DA SILVA**

**O DRAGÃO ASIÁTICO E OS PATOS SENTADOS: A ASCENSÃO DA  
CHINA E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCOSUL**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**2019**

**VILMA SANTOS DA SILVA**

**O DRAGÃO ASIÁTICO E OS PATOS SENTADOS: A ASCENSÃO DA  
CHINA E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCOSUL**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina de Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

**ORIENTADOR:**

Rondinaldo Silva das Almas

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

**2019**

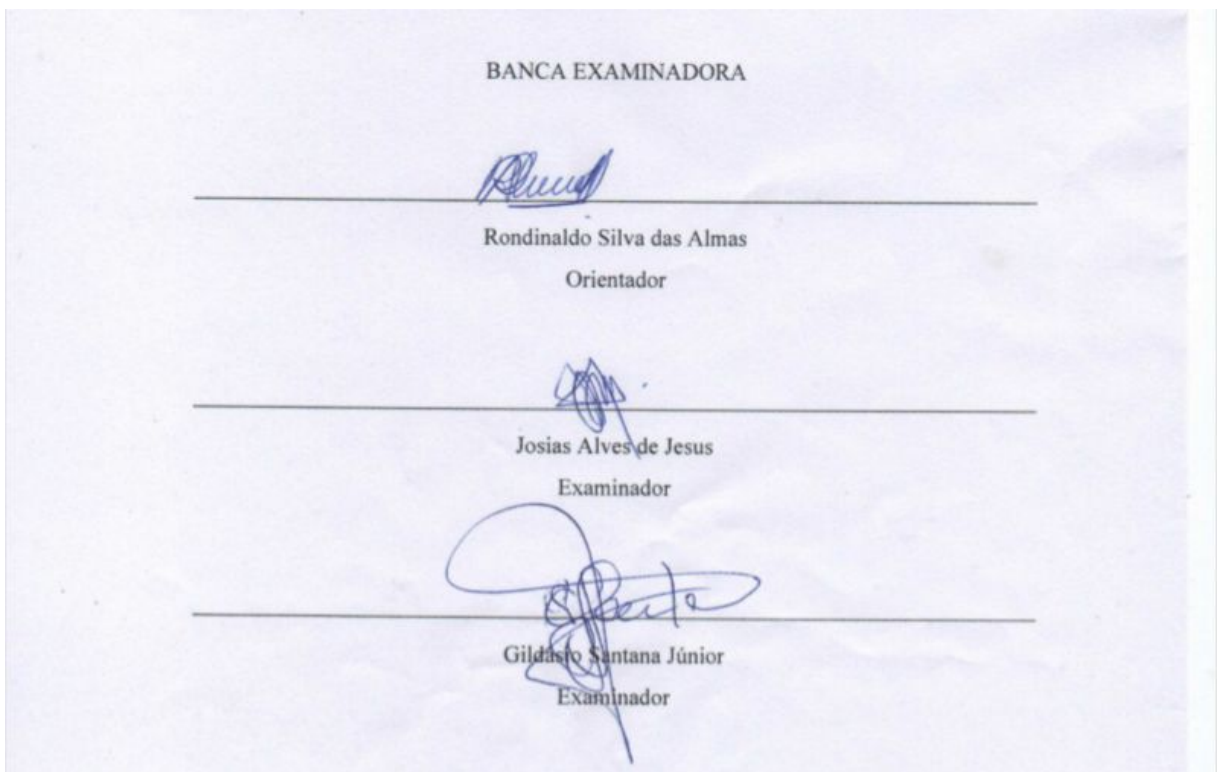
S578i Silva, Vilma Santos da.  
O dragão Asiático e os patos sentados: a ascensão da China e seus impactos sobre o Mercosul. / Vilma Santos da Silva, 2019.  
134f.  
Orientador (a): Rondinaldo Silva das Almas.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.  
Inclui referências. F. 135- 139  
1. Mercosul – Evolução econômica. 2. Desenvolvimento Chinês. 3. Exportação e demandas da China. I. Almas, Rondinaldo Silva das. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

CDD: 341. 78098

**VILMA SANTOS DA SILVA**

**O DRAGÃO ASIÁTICO E OS PATOS SENTADOS: A ASCENSÃO DA  
CHINA E SEUS IMPACTOS SOBRE O MERCOSUL**

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para a aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.



## AGRADECIMENTOS

O grande escritor brasileiro Érico Veríssimo, por quem nutro grande admiração, já dizia que existem dois tipos de viajantes: aqueles que viajam para fugir e aqueles que viajam para buscar. E são estes últimos que devem em seu caminho fazer pausas de tempos em tempos para olhar os lírios do campo e as aves do céu. O escritor faz alusão, assim às intermitências que devemos fazer para avaliarmos o que realmente importa. Cultivarmos nossos amigos e familiares.

Sempre me vi como uma viajante que busca, e a UESB foi o meio de transporte que me impulsionou para um mundo completamente novo e instigante. Agora, chegando ao fim dessa etapa só tenho a agradecer a todos que fizeram minha caminhada mais segura e feliz.

A princípio, agradeço ao Dr. Rondinaldo Silva das Almas, a quem dedico profunda admiração, orientador deste trabalho, e amigo pessoal, pela dedicação e atenção na construção desta pesquisa e principalmente pelo carinho e paciência dedicado a mim nesses anos de convivência.

Ao Dr. Gildásio Santana Júnior por me fazer descobrir a paixão pela Ciência Econômica, por me dedicar uma amizade incondicional e o apoio que tanto necessitei na minha caminhada acadêmica. Obrigada por ser minha inspiração.

Ao professor Antônio Andrade Leal com quem pude compartilhar meu amor pelo universo do cangaço e da cultura popular.

Aos professores Marco Antônio Tavares, Andréa Braz da Costa, Marco Antônio Longuinhos, Josias Alves de Jesus, Máira Ferraz Oliveira Silva, José Antônio Gonçalves dos Santos, Ronan Soares dos Santos, e Roberto Paulo Machado Lopes por quem tenho profunda admiração e que contribuíram com a minha formação profissional e pessoal. Agradeço pela ajuda nos momentos de angústia e pelos bons conselhos.

Agradeço aos meus amigos, ou melhor, os irmãos que Deus me deu, Bruno Aragão, Júlio César e Jobson Gonçalves por todos os momentos felizes, pelo apoio nos momentos difíceis, pelas conversas de doido... por formarmos o eterno quarteto fantástico de economia.

Agradeço ainda a oportunidade de ter conhecido e convivido com pessoas maravilhosas que se tornaram meus grandes amigos de Economia e de História que tanto amo: Almir Vidal, Lorena Campos, Elieser Júnior, Rodolfo Daniel, Rebeca Novais, Marineira

Neves e Andreia de Sousa. Além de que, serei eternamente grata a Deus por ter colocado em minha vida uma das pessoas mais incríveis que já tive a honra de chamar de meu amigo, Thiago Seida com quem divido meus medos, angústias, sonhos...

Ao Programa de Educação Tutorial (PET) onde vivenciei oportunidades ímpares, experiências inigualáveis e que certamente ampliou meus horizontes e me apresentou pessoas honradas, criativas e dedicadas como Paloma Almeida, Faíque Lima, Anne Sthaffany, Lucas Castro, Breno Calasans, Hugo Clapton, Juliana Paula e Valdinei Chagas.

Ao Programa de Acompanhamento de Egressos de Ciências Econômicas (PAEC) da UESB, no qual tive a oportunidade de aprender com grandes profissionais, como Cristiane Libarino e a Professora Máira Ferraz Oliveira Silva.

Por fim, e indubitavelmente não menos importante, dedico este trabalho à minha família. Meu pai, Jorge Alves e minha mãe Noeme Silva que me ajudaram financeiramente para que meu sonho se tornasse realidade.

## RESUMO

O presente trabalho buscou entender a relação comercial bilateral entre a China e os países que compõem o Mercosul, no período 2000-2018. Com base na tipologia desenvolvida por Medeiros (2006), considerando, os efeitos escala e estrutura, analisou quais foram as implicações que a ascensão chinesa teve sobre cinco grupos selecionados da pauta exportadora de cada país do Mercosul de acordo com a classificação *Standard International Trade Classification* (SITC), revisão 3, no nível de dois dígitos. Com dados estatísticos da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a análise revela que a relação da China com os países do Mercosul provocou nestes últimos um aprofundamento da especialização em produção de bens primários, de baixo valor agregado, ao mesmo tempo em que promove uma perda da quota de mercados terceiros onde a China também atua. Assim, no curto prazo, as relações das nações do Mercosul com a China se revelaram positivas, com ganhos mútuos, mas, no longo prazo, essas relações pode acarretar sérios problemas para os países do bloco.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 - Mapa da China destaque para as Zonas econômicas.....	39
Gráfico 1 - Exportação das empresas estrangeiras (1985-2003).....	40
Gráfico 2 - Estágios de atração do investimento direto estrangeiro para a China a partir de 1970 (em US\$ milhões).....	41
Gráfico 3- Investimento Direto Estrangeiro da China no mundo a partir de 1970 (em US\$ bilhões).....	43
Gráfico 4 - Produto Interno Bruto da China- 1970-2017 (em US\$ bilhões a preços correntes).....	45
Gráfico 5 - Importações chinesas de metais diversos - 1995-2017 (em US\$ bilhões a preços correntes) .....	46
Gráfico 6 - Fontes de energia e sua participação no consumo total 1978-2017 (em %).....	47
Gráfico 7 - Consumo de bens duráveis por 100 agregados familiares urbanos 1990-2017....	49
Gráfico 8 - Consumo de bens duráveis por 100 agregados familiares rurais 1990-2017.....	49
Gráfico 9 - Importação de bens de média e alta intensidade tecnológica -1995-2017 (em %).....	50
Gráfico 10 - Importação de bens de baixa intensidade tecnológica - 1995-2017 (em US\$ milhões).....	51
Gráfico 11 - importação de bens de média baixa intensidade tecnológica - 1995-2017 (em %).....	52
Gráfico 12 - Importação de bens de alta intensidade tecnológica - 1995-2017 (em US\$ milhões).....	53
Gráfico 13 - População Economicamente Ativa da China - 1990-2017 (em %).....	54
Tabela 1 - Fluxo de taxas de crescimento total do comércio das exportações chinesas segundo o grau de intensidade tecnológica em US\$ bilhões (1995/2005/2015).....	56
Gráfico 14 - Elo entre o processo de urbanização e o progresso industrial na China 1952-1978 (em %).....	60
Gráfico 15 - Exportação chinesa de manufaturas por grau de intensidade tecnológica -1995-2017 (em US\$ bilhões).....	62

Gráfico 16 - Brasil - Exportação total - 2000-2018 (a preços correntes em US\$ bilhões).....	91
Tabela 2 - Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2000 (em US\$ milhões).....	95
Tabela 3 - Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2018 (em US\$ bilhões).....	96
Tabela 4 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> brasileiro das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	97
Tabela 5 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> brasileiro do petróleo e seus derivados 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	98
Tabela 6 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> brasileiro das carnes 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	98
Tabela 7 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> brasileiro ferro e aço 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	99
Tabela 8 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> brasileiro dos veículos automotores 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	99
Gráfico 17 - Argentina - Exportação total - 2000-2018 (a preços correntes em US\$ bilhões).....	101
Tabela 9 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2000 (em US\$ milhões).....	104
Tabela 10 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2018 (em US\$ milhões).....	105
Tabela 11 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> argentino das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	106
Tabela 12 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> argentino do petróleo e seus derivados 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	106
Tabela 13 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> argentino das manufaturas de metais 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	107
Tabela 14 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> argentino ferro e aço 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	107
Tabela 15 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> argentino dos veículos automotores 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	108

Gráfico 18 - Paraguai - Exportação total - 2000-2018 (a preços correntes em US\$ bilhões).....	109
Tabela 16 - Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2000 (em US\$ milhões).....	112
Tabela 17 - Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2018 (em US\$ milhões).....	113
Tabela 18 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> paraguaio das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	114
Tabela 19 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> paraguaio das carnes e carnes processadas 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	114
Tabela 20 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> paraguaios dos metais não ferrosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	115
Tabela 21 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> paraguaios dos artigos manufaturados diversos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	115
Tabela 22 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> do Paraguai de informática e telecomunicações 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	116
Gráfico 19 - Uruguai - Exportação total - 2000-2018 (a preços correntes em US\$ bilhões).....	117
Tabela 23 - Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2000 (em US\$ milhões).....	120
Tabela 24 - Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2018 (em US\$ milhões).....	121
Tabela 25 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> uruguaio das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	122
Tabela 26 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> uruguaio das carnes e carnes processadas 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	122
Tabela 27 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> uruguaio dos produtos químicos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	123
Tabela 28 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> uruguaio das matérias-primas agrícolas 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	123
Tabela 29 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> do Uruguai de máquinas e equipamentos de transporte 2000/2010/2018 (em US\$ milhões).....	124

Gráfico 20 - Venezuela - Exportação total - 2000-2018 (a preços correntes em US\$ bilhões).....	125
Tabela 30 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2000 (em US\$ milhões).....	128
Tabela 31 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados 2016 (em US\$ milhões).....	129
Tabela 32 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> venezuelano ferro e do aço 2000/2010/2016 (em US\$ milhões).....	130
Tabela 33 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> venezuelano dos metais não ferrosos 2000/2010/2016 (em US\$ milhões).....	130
Tabela 34 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> venezuelano dos combustíveis e lubrificantes 2000/2010/2016 (em US\$ milhões).....	131
Tabela 35 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> venezuelano das matérias-primas agrícolas 2000/2010/2016 (em US\$ milhões).....	131
Tabela 36 - Evolução das exportações e do <i>market-share</i> da Venezuela de veículos automotores 2000/2010/2016 (em US\$ milhões).....	132

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- ACE 14- Acordo de Complementação Econômica
- ALADI- Associação Latino-Americano de Integração
- ALALC-Associação Latino Americana de Livre Comércio
- CAN- Comunidade Andina
- CARICOM- Mercado da Comunidade do Caribe
- CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- DGEEC- Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos.
- FMI- Fundo Monetário Internacional
- HRS- Household Responsibility System
- IDE- Investimento Direto Estrangeiro
- MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
- MDIC- Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviço
- MCCA-Mercado Comum Centro-Americano
- NCM- Nomenclatura Comum do Mercosul
- OCDE-Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMC- Organização Mundial do Comércio
- ONU- Organização das Nações Unidas
- PIB- Produto Interno Bruto
- PBC- Banco do Povo da China
- PCCh- Partido Comunista Chinês
- RedLat- Relações Latino-americana de Pesquisa em Empresas Multinacionais
- SITC- Padrão de Classificação do Comércio Internacional
- SOEs- Empresas Estatais
- UE 28- União Europeia
- UNCTAD- United Nations Conference on Trade And Development
- URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
- ZEEs- Zonas Econômicas Especiais
- ZDETs- Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS: UM POUCO DE HISTÓRIA.....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 Contextualização do desenvolvimento chinês.....</b>	<b>20</b>
<i>1.1.1 Os soberanos do dragão.....</i>	<i>20</i>
<i>1.1.2 Da proclamação da República à China de Mao Tse Tung.....</i>	<i>27</i>
<b>1.2 Deng Xiaoping chega ao poder, e com ele “O despertar do dragão”.....</b>	<b>33</b>
<b>2 ASCENSÃO CHINESA E A ORGANIZAÇÃO COMO DUPLO POLO.....</b>	<b>44</b>
<b>2.1 Transformação da pauta de exportação e demanda interna China.....</b>	<b>44</b>
<i>2.1.1 Demanda interna.....</i>	<i>44</i>
<i>2.1.2 Pauta de exportação.....</i>	<i>53</i>
<b>2.2 A China como duplo polo na economia mundial: efeitos estrutura e escala.....</b>	<b>58</b>
<b>3 PATOS SENTADOS: DA FORMAÇÃO DO MERCOSUL À EVOLUÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES PARTES.....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 A formação do Mercosul.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2 Formação econômica dos Estados Partes do Mercosul.....</b>	<b>68</b>
<i>3.2.1 Constituição econômica do Estado do Brasil.....</i>	<i>69</i>
<i>3.2.2 Constituição econômica do Estado da Argentina.....</i>	<i>73</i>
<i>3.2.3 Constituição econômica do Estado do Paraguai.....</i>	<i>77</i>
<i>3.2.4 Constituição econômica do Estado do Uruguai.....</i>	<i>78</i>
<i>3.2.5 Constituição econômica do Estado da Venezuela.....</i>	<i>79</i>
<b>3.3 Patos sentados: conceito da terminologia.....</b>	<b>80</b>
<b>4 PROSPERIDADE CHINESA E OS IMPACTOS SOBRE OS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL.....</b>	<b>83</b>
<b>4.1 Aspectos metodológicos e breve revisão da literatura.....</b>	<b>83</b>
<b>4.2 Países partes do Mercosul e a China: comércio bilateral.....</b>	<b>90</b>
<i>4.2.1 O caso do Brasil.....</i>	<i>90</i>
<i>4.2.2 O caso da Argentina.....</i>	<i>100</i>
<i>4.2.3 O caso do Paraguai.....</i>	<i>108</i>
<i>4.2.4 O caso do Uruguai.....</i>	<i>116</i>
<i>4.2.5 O caso da Venezuela.....</i>	<i>124</i>

**CONSIDERAÇÕES FINAIS.....133**

**REFERÊNCIAS.....135**

## INTRODUÇÃO

Ao florescer, o século XXI aduz consigo profundas mudanças na geopolítica internacional, tendo a China como uma grande figura de destaque econômico. Tais transformações foram capazes de estabelecer novas diretrizes e novos padrões de comercialização internacional. Ao modificar sua posição política, apaziguar as relações com seus vizinhos, promover uma reestruturação interna e alterar o modelo comercial, a China passou a estabelecer-se cada vez mais de forma sólida, como importante protagonista na dinâmica do comércio mundial. Essa renovação gera possibilidades de um novo reordenamento das economias na divisão internacional do trabalho.

Com uma civilização milenar, a história da China é marcada por diversos momentos de nítida prosperidade econômica, apresentando épocas de abertura comercial como no período entre as dinastias Qin e a Han que governaram a China entre 210 a. C. e 220 d. C. Foi a chamada “época de ouro”, quando o país cultivou uma maior dilatação das relações comerciais e diplomáticas com os países da Ásia Ocidental e também com o Império Romano por meio da rota da seda. O período seguinte, governado pela dinastia Ming, conservou as relações comerciais com o exterior, mas a China também conheceu momentos de isolamento comercial e épocas de profundo descompasso político, social e econômico (COUTO, 2008).

Ainda com respaldo na discussão feita por Couto (2008), entende-se que, com o fim da dinastia Ming e o estabelecimento do poder da linhagem dos Qing que comandou a China entre 1640 e 1911, as relações internacionais do país sofreram alterações profundas, uma vez que tais diplomacias eram feitas mediante ministérios específicos que exerciam um grande controle sobre a entrada no território dos estrangeiros mercadores e sobre suas mercadorias. Assim, este período foi marcado pelo forte movimento protecionista da China com o objetivo de conservar sua unidade política e cultural. No entanto, as restrições impostas pelo comando central não foram suficientes para impedir conflitos internos e invasões imperialistas em locais estratégicos. A busca por severa proteção do comércio chinês acabou por provocar um efeito contrário nos países europeus que almejavam uma maior abertura comercial com a China, em especial a Inglaterra, que, não conseguindo alcançar de forma ampla o mercado

chinês, encontrou na comercialização do ópio uma solução para se inserir no mercadejo do país asiático. Tal movimentação terminou por provocar uma guerra entre as duas nações passando, a China a ser subordinada ao país europeu.

Segundo Couto (2008), com o fim da era das dinastias chinesas, inaugurou-se um novo período no país asiático. A partir de 1912 foi proclamada a República da China, marcada por instabilidade política, o que favoreceu o surgimento da República Popular da China em 1949, sob o comando do imperador Mao Tsé Tung. Nesse período, houve uma ampliação da economia chinesa, porém, a custo de graves problemas sociais. Com a morte de Mao, em 1976, a China passou por um curto período de pressões internas até que assumiu o poder Deng Xiaoping, em 1978.

O processo de construção da ascensão chinesa se deu de forma gradual a partir de então, quando o país iniciou um tímido movimento de abertura comercial. Apesar da amplitude da atual expansão comercial, a China ainda se apresenta como um país veementemente fechado. Assim, no tocante às relações internacionais estabelecidas, os chineses não deixaram claros os objetivos reais de seu projeto de expansão, nomeado de “pacífico”, de maneira que ainda não é possível conjecturar as consequências político-econômicas reais da ascensão da China no contexto global.

O que já se apresenta de maneira clara é que a definição dos países que terão seu crescimento econômico ampliado ou serão de alguma forma prejudicados pela ascensão chinesa se dará muito em decorrência da plataforma de necessidades do país asiático e principalmente de sua estratégia de expansão. Embora isso seja importante, não é o fator principal, mas sim, como esses países se reorganizarão internamente para atender as novas demandas que se apresentam no cenário internacional.

O objetivo central deste estudo é apresentar as consequências prováveis da inserção da China no cenário internacional para os países membros do Mercosul. Para alcançar tal intento, este trabalho passará pelas análises das características que regem a trajetória de desenvolvimento da economia chinesa e também das economias dos países que compõem o Mercado Comum do Sul (Mercosul), evidenciando como estes últimos são afetados pela expansão do país asiático. Tal estudo se justifica devido às especificidades dos países sul-americanos, cujas economias são relativamente dependentes da produção de bens

essenciais às necessidades da China, o que os faz receptores de vultuosas quantias em investimentos por parte dos chineses, terminando por acirrar as relações comerciais entre os países do bloco e o dragão asiático. Apesar deste trabalho buscar contextualizar o percurso seguido pela China e pelos países que compõem o Mercosul, os dados aos quais será dedicada maior atenção serão os do período a partir dos anos 2000, em virtude da maior inserção do país asiático na economia internacional com sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

A China possui características particulares que merecem ser elencadas para que se entenda melhor as estratégias adotadas para sua expansão internacional atual. Por exemplo, segundo dados apresentados por Couto (2008), ela é o quarto maior país do planeta em extensão territorial com 9.596.961 km<sup>2</sup> de área, o que corresponde a aproximadamente 6,43% da área total das terras do planeta. Possui 7% da terra agricultável do mundo e a maior população do planeta com mais de 1,3 bilhão de habitantes contabilizadas no ano de 2018, o que suscita dificuldades de abastecimento que garantam a sobrevivência de seu povo. Desta forma, a busca por parceiros comerciais que possuam commodities na sua base de exportação se torna necessário. É nesse contexto chinês que a Rede Latino-americana de Pesquisas em Empresas Multinacionais (RedLat) desenvolve um estudo baseado na classificação de três tipologias que um país deve conter para se beneficiar da ascensão do país asiático.

A tipologia definida pela RedLat (2010) será tomada neste trabalho como teoria base para as averiguações da relação entre a China e os países que compõem o Mercosul. Assim, segundo a sua elucidação, para um país obter ganhos com a ascensão chinesa é necessário dispor de atributos centrais distintos, como: 1) possuir ou não commodities exportáveis que tornam certas nações privilegiadas frente à ascensão chinesa devido ao aumento da demanda e dos preços desses bens ao mercado global; 2) existência ou não de uma relação de forte dependência comercial com os Estados Unidos da América, especialmente como mercado para a exportação de produtos manufaturados; e 3) possuir certo grau de diversificação da produção industrial interna, uma vez que quanto mais complexo o parque industrial, maior a pressão competitiva chinesa sobre o conjunto do sistema produtivo.

Segundo Medeiros (2006), o que se observou nesses últimos anos do século XXI foi um maior aprofundamento das relações comerciais da China com os países sul-americanos, em especial com o Brasil, que é um país com grandes extensões de terras agricultáveis cujo

cultivo é, em grande medida, voltado para a agroexportação e que possui grande potencial de ampliação das mesmas. Além disso, o Brasil é possuidor de grandes fontes de recursos naturais como água, diversidade de fauna e flora, recursos energéticos etc, importantes para a consolidação da China como potência internacional.

No tocante à relação entre a China e o Brasil, o primeiro sempre frisa a importância da parceria com o país sul-americano e quer deixar claro que é uma relação estratégica de benefícios mútuos. O que se conjectura é que essa relação comercial entre os dois países pode promover ganhos de curto prazo para o Brasil, apresentando melhoras nos termos de troca dos mesmos, tanto pela elevação dos preços quanto pela ampliação do quantum exportado. Portanto, em linhas gerais, pode-se supor que a ascensão chinesa tende a acentuar a extrema especialização produtiva das economias da região, em um esquema de relação comercial que muito se aproxima do que os autores cepalinos descreveram na década de 1950 como “padrão centro-periferia” (BARBOSA, 2011).

É com base nas considerações expostas pela RedLat que surge o questionamento que sustenta esta pesquisa: os países sul-americanos que compõem o Mercosul entre os anos de 2000 e 2018 atendiam às características da nova tendência do comércio internacional em decorrência dessa nova organização geopolítica liderada pelo país asiático? O recorte temporal é feito dada a intensificação da inserção da China no comércio internacional e do fortalecimento das relações dos países do Mercosul entre si e também com o dragão asiático.

Ainda como subsídio à resposta do questionamento proposto, este trabalho será ancorado, no método de abordagem dedutiva, conforme aponta Marconi e Lakatos (2003), uma vez que a apreciação partirá da observação universal para os casos singulares. Para tanto, fara-se-á uso, também, do método histórico, uma vez, que para compreender a situação atual tanto da China quanto dos países do Mercosul, será necessário buscar características passadas que justifiquem sua posição presente, tanto no cenário doméstico quanto internacional. Outro método que será empregado é o comparativo, que confronta semelhanças e diferenças entre os elementos desta pesquisa. Por fim, será aplicada também a revisão bibliográfica afim de estruturar esta investigação.

Além dos parâmetros gerais metodológicos, esta análise levará em consideração de forma mais específica a metodologia desenvolvido por Medeiros (2006), que define dois efeitos relacionados à ascensão da China sobre o mercado internacional: o efeito estrutura e o

efeito escala, que caracterizam a China como duplo polo. O primeiro está relacionado à estrutura formada na economia chinesa de uma produção tão intensa de bens capaz de deixar seus produtos com preços baixos promovendo maior facilidade de competitividade no comércio internacional, principalmente em grandes mercados como os dos Estados Unidos, responsáveis por grande fluxo comercial com os países do Mercosul, por exemplo. Tal movimentação acarreta no deslocamento das exportações dos países sul-americanos. Uma vez que a China funciona como duplo polo, segundo a caracterização de Medeiros (2006), as consequências dessas relações comerciais podem ser diversas para os países do sul da América.

O segundo efeito apresentado pela metodologia de Medeiros (2006), o efeito escala está relacionado à própria expansão da China e à evolução do seu crescimento populacional, que são responsáveis pela sua constante demanda de matérias-primas, alimentos, energias e os demais recursos naturais relativamente abundantes na região Mercosul, em especial no Brasil.

Contando com essas especificidades, o presente trabalho apresentará, além desta introdução e das considerações finais, outros quatro capítulos. O primeiro contextualizará o desenvolvimento chinês, com breves considerações históricas, dando ênfase à cronologia da história política e econômica da nação no período das dinastias. Posteriormente, será exposto o contexto da China sob um novo regime político pautado no Partido Comunista Chinês, principalmente na figura de Mao Tsé Tung. Finalmente, o capítulo retratará a China moderna de Deng Xiaoping.

O capítulo seguinte abordará as transformações modernas domésticas do consumo, dando ênfase às necessidades que surgiram para obtenção de bens que antes da reforma de Deng não se configurava como importantes. Também serão feitas considerações sobre o comportamento das exportações do dragão asiático a partir do processo de abertura comercial tanto na região asiática quanto em escala global. Por fim, serão discutidos os efeitos que a China provoca no cenário internacional a partir da sua ascensão econômica.

O terceiro capítulo apresentará o contexto em que se deu a formação e o desenvolvimento econômico dos países partes do Mercosul narrando a formação econômica do bloco econômico do sul e as transformações intrínsecas ocorridas nessa região específica da América Latina, particularmente representada pelo Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela e

Argentina. Para relatar como se deu a composição econômica serão expostos fatos e dados importantes desde a época inicial da colonização, avançando pelas explanações que marcaram a transição para o período em que se constituíram os primeiros passos para a industrialização. O capítulo, por fim, salientará o conceito internacional acerca da denominação “patos sentados”, ampliando a discussão em torno do epíteto.

O quarto capítulo apresentará os aspectos metodológicos e a revisão literária que norteará a apresentação da análise que será realizada. Por fim, e mais importante, serão analisadas as relações bilaterais, de forma individual, dos países do Mercosul com a China o que responderá a questão principal abordada neste trabalho.

## **1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS: UM POUCO DE HISTÓRIA**

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto em que se deu a formação e o desenvolvimento econômico da China, buscando apresentar a sua composição histórica política, econômica e social. Em decorrência das transformações intrínsecas ocorridas na China ao longo da sua história milenar, vale ressaltar fatos e dados importantes da época denominada dinástica, avançando pelos relatos que marcaram a transição do período das linhagens para a Proclamação da República da China, em que se destaca a figura do ditador Mao Tsé Tung. Finalmente, será salientada a etapa caracterizada pela inserção do “dragão asiático” no comércio internacional, acompanhada pela reestruturação interna, a partir de 1978, que tem na pessoa de Deng Xiaoping a imagem de maior notoriedade.

### **1.1 Contextualização do desenvolvimento chinês**

No que tange o conhecimento internacional acerca da história política e econômica da China, a mais sabida e discutida é a que se dá com o desenvolvimento e abertura comercial promovida por Deng Xiaoping a partir de 1978. No entanto, apesar de não ser o objeto central deste trabalho, será feito um breve passadiço pelos elementos primordiais responsáveis pela composição do alicerce que levará a China, na contemporaneidade, ao patamar de grande potência econômica.

#### *1.1.1 Os soberanos do dragão*

O florescer do século XXI se apresentou com a ampliação de novas diretrizes geopolíticas em que a figura de destaque estava reservada para a China. Com 9.596.961km<sup>2</sup> de área e uma população superior à 1.3 bilhão de habitantes, segundo dados da UNCTAD<sup>1</sup> (2018), a história desse país pode ser contada de diversas formas através do poder político das inúmeras dinastias que se sucederam e que foram sendo instaladas ao longo da trajetória dessa civilização milenar.

---

<sup>1</sup> *United Nations Conference on Trade and Development.*

A unificação chinesa só foi possível com a dinastia Qin que conseguiu o domínio das terras a partir de 221 a.C. Outras dinastias já haviam se estabelecido nessa região do continente asiático, no entanto, não foram capazes de promover a consubstanciação dos povos sob o poder de um único imperador. Mesmo assim, os períodos anteriores ao domínio da dinastia Qin são considerados gloriosos para a história chinesa.

A civilização chinesa por assim dizer, foi formada a partir do século III a. C., quando os povos passaram a se aglomerar sob o comando do primeiro Imperador, Qin Shi Huang Di<sup>2</sup>. Segundo Couto (2008), o período compreendido entre 221 e 210 a.C. é sinalizado com o início da dissolução do sistema feudal e a formação do poder autocrático<sup>3</sup>. É do mesmo modo marcado pela imposição da escrita comum da casa do imperador, bem como o desenvolvimento da ideologia estatal baseada no confucionismo<sup>4</sup>.

A história política, econômica e social chinesa pode se apresentada através das dinastias que se sucederam como aludido previamente. Mas a atenção dada a tão curta e longínqua linhagem se deve à representatividade diferenciada do imperador dessa casa e que tantas vezes fora mencionada como objeto de auto comparação efetuada pelo soberano Mao Tsé Tung que comandou a China na segunda metade do século XX e que inaugurou, assim, como o já citado imperador Qin, uma nova era para os filhos do dragão<sup>5</sup>.

O imperador Qin ficou marcado na história chinesa como um grande construtor de obras que são contempladas até os dias atuais, como o grande exército de Terracota,<sup>6</sup> descoberto em 1974 fortuitamente por agricultores da região de Xian<sup>7</sup>. Além da guarnição de argila, outra edificação suntuosa erigida no período liderado pela casa dos Qin foi a Grande

---

<sup>2</sup>Viveu entre os anos de 260 e 210 a.C., e foi rei do Estado chinês da família Qin entre 241 e 221 a. C e de 221 a 210 a. C. tornou-se soberano da China (COUTO, 2008).

<sup>3</sup>Poder absoluto e inquestionável.

<sup>4</sup>Doutrina oficial do império chinês que combina religião, filosofia, moral, política e pedagogia e foi criado por Kung Fu Tze (COUTO, 2008).

<sup>5</sup>O dragão é um animal lendário que ganha vida na mitologia de diversos povos ao redor do mundo. Símbolo chinês, o dragão, acredita-se que está entre os animais que estavam ao lado de Pan Gu, deus criador do mundo e de tudo o que nele há. É considerado o símbolo da energia do fogo, que destrói, mas que posteriormente permite o renascimento das coisas. Há dragões também que controlam a água. Dada a sua importância na cultura chinesa, os nativos se auto-intitulam de “filhos do dragão”, ou seja, são dotados de sabedoria, energia interior e autoconfiança (COUTO, 2008).

<sup>6</sup>Coleção compreendida por mais de oito mil estátuas de guerreiros e cavalos moldados, a partir da argila denominada terracota, construídas em tamanho natural (COUTO, 2008).

<sup>7</sup>Capital da província de Xianxim na República Popular da China. Situa-se no vale do Rio Uei. Foi a capital da China ao longo de várias dinastias: Chin (255 a 206 a.C.), Han (202 a.C. a 25 d.C.) e Tang (618 a 907) (COUTO, 2008).

Muralha, cuja construção se iniciou em sua dinastia. Por fim, outro monumento não menos importante foi a sua tumba, cuja construção requereu grande contingente de mão de obra. Segundo dados históricos colhidos por Couto (2008), os trabalhadores que edificaram o complexo funerário do imperador foram enterrados no local para que não revelassem os mistérios que até a atualidade são conservados em segredo. Mas, apesar da grandiosidade dessas obras, o que impulsionou Qin na lembrança histórica da China antiga foi a forma cruel, maligna e insana como governara e principalmente como se relacionava com seus vizinhos.

Em 210 a.C., Qin morreu, e quatro anos após seu falecimento, a dinastia foi destronada e substituída pela casa de Han, que governou até 220 d.C. Esse período ficou conhecido como a “era de ouro” da China, dado que os impostos foram reduzidos e a economia prosperou com a ampliação da indústria de ateliês, comércio, cultura, arte, bem como nas ciências naturais (COUTO, 2008). A ampliação das ciências garantiu um maior desenvolvimento de técnicas para a produção nos campos da metalurgia e da tecelagem, suscitando a dilatação das relações diplomáticas e comerciais com os países da Ásia Ocidental e também com o Império Romano por meio da rota da seda<sup>8</sup>.

Mesmo com a prosperidade do Império Chinês comandado pela linhagem Han havia conflitos internos encabeçados pela nobreza, bem como as constantes ameaças de invasão externa protagonizadas principalmente pelos mongóis. Tais pressões acabaram por destituir a supremacia dos Hans, colocando a China em uma nova situação de cisão do reino que fora divididos em três poderes distintos: Wei, Shu e Wo. A China, desde então, foi governada por múltiplas estirpes, e as dinastias Tang (618 d. C.), Song (960 d. C.) e Yuan (1279 d.C.) foram responsáveis por elevar a China ao patamar de país mais próspero do mundo conhecido graças à ampliação das trocas de produtos e de experiência, segundo Couto (2008).

Muitos comerciantes vinham ao país, que se mostrava aberto ao exterior. Durante os Yuan, diplomatas ocidentais e asiáticos vinham com mais frequência e estabeleciam laços estreitos, principalmente com o Japão e outros países do Sudeste Asiático. Enquanto isso, eram frequentes as idas e vindas de barcos e navios entre a China e a Índia. Foi quando o islamismo se popularizou no país e Marco Polo apareceu por lá por volta de 1275 (COUTO, 2008, p. 19).

---

<sup>8</sup>Circuito comercial terrestre que liga a Ásia oriental, o Oriente médio e a Europa. Apesar da denominação dada, a rota da seda não era exclusiva para a passagem do tecido nobre, mas também, era destinada ao transporte de especiarias diversas, produtos agrícolas, pedras preciosas e toda a sorte de materiais ao mesmo tempo em que promovia o intercâmbio entre viajantes e as comunidades situadas ao longo do trajeto (MENDONÇA, [2015-2016]).

As duas últimas dinastias imperiais chinesas foram a Ming e a Qing. A primeira data de 1368 a 1644, e ficou famosa pela valorização da porcelana, em especial dos vasos Ming apreciados até a atualidade. Nesse período, a economia chinesa deu continuidade à prosperidade agrícola que foi ampliada com a construção de canais, e melhoramento no sistema de drenagem de rios. Assim, segundo Couto (2008), a agricultura tornou-se mais desenvolvida e houve enormes avanços na área têxtil, além da já mencionada porcelana. Ademais, houve ampliação da exploração de minérios de ferro, fundição de cobre, fabricação de papel e indústria naval. Mas, Como aconteceu com outras dinastias, conflitos internos levaram ao fim da penúltima casa imperial, dando início à última dinastia, a Qing, que se iniciou em 1644 e findou em 1911 quando foi proclamada a República da China (COUTO, 2008).

O período governado pela dinastia Qing foi marcado, também, por inúmeros conflitos internos e pela introdução de diversos povos estrangeiros. A diplomacia chinesa naquela época era estabelecida por uma série de ministérios que impunham barreiras estratégicas contra o avanço dos adventícios. Não havia um ministério exclusivo para as relações exteriores. Portanto, para promover as negociações comerciais com o exterior foram criados departamentos e órgãos específicos. Acreditando em sua superioridade diante do resto do mundo conhecido, os chineses viam os estrangeiros como marginais tanto nas formas culturais quanto geográficas. Assim, a China dos Qing mantinha relações hierárquicas com as demais nações.

Corroborando com os estudos de Couto (2008), Spence (2000) mostra que os países que faziam fronteira com a China, em especial a Mongólia e a Rússia, eram atendidos pelo departamento fronteiro fundado em 1638. Esse departamento tinha como missão manter a harmonia entre seu país e os vizinhos e também apresentar-lhes os conhecimentos e as tradições do dragão. Isso porque a dinastia que ocupava o poder acreditava veementemente que detinha a responsabilidade de mostrar sua cultura “avançada” para os demais povos.

Ao entrar em contato com a civilização chinesa, os missionários europeus encarregados de desbravar aquela região e formar uma base comercial sólida foram recebidos com certa cautela. Assim, foram imediatamente supervisionados pela casa imperial que nada mais era que uma instituição burocrática cuja sede era em Pequim. Essa entidade

[...] controlava uma ampla gama dos negócios do imperador, inclusive estocagem de metais preciosos e reservas alimentares, a manutenção das

terras e palácios imperiais, as fábricas de seda e porcelanas preciosas e a coleta de receitas adicionais provenientes de fontes tais como o monopólio do sal e os impostos de circulação incidentes sobre os comércios interno e externo (SPENCE, 2000, p. 129).

Países próximos culturalmente da China, como a Tailândia e o Vietnã, por exemplo, mantinham suas relações comerciais com o dragão asiático através do Ministério dos Rituais, e era por meio deste que os Qing tentavam se impor sobre esses países sem que houvesse a necessidade de grandes gastos militares, uma vez que havia um avizinhamo das crenças e costumes e isso tornaria mais fácil o poder de convencimento de sua superioridade. Para conservar as ligações mercantis com a China, tais países tinham que reconhecer de maneira formal, mediante documento diplomático, a supremacia do império do dragão. As negociações seguiam um rígido calendário pré-fixado no decorrer do ano. Assim sendo, dentro desse sistema

[...] havia uma considerável flexibilidade. As missões mais frequentes eram as da Coreia, que vinham todos os anos; os visitantes coreanos podiam misturar-se à vontade com os intelectuais e funcionários do Estado Qing, deixando vividos relatos da vida social e cultural em Pequim e das atitudes políticas dos eruditos confucianos (SPENCE, 2000, p. 130).

Com tais atitudes, a condução das transações mercantes evidenciava a completa omissão dos governantes Qing com os ganhos provenientes das relações comerciais com o exterior. Além do mais, a China agia com sensatez com os comerciantes estrangeiros, pois temia pela unidade de seu território e de seu povo. Assim, havia um ferrenho controle na escolha dos ádvenas que podiam comercializar, e a frequência que poderia haver tais trocas. Ademais, fazia-se uma investigação criteriosa acerca da vida pessoal e das mercadorias dos mercadores.

Países ocidentais também tentaram relacionar-se comercialmente com a China, propondo uma maior abertura comercial. No entanto, as barreiras impostas pelo país asiático não privilegiaram as nações europeias ao longo do século XVII. Apesar disso, a partir de 1680, a China abandonou os entraves que impediam a ampliação do comércio litorâneo com o exterior, favorecendo sobremaneira a mercantilização entre o país asiático e os países da Europa. Assim, o governo chinês tomou medidas importantes para que as transações comerciais se tornassem mais dinâmicas. Por conseguinte,

[numa] tentativa de controlar o comércio exterior e aumentar os seus lucros regulando os preços, em 1720 os mercadores chineses de Cantão formaram a

sua própria guilda monopolista, chamada de Cohong (“companhias mercantis combinadas”). Em 1754, cada um desses mercadores hong recebeu do estado Qing a ordem de responsabilizar-se pelo bom comportamento das tripulações dos navios estrangeiros e pelo pagamento das taxas de circulação (SPENCE, 2000, p. 132).

A tentativa de maior flexibilização das relações comerciais com o exterior tornou-se demasiadamente perigosa aos olhos dos governantes da dinastia Qing, uma vez que houve um aumento considerável dos estrangeiros que transitavam pelas províncias da terra do dragão. As medidas tomadas foram radicais, e assim, de acordo com Spence (2000), ficou instituído que a partir de 1760 o comércio com a Europa, ficaria restrito apenas ao Porto de Cantão<sup>9</sup>. Além disso, ficou terminantemente proibido aos estrangeiros fixarem residência na cidade que abrigava esse porto. Outra imposição foi que os comerciais europeus só podiam comercializar com mercantilistas chineses autorizados pelo governo. Tais medidas protecionistas adotadas pelos governantes chineses provocaram descontentamento, principalmente nos governantes britânicos, que já haviam se fixado em pontos estratégicos na Índia e almejavam ampliar seu poderio para a China e por toda a Ásia.

Com o intuito de atingir seus propósitos, os britânicos enviaram expedições “amigáveis” com a finalidade de pressionar o imperador a abrir novamente seus mercados para os produtos ingleses, com uma tributação “justa”. No entanto, o imperador se manteve irredutível em sua decisão.

O final do século XVIII na China foi marcado por acontecimentos diversos, tais como o aumento da população, a ampliação da má distribuição de renda, aumento da corrupção dos governantes locais, deterioração de muitas obras de infraestrutura fundamentais para o desenvolvimento do país, falta de emprego, descontentamento dos intelectuais, ineficiência na produção e escoamento do sal, suntuosidade das cidades e o aumento do consumo do ópio<sup>10</sup>. Esses fatos tumultuosos se estenderam até o século XIX e se desdobraram em conflitos e tensões tanto internos quanto externos (SPENCE, 2000).

---

<sup>9</sup>Localizada ao sul da China, às margens do rio Zhu Jiang, e a aproximadamente 120 km de Hong Kong, cujos habitantes são também, em sua maioria, cantoneses. Graças a essa posição estratégica, a cidade se tornou um dos mais importantes centros portuários, sendo, inclusive, considerado o palco dos primeiros contatos entre os chineses e os mercadores ocidentais (SAKAMOTO, 2017).

<sup>10</sup>Obtida de uma planta chamada dormideira, o ópio é proveniente da região asiática e é utilizada entre outras coisas como droga.

Spence (2000) aponta ainda que a administração da dinastia Qing trouxe certa insatisfação à população, no decorrer do século XIX, nomeadamente os mais pobres, o que fez surgir diversas milícias e seitas, como a Lótus Branco, em inúmeras regiões do país. As revoltas eclodiram por toda a China, sobretudo quando a Inglaterra, em posição desfavorável comercialmente em relação ao país asiático, encontrou na comercialização do ópio uma maneira de tornar sua balança comercial positiva quando comparada com a nação da dinastia Qing.

A ampliação do consumo do ópio causou incalculáveis problemas para o povo chinês. De acordo com Spence (2000), a própria situação de decadência do império foi responsável pelo aumento da demanda pela droga, já que a maior incidência do seu consumo estava na população pobre acometida pelo tédio, descrença e envolvidos em tensões sociais.

Sem um controle rígido sobre a entrada do ópio vindo da Índia por intermédio dos ingleses, a situação chinesa ficou fora de controle. Assim, os governantes se posicionaram de forma radical, proibindo a entrada da droga no país em 1813. As tensões entre os dois países tornaram-se mais intensas, até que em 1839 deu-se início a “Guerra do Ópio”, que culminou em 1860 com a derrota da China. Essa derrota obrigou o país a assinar o tratado de Nanquim no qual se comprometeu a abrir os portos para a circulação de mercadorias estrangeiras, além de conceder aos estrangeiros liberdade para a prática religiosa, bem como de transitar pelo território chinês (SPENCE, 2000).

À China coube não apenas a derrota, mas também uma sociedade devastada e pesada dívida de guerra com os ingleses. Em contato mais direto com a cultura ocidental, muitos intelectuais da época questionavam o poder do imperador, a situação alarmante em que se encontrava a comunidade, a administração, e o abismo em que a economia se achava.

Como apresentado nas descrições de Spence (2000), o governo Qing, pressionado pelas revoltas internas e pela inquietação dos estrangeiros, viabilizou reformas políticas, econômicas e militares. Ampliando a discussão relacionada a tais transformações, especialmente as domésticas, Chang e Halliday (2012) contribuíram com o debate particularizando os setores que galgaram maiores benefícios. Segundo eles, a casa Qing assegurou,

[...] a instalação de um sistema educacional completamente novo. Iniciou-se a construção de ferrovias. Indústrias e comércio modernos ganharam alta prioridade. Permitiu-se a existência de organizações políticas. Publicaram-se jornais pela primeira vez. Mandaram-se jovens ao exterior para estudar ciências e mandarins para aprender sobre democracia e sistemas parlamentares. Em 1908, a corte anunciou um programa para se transformar numa monarquia constitucional dentro de um período de nove anos (CHANG; HALLIDAY, 2012, p.18).

As reformas promovidas pelo governo Qing como tentativa de se manter no poder, assemelham-se, de algum modo, com as dos déspotas esclarecidos que emergiram dentro das monarquias europeias na segunda metade do século XVIII, que cooperaram para acelerar a organização e o fortalecimento da revolução democrático-burguesa. O vigor adquirido pela burguesia no final do século XIX, acompanhado pela decadência política da casa dos Qing, vivificou a insurreição que se iniciou em 1911 e que foi responsável pelo fim da era das dinastias chinesas.

### *1.1.2 Da proclamação da República à China de Mao Tse Tung*

Nos instantes finais da era das dinastias, o governo Qing ainda tentou manobras autocratas para se manter no poder, como mencionada no tópico anterior. No entanto, como apontado por Chang e Halliday (2012), tais movimentos não surtiram o efeito desejado e, assim, eclodiu a Revolução Xinhai em 1911. A partir daquele instante, a China não possuía mais um imperador no seu comando, mas sim um governo provisório que teve como primeiro presidente interino o revolucionário Sun Yat-Sen, que chegou ao poder com o apoio das massas, mas principalmente da burguesia que tinha prestígio e condições financeiras para concluir a tomada do controle da nação. A população o seguia com a esperança de que os três princípios criados por Sun fossem cumpridos.

Chang e Halliday (2012) assinalam ainda que a China idealizada pelos líderes do Partido Levante Popular Nacionalista (Kuomintang) seria regida por três fundamentos essenciais:

- a) O princípio nacionalista que estava relacionado ao sentimento do povo chinês junto aos estrangeiros que ocupavam o país: para Sun Yat-Sen, a

população chinesa só recuperaria sua dignidade quando conseguisse se libertar das amarras adventícias, sendo necessário, portanto, expulsar os imperialistas;

b) O princípio da democracia: segundo Sun Yat-Sen, o povo não precisava de qualquer guarida, seja ela forasteira, soberana e/ou nacionalista. Os erros e acertos da nação seriam decididos apenas pelo julgamento da sociedade chinesa sem que houvesse imposição de qualquer governante;

c) O princípio denominado de subsistência: consistia na distribuição igualitária da terra e a regulamentação do capital.

Em janeiro de 1912 foi proclamada a República da China sob o comando do chefe militar Yuan Shih-Kai, que governou o país até 1916 quando faleceu e o governo central se fragmentou. Ao assumir o poder, Yuan abandonou os princípios que regiam a base do governo dos Kuomintang (CHANG; HALLIDAY, 2012). Tais fundamentos só foram resgatados e realizados a partir de 1949, quando Mao Tsé Tung<sup>11</sup> ascendeu ao poder na China.

Com a promulgação da República Popular, o território chinês não se tornou isento de insatisfações e revoltas. Havia uma constante ameaça à soberania da nação e o prenúncio de maior controle dos estrangeiros em regiões estratégicas da China, segundo Chang e Halliday (2012), fez crescer entre a população um poderoso sentimento patriota. Portanto, até Mao Tsé Tung assumir o poder do país, a China passou por quatro fases da Revolução Popular que foi inaugurado no dia 4 de maio de 1919.

[Nesse dia] pela primeira vez na história, ocorreu uma grande manifestação de rua em Pequim, denunciando o governo por “traição” e protestando contra a presença japonesa em território chinês. O movimento se espalhou pelo país. Produtos japoneses foram queimados em cidades e vilas e as lojas que os vendiam foram atacadas. Muitos chineses estavam desapontados com o governo republicano, que não conseguira das potências estrangeiras um acordo melhor do que seu predecessor manchu. Cresceu o sentimento de que era preciso alguma coisa mais radical (CHANG; HALLIDAY, 2012, p.27).

---

<sup>11</sup> Mao Tse-Tung foi Presidente da Comissão Militar Central da China (1935-1976) e de Presidente do PCC (1943-1976), dentre outras funções. Foi quem liderou os principais movimentos da China antes das “Quatro Modernizações”, como o Grande Salto Adiante (1958-1960) e a Revolução Cultural (1966-1976).

Diante de tamanho descontentamento, o (Kuomintang), em conjunto com a classe operária que crescia, encontraram solo fértil para a fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh) em 1921. Assim sendo, complementando as discussões realizadas até agora, Schmidt *et al.*(1950) revelam que a primeira revolta (a de 1919) estabeleceu o princípio do fim do modelo republicano que havia sido instalado com o fim das dinastias em 1911.

O segundo motim se estendeu de 1921 a 1927, período em que foram registrados desenvolvimentos fundamentais na evolução da revolução chinesa. Estudantes, trabalhadores e a burguesia ganharam as ruas dos grandes centros em protestos contra o governo e seu apoio aos estrangeiros.

A terceira fase foi marcada pelo abandono da burguesia, que-temendo a dimensão que a manifestação tomaria e a ampliação dos movimentos agrários e anti-imperialistas,-passou para o lado oposto à sublevação e se retirou do processo da revolução. Assim, coube ao PCCh o título de único líder da conflagração pela independência chinesa contra os estrangeiros.

A última fase marca o fim do poder do Partido Nacionalista. A Grande Marcha que ganhou maior notoriedade a partir de 1933 promoveu uma trégua momentânea com os japoneses. Sob o comando de Chiang Kai-shek<sup>12</sup>, a China mobilizou aproximadamente meio milhão de soldados para jornadas rumo ao embate contra os comunistas do PCCh, segundo Chang e Halliday (2012). Com o passar dos meses, o conflito entre os nacionalistas e os comunistas foi aprofundado e, dada a superioridade do exército patriota, ao longo de 1934 e 1935, suas investidas garantiram vitórias frente ao exército vermelho<sup>13</sup>. No entanto, apesar das derrotas sofridas pelo PCCh os comunistas apoiados pelos soviéticos realizaram manobras estratégicas e conseguiram, em 1936, pôr fim ao domínio japonês sobre áreas chinesas e consolidar o PCCh e a nova política. Agora, a partir de 1949, a China estava sob o comando de Mao Tsé Tung como soberano.

Mao Tsé Tung comandou a China entre 1949 e 1976. Sob sua administração, o dragão asiático passou por mudanças internas profundas. A primeira foi que o nacionalismo foi substituído pelo comunismo, e junto com ele surgiram ondas de repressão contra aqueles que o governante entendia como inimigos do Estado. Seu antecessor, o General Chiang

---

<sup>12</sup> Militar e político chinês que assumiu a liderança do Kuomintang depois da morte de Sun Yat-sen, em 1925.

<sup>13</sup> Denominação dada aos soldados do partido comunista.

deixou o país em bom estado de funcionamento e uma estrutura industrial e mineral relativamente intactas, segundo Chang e Halliday (2012). Assim, as questões das propriedades e empresas privadas permaneceram sem qualquer alteração por um bom período. A estatização de indústrias e comércios, bem como a coletivização da agricultura, só tiveram início em meados da década de 1950, e logo os resultados ficaram evidentes. Desse modo,

[...] com grande parte da economia ainda em mãos privadas, o campo rapidamente se recuperou de mais de uma década de guerra. A agricultura teve um crescimento considerável, já que o novo governo concedeu empréstimos e investiu em sistemas hidráulicos. Nas cidades, foram distribuídos subsídios para mitigar a fome. As taxas de mortalidade caíram (CHANG; HALLIDAY, 2012, p. 310).

Já consolidado no poder, o novo comando era regido por quatro grandes objetivos: mudar a ordem sociopolítica, acelerar o crescimento econômico, melhorar a posição geopolítica chinesa e reestruturar a dignidade nacional (FIGUEIREDO, 2003, p. 27). Para atingir seus propósitos de crescimento econômico visando acompanhar e posteriormente ultrapassar as economias europeias especialmente a desenvolvida Grã-Bretanha, Mao iniciou uma campanha cruel de tortura contra a população, em especial aos camponeses insatisfeitos com o poder do soberano. Mortes, prisões em massa, captura de pessoas para executar trabalhos escravos nos campo e torturas públicas são exemplos do terror imposto por Mao para garantir-se no comando da China. As liberdades de expressão, de informação e trabalho foram sucumbidas pelo governo central. No entanto, apesar das represálias, o tráfico de drogas foi quase extinto.

As diligências desempenhadas por Mao por meio das perseguições e da política de confisco provocaram o aniquilamento de uma parcela considerável da população. Chang e Halliday (2012) apontam que cerca de 24 milhões de pessoas perderam a vida no período entre 1957 e 1962 em decorrência da administração de Mao. No entanto, não há consenso acerca do número exato de mortes causadas pelo regime imposto por ele. A título de comparação, Dikotter (2017), mostra que dados mais extensos e efetivos oriundos de anuários estatísticos, como o *Basil Ashton*, ou provenientes de estudos de historiadores demográficos com Judith Banister, concluíram que cerca de 30 milhões de chineses vieram a óbito no período entre 1958 e 1962.

Como as informações acerca do exício chinês são discrepantes, novos estudos foram realizados ao longo dos anos. No entanto, mesmo com pesquisas cada vez mais sofisticadas, os números não foram mais instigantes. Pelos dados levantados nos exames elaborados, de fato, o caos provocado gira em torno do resultado mencionado posteriormente. Desse modo, ainda tomando como apoio o estudo de Dikotter (2017), em 1962 a população chinesa foi reduzida a aproximadamente 650 milhões de pessoas. Tal redução provocou a dilatação dos prejuízos da economia, já que

[...] o comércio no atacado se reduzira à metade, os bancos haviam parado de fazer empréstimos e as empresas privadas não ousavam comprar mercadorias. A produção industrial estava em queda, a receita tributária, em colapso, e a economia caminhava para a recessão (CHANG; HALLIDAY, 2012, p. 315).

Conforme Chang e Halliday (2012), além da campanha contra os inimigos do Estado, entre 1953 e 1956, Mao ampliou seu plano com o objetivo de transformar a China em uma superpotência, dedicando-se à criação de indústrias bélicas. Para que esse propósito fosse cumprido, era necessário canalizar todos os recursos da nação para este projeto. A ideia de Mao era superar a Inglaterra em quinze anos. Assim, a China passou a exportar produtos primários para a Rússia e Alemanha em troca de máquinas e equipamentos para montar a indústria bélica tão cobiçada.

Os produtos exportados, cereais, laticínios, etc, eram essenciais para a alimentação do povo chinês. No entanto, Mao via na consolidação bélica um plano maior para o desenvolvimento da China. Enquanto isso, a população, em especial a do campo, tinha sua produção confiscada pelo governo. Os autores destacam ainda que, os frutos do labor rural eram utilizados pelo Estado para financiar as importações militares provenientes da Rússia e da Europa oriental. Assim, o trabalho forçado, a fome e a miséria se alastravam por todo o país. Além do mais, não apenas os itens oriundos da terra eram objeto de embargo por parte das autoridades que ocupavam o poder central.

[...]os camponeses tinham de entregar produtos preciosos para compor as doações imensas que Mao fazia a fim de promover suas aspirações de território. A China não somente fornecia alimentos para países pobres como a Coreia do Norte e Vietnã do Norte, como os dava com liberalidade para regimes comunistas europeus muitos mais ricos, especialmente depois da morte de Stálin, quando Pequim fez circular a ideia de Mao se tornar o líder do campo comunista mundial (CHANG; HALLIDAY, 2012, p.366).

Ainda segundo os autores, para evitar fraudes dos agricultores, Mao os organizou em campos coletivos instituindo o monopólio dos grãos com o objetivo de estabilizar o preço e garantir, ao mesmo tempo, mantimentos para alimentar a população. Assim, toda a colheita excedente iria diretamente para as mãos do governo, que os exportava. Mas, como a produção era realizada por pequenos agricultores que em grande parte não utilizava técnicas sofisticadas de produção, excesso de alimentos não era uma realidade. O que era confiscado pelo governo era exatamente o essencial para a sobrevivência dos camponeses.

Aprimorando o debate acerca do monopólio dos grãos na China de Mao, Dikotter (2017) aponta dados estatísticos colhidos do departamento estatístico de Hunan<sup>14</sup>, restando evidente o crescimento do embargo realizado pelo Estado chinês.

[...] o volume de grãos tomado pelo Estado para alimentar Pequim, Xangai, Tianjin e a província de Liaoning e para manter o mercado de exportação subiu a cada trimestre, de 1,6 milhão de toneladas no terceiro trimestre de 1956 a 1,8 milhão de toneladas no mesmo período em 1957, a 2,3 milhões de toneladas em 1958, a 2,5 milhões de toneladas um ano depois e a uma alta de 3 milhões de toneladas em três meses em 1960 (DIKOTTER, 2017, p. 171).

Com essas medidas, a miséria foi aprofundada e surgiu a grande fome de Mao que condenou, como foi aludido anteriormente, milhões de chineses à morte. Além das perseguições e apreensões no campo, Mao estatizou as indústrias e comércios existentes para direcionar os recursos para seu plano de uma China super-potente. Mas como acreditava que seu país não estava usando todos os esforços para alcançar seu objetivo principal, Mao lançou em 1958 o chamado processo de o “Grande Salto para a Frente”, com a finalidade de alcançar as grandes potências capitalistas. Mao aumentou ainda mais o sequestro de alimentos do campo ao mesmo tempo em que avolumou as toneladas de aço retiradas do território chinês.

Fortalecendo o argumento, Chang e Halliday (2012) apontam que, usinas de aço e indústrias relacionadas, bem como minas de carvão, receberam ordens para ampliar sua produção ao extremo a fim de obter maior produtividade. Apesar do desgaste da indústria e do campo, os resultados dessa campanha começaram a aparecer poucos anos depois. A indústria leve crescia, em média, 27% ao ano, a partir de 1965, enquanto que a pesada se propagava 17%. A indústria petrolífera e de gás também ampliou sua produção. Devido aos grandes

---

<sup>14</sup> Hunan é uma província da República Popular da China, tem como capital a cidade de Changshae e era responsável por grande parte da produção de grãos na época do “Grande Salto para a Frente”.

esforços econômicos, não apenas o campo e seus camponeses como as cidades com suas indústrias ficaram arrasadas.

Ainda faltava à China, segundo a política considerada essencial naquele período por Mao, a Revolução Cultural, movimento que pretendia garantir a “liberdade de expressão”, autorizando os jovens de todo o país a criticar as hierarquias e, questionar as autoridades (CHANG; HALLIDAY, 2012). No entanto, tal crítica não se aplicava a Mao. Ele defendia que era necessário que a China deveria se libertar não apenas da literatura clássica nacional, mas também a estrangeira. A partir daquele momento, 1966, qualquer pessoa que defendesse os dogmas do passado seria considerada inimiga do Estado. Assim, tudo o que representava o antiquado, considerado pelo governo como arcaico, seria destruído, porque, segundo o regime, era necessário cessar velhos hábitos. Os costumes, a cultura e o pensamento precisavam ganhar nova roupagem.

Mao faleceu em 1976, deixando a China, por um curto período, num estágio de instabilidade política e conflitos internos, até que assumiu o poder Deng Xiaoping, em 1978. A fragilidade chinesa em meados da década de 1970 não era apenas política, mas também econômica. Apesar de a produção industrial apresentar resultados significativos, as condições sociais internas da população do país estavam deterioradas. Ao assumir o poder, Hua Guofeng, o sucessor de Mao, encontrou um país com inúmeros problemas de cunho social e econômico.

## **1.2 Deng Xiaoping chega ao poder, e com ele “O despertar do dragão”**

A morte de Mao Tse Tung em setembro de 1976, provocou disputas dentro do PCCh pelo controle do país. A principal figura de autoridade naquele momento se firmou em Hua Guofeng, responsável, mesmo que de maneira indireta, pelo transvio político que afetava a nação. Em decorrência da instabilidade que acometia a China, como primeiras medidas para se manter no poder, Hua condenou à prisão seus principais adversários dentro do partido, ao mesmo tempo em que concentrou os cargos basilares do governo, tais como Presidente, Primeiro-Ministro, Presidente do Comitê Central do Partido e da Comissão para Assuntos Militares, dentre outros, aglutinando, assim, os fulcros políticos da China, o Partido, o Estado e o Exército (CARVALHO, 2013).

Dando continuidade à organização das bases para consolidar seu poder, Hua instituiu a política denominada “Dois Quaisquer”, em que ficava definido que o PCCh era obrigado a preservar e executar toda e qualquer diretriz deixada por Mao. Era sua herança política que deveria ser seguida sem qualquer contestação. Assim, conforme apontado tanto por Carvalho (2013) quanto por Sousa (2007), as tensões políticas no país prosseguiram sem que houvesse um opositor forte para conter o avanço de Hua. Mas tal situação começou a se inverter no X Congresso realizado em 1977, quando, contando com o apoio de importantes expoentes do exército e do partido, Deng Xiaoping retornou ao PCCh, recuperando suas funções políticas dentro da facção. Além do mais, ao longo do ano de 1977, foram acoplados ao partido nomes de grande musculatura dentro do grupo, como Liu Shaoqi, Peng Dehuai e Chen Yun entre outros. Todos eles apoiavam Deng e suas ideias políticas. Destarte, Hua foi sendo isolado dentro do Partido ao mesmo tempo em que Deng se fortalecia.

Na mesma direção da discussão proposta por Carvalho (2013) e Sousa (2007), Figueiredo (2003) mostra que os conflitos se estenderam até 1978, quando Deng Xiaoping assumiu o poder em definitivo na 3ª plenária do Congresso do Partido Comunista. Ao tomar posse, instituiu uma nova organização pautada em uma política de cunho mais liberal que tinha por finalidade promover o desenvolvimento econômico. O dístico “uma tarefa central e dois pontos básicos” foi adotado, e se constituía em promover o desenvolvimento das forças produtivas por meio da incorporação de capital e tecnologia estrangeira como forma de modernizar a estrutura operacional e acelerar a capacidade produtiva do país, ao mesmo tempo em que eram realizados financiamentos externos menos dependentes de instrumentos de dívida, particularmente de curto prazo. Essa tarefa central era expressa na política qualificada como as “quatro modernizações”, em que o ponto básico a ser seguido no plano econômico, era a promoção das reformas e a abertura comercial. No entanto, tal escopo de desenvolvimento econômico nacional deveria estar desenhado para se encaixar segundo os moldes do PCCh, ou seja, adequando-se ao seu plano político.

O Estado chinês regido por Xiaoping estipulou princípios considerados essenciais para se alcançar o desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, destacam-se os seguintes pontos: embora não se abrisse mão do socialismo, algumas experiências das nações capitalistas eram fontes de aprendizado importantes e, portanto, deveriam ser estudadas e

introduzidas no país; a democracia socialista só seria possível com a ditadura do proletariado; era de suma importância manter a liderança do partido para assegurar sua unidade, possibilitando, assim, que as reformas acontecessem; e, por fim, preservar os pensamentos marxista, leninista e maoísta era indispensável (CARVALHO, 2013; FIGUEIREDO, 2003).

Deng reconhecia que a China havia galgado importantes vitórias econômicas até o início da década de 1950. No entanto, as políticas extremistas de Mao, que almejava com veemência superar as nações ocidentais que apresentavam um alto grau de industrialização, provocaram descompassos tanto interno quanto externo. Segundo dados apresentados por Chang e Halliday (2012), a partir de 1957 o país imergiu em um abismo que foi incitado pela política controversa de Mao. Dessa forma, no período que vai de 1957 a 1976, a China viveu fases de graves crises alimentares que condenou à morte milhões de chineses, protagonizando, também, intensos conflitos internos e isolamento externo. Já Carvalho (2013) apontou que os problemas que se sucederam no intervalo dos anos citados foram responsáveis pelo atraso do país com relação às demais nações. Assim, para Deng era preciso superar o ciclo desfavorável, e é nesse sentido que foram anunciados os fundamentos que regeriam seu mandato.

Com os princípios estabelecidos, iniciaram-se as reformas consideradas urgentes para a recuperação da economia chinesa, como apontam Garnaut e Fang (2018). De imediato, foram realizadas mudanças na agropecuária, que estava devastada pelas políticas implantadas no período maoísta. O sistema das comunas instituídas por Mao foi desarticulada, dando lugar a opções menos agressivas e que garantiam maior flexibilidade aos camponeses, como as chamadas *Household Responsibility System*<sup>15</sup> (HRS). Assim, já em 1984, aproximadamente 98% do campesinato tinha aderido ao novo sistema proposto por Deng, de acordo com Garnaut e Fang (2018). Além do mais, retomou-se o modelo de “propriedade privada”, ao mesmo tempo em que o Estado assegurou incentivos para viabilizar o aumento da produção. O objetivo dessa política era erradicar a fome que assolava a população, notadamente os camponeses. Também foram reduzidas substancialmente as arrecadações provenientes do campo, o que levou a um aumento da renda dos camponeses e, por conseguinte, uma redução da pobreza em termos absolutos.

---

<sup>15</sup> Numa tradução livre, “Sistema de Responsabilidade Doméstica”.

A descolonização do campo avançou rapidamente: em 1980, 5% das famílias rurais estavam neste sistema, em 1982, 70%, em 1983, 94%, em 1984, 97%. Como resultado, houve uma elevada fragmentação das unidades de produção agrícola em detrimento das grandes fazendas coletivas, com a redistribuição sendo feita de relativamente maneira equitativa - constituindo-se em uma segunda reforma agrária (MORAIS, 2011, p. 78, apud CARVALHO, 2013, p. 70).

Os resultados econômicos apareceram quase que de imediato. Segundo Garnaut e Fang (2018), no período entre 1978 e 1984, quando o HRS estava com bases mais sólidas e já havia aglomerado maior número de pessoas da zona rural, o rendimento de grãos por unidade de área foi aumentado em 42,8%, enquanto que a produção total de grãos aumentou em 33,6% e o valor agrícola real acrescentado aumentou 52,6%. LIN (1992, apud, GARNAUT; FANG, 2018, p. 11) mostra que 46,9% do aumento da produção agrícola pode ser atribuída ao HRS. Com a evolução da produção agrícola, as condições de vida na zona rural foram melhoradas, ao mesmo tempo em que o abastecimento urbano foi ampliado, acabando assim com a grande escassez de alimentos. Portanto, por consequência do restabelecimento da produção agrícola, gradualmente foram lançadas as bases para a abolição do sistema de racionamento no início da década de 1990.

Ainda segundo Garnaut e Fang (2018), esse período é também marcado pela elevação da renda média nominal dos agricultores. Com relação à população rural, vale ressaltar que houve uma redução considerável dos números absolutos da pobreza, que reduziu em quase metade, passando de 250 milhões de pessoas para 128 milhões.

Além do mais, Deng estabeleceu metas que visavam melhorar a padrão de vida dos chineses ao mesmo tempo em que procurava manter um rápido e elevado crescimento econômico que se seguiria por no mínimo 50 anos. Este progresso deveria ser acompanhado de alto grau tecnológico, porque as reformas em vários setores, como agricultura, indústria e energético só seriam possíveis com grandes investimentos na ciência e na tecnologia. Assim, Deng seguiu os princípios, dando continuidade às reformas. Nestas, as diretrizes aplicadas ao campo também foram ampliadas, embora houvesse maior dificuldade para os demais setores da economia. Portanto, ordem e disciplina em conjunto com o desabrochar de uma economia de mercado baseada na abertura comercial ao exterior asseguraram estabilidade política, condição essencial para a expansão econômica.

Dando sequência à discussão feita por Garnaut e Fang (2018), além do campo, houve transformações também na indústria, a passou a ter maior autonomia. Destarte, foi autorizada às empresas estatais (SOEs)<sup>16</sup> conceder bônus aos funcionários com maior rendimento produtivo. Evoluindo o debate realizado por Lin (1992 apud GARNAUT; FANG, 2018, p. 12), acerca das empresas estatais Garnaut e Fang (2018) mostraram que, concomitantemente, aos administradores foi permitida maior independência na tomada de decisões relacionadas a vendas e, formação dos profissionais das empresas, bem como decidir quais as técnicas e inovações que seriam empregadas para ampliar a produção. Assim, o processo de concessão de maior autonomia das empresas se deu de maneira gradual, com a implementação do programa inicialmente em cidades de regiões delimitadas pelo governo. Ao se observar o êxito do projeto, o mesmo foi ampliado para todo o país. Portanto, a flexibilização do controle governamental junto às empresas estatais, possibilitou ampliar o poder gerencial dessas companhias. É nesse contexto que, nos anos 1990, o governo chinês adotou uma política mais agressiva para estimular o crescimento das empresas. Com o slogan “agarrar o grande, deixando o pequeno ir”, a China passou por um movimento de enorme corporificação das SOEs, ocasião em que foram aplicadas técnicas modernas de gerência, ao mesmo tempo em que acontecia uma alta fusão entre as companhias de porte avantajado, sendo privatizadas muitas companhias pequenas e médias.

Não apenas as empresas estatais receberam atenção especial dos investimentos do Estado. As empresas privadas também foram alvo das prioridades do governo de Deng. O objetivo dessas aplicações era estimular a concorrência entre empresas com diferentes tipos de propriedade ao mesmo tempo em que foi incentivada a introdução de propriedade mista das empresas com o fito de auxiliar a eficiência dos SOEs.

Garnaut e Fang (2018) revelam ainda que o processo de reforma econômica e social chinesa foi ampliado até as instituições, consideradas de grande importância para o país e parte fundamental para o restabelecimento da economia da nação asiática. Assim, um setor que recebeu modificações estruturais foi o bancário, tendo como meta servir as transações relativas à economia de mercado. Destarte, em 1979 foi criado o Banco da China e o Banco agrícola da China. Ainda com o intuito de expandir os investimentos nos diversos setores da economia do país, foi criado, em 1983 o Banco industrial e comercial da China. Além das

---

<sup>16</sup> *State-Owned Enterprise.*

instituições bancárias, foi permitida a criação de corporações financeiras não-bancárias, como a Companhia de Seguros Popular da China e o *China International Trust and Investment Corporation*.

A essas instituições criadas na China foi concedida certa autonomia para efetuar transações de crédito para empresas estatais, mas a liberdade permitida às instituições financeiras estava limitada ao controle do governo. Apesar disso, a década de 1990 foi marcada por uma ampliação da independência do Banco do Povo da China (PBC), bem como pela criação de novas entidades financeiras.

Mesmo com a reforma e/ou criação de uma estrutura financeira robusta, a China ainda precisava superar a escassez de capital financeiro. Para tanto, o país foi aberto aos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo, em que buscou aproximação diplomática e pacífica com as nações vizinhas a fim de acabar com o isolamento em que vivia desde as políticas adotadas por Mao. Foram estabelecidas alianças com várias nações capitalistas. Portanto, o período inaugurado por Deng foi marcado não somente por uma abertura comercial, mas também “política”.

Com o objetivo de ampliar as exportações em concomitância com uma abertura gradual da economia chinesa ao exterior, bem como acumular divisas, foram criadas, entre 1979 e 1980, quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEEs): Shenzhen, Zhunhai e Shantou, na província de Guangdong e Xiamen na província de Fujian, todas situadas no litoral sul da China, próximas a Taiwan e Hong Kong. Era uma associação, vigiada pelo PCCh, em que o início do processo foi marcado pela relação comercial entre empresas multinacionais em *joint ventures*<sup>17</sup> com as empresas locais. Nesse cenário, as filiais das empresas estrangeiras eram responsáveis apenas por cerca de 2% das exportações. Apenas a partir de 1986 foi que as empresas totalmente estrangeiras foram autorizadas em definitivo a entrar no país a fim de afunilar a aliança chinesa com países considerados por eles de alguma forma estratégicos, principalmente no que tange a atração de investimentos e angariamento de novas tecnologias. Mas a permissão concedida às empresas estrangeiras era cercada de regras e supervisionada de perto pelo governo da China. Assim, a elas cabiam cumprir duas condições básicas:

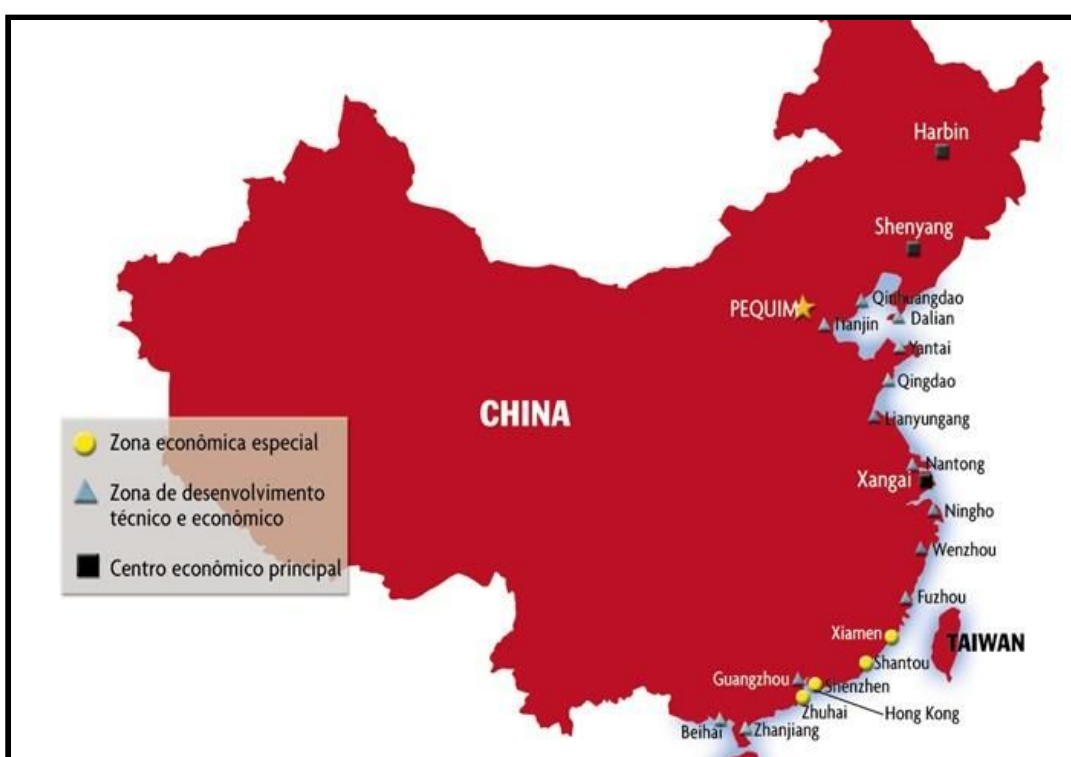
---

<sup>17</sup>União de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro.

exportar 50% de sua produção e produzir mercadorias intensivas em tecnologia (ACCIOLY, 2001, apud CARVALHO, 2013, p. 74).

O êxito das primeiras ZEEs implantadas na China possibilitou que em 1984 fossem criadas mais 14 outras zonas, desta feita denominadas Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDETs), com a finalidade de ampliar o recebimento de investimentos externos. Com a dilatação das zonas especiais, a política de atração dos investimentos se estendeu por todas as áreas costeiras da nação, como pode ser verificado no Mapa 1.

**Mapa 1 - Mapa da China com destaque para as Zonas econômicas**



Fonte: Leme (2015).

As reformas realizadas por Deng Xiaoping, particularmente a criação das zonas especiais, surtiram efeito positivo na economia do país em poucos anos de funcionamento. Com as modificações realizadas pelo governo houve uma expansão do mercado interno e as SOEs proporcionaram um aumento expressivo das exportações conjuntamente com as importações. Em 1978, cada uma dessas era responsável por 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Já em 1992, as exportações e importações representavam respectivamente 13,9% e

12,8% do PIB do país (CARVALHO, 2013, p. 74). O Gráfico 1 aponta o movimento das exportações das empresas estrangeiras da China.

**Gráfico 1- Percentual exportado da produção das empresas estrangeiras na China (1985-2003)**



Fonte: Ministry of Commerce of China (apud, UNCTAD 2005, p. 36)

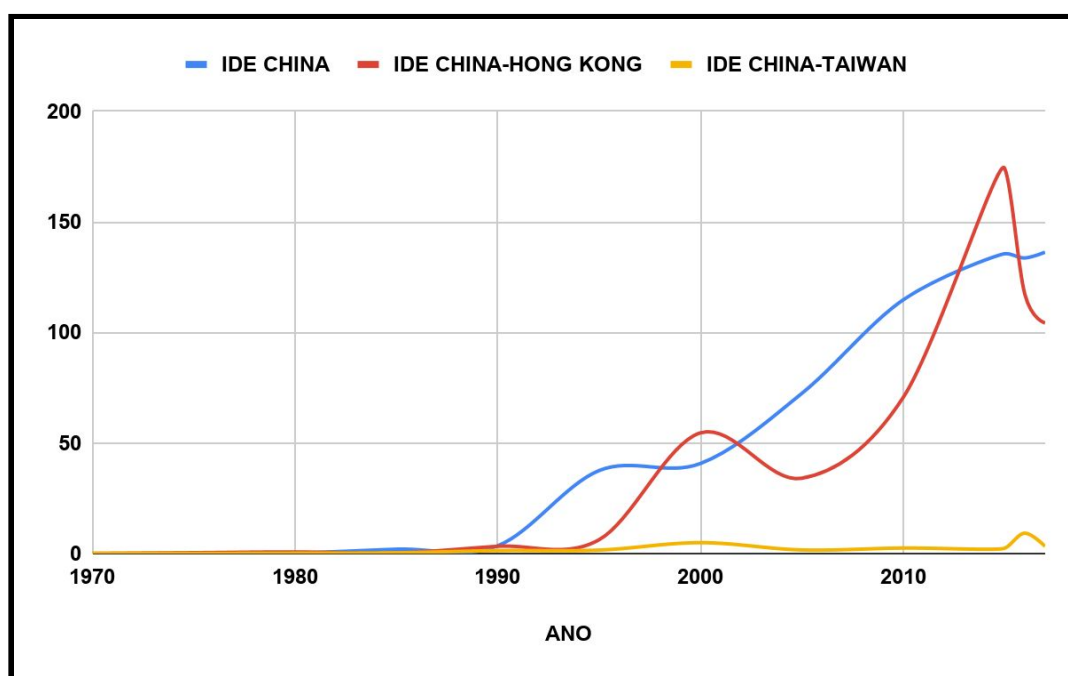
A estratégia de captação de recursos externos para o financiamento das políticas chinesas, configurou um importante plano que foi aperfeiçoado com o passar dos anos. O Gráfico 2 aponta os investimentos recebidos pela China, Taiwan e Hong Kong a partir do anos 1970. Segundo Song *et al.* (2015), o processo de atração de investimento direto estrangeiro se deu em cinco fases:

- 1) No início do período de reforma, de 1980 a 1990, o investimento estrangeiro apresentou dados considerados insignificantes, dada a estrutura do país, pois ingressaram apenas US\$ 19,6 milhões. No mesmo período, as regiões de Hong Kong e Taiwan receberam investimentos de US\$ 24,6 e US\$ 6 milhões, respectivamente<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> A partir de 1980 os dados apresentados pela UNCTAD para os Investimentos Diretos Externos para Hong Kong foram calculados a partir do ativo/passivo.

- 2) Na década seguinte, de 1991 a 2000, o investimento direto estrangeiro na China foi ampliado, atingindo US\$ 327,6 milhões. No mesmo período, Hong Kong e Taiwan receberam, nessa ordem, US\$ 141,5 e 18,1 milhões<sup>19</sup>.
- 3) No espaço entre 2001 e 2007, foram atraídos para a China, US\$ 442,3 milhões, enquanto que no mesmo período, os investimentos para Hong Kong e Taiwan foram de US\$ 213,9 e 24,7 milhões.
- 4) No intervalo entre 2008 e 2013 foram investidos na China em torno de US\$ 687 milhões. Concomitantemente, Hong Kong e Taiwan receberam US\$ 425,4 e US\$ 15,5 milhões.
- 5) No período entre 2014 e 2017, os investimentos diretos estrangeiros sofreram leve queda tanto na China quanto em Hong Kong, enquanto Taiwan auferiu maiores aplicações internacionais se comparado o período anterior.

**Gráfico 2 - Estágios de atração do investimento direto estrangeiro para a China a partir de 1970 (em US\$ bilhões)**



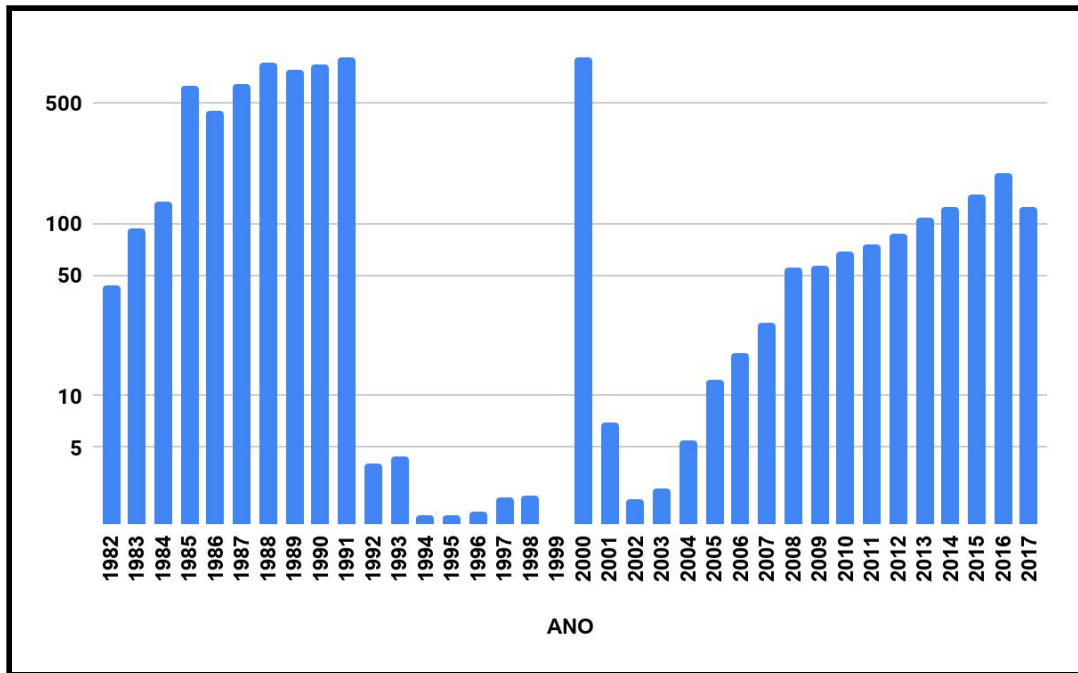
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

<sup>19</sup> A partir de 2000 os dados apresentados pela UNCTAD para os Investimentos Diretos Externos para Hong Kong foram calculados a partir do ativo/passivo.

Fica evidente que a abertura comercial e, a organização dada ao modelo de investimento direto adotado pelo país, são tidos como essenciais para a elevação do país à categoria de destaque no cenário internacional. Em especial observa-se que, a partir de 2001, data que marca a introdução da China na Organização Mundial do Comércio, o valor dos investimentos diretos aumentou aproximadamente 4,5 vezes se comparado com os dez anos anteriores, segundo Flassbeck, Dullien e Geiger (2005). Além da abertura comercial, e do aumento da captação de capitais estrangeiros, o país adotou a política de sair para além das fronteiras. Essa política consistia na concessão de maiores incentivos para a realização de investimentos diretos da China no exterior. Assim, a partir de 2001, a nação passa a executar o plano de investimento, porém, não se limitando apenas à obtenção principalmente para as zonas especiais, mas sim, expandindo para diversos territórios do globo.

Conforme ilustra o Gráfico 3, elaborado com base nos dados da UNCTAD (2018), os Investimentos Diretos Estrangeiros da China no mundo foram evoluindo gradativamente ao longo dos anos. Na década entre 1970 e 1980, o país estava voltado para a política econômica interna e regional, mas a década seguinte já ocorreu um tímido crescimento dos investimentos da China em diversos países, com aproximadamente US\$ 4,4 bilhões. No período entre os anos de 1990 e 2000 a China investiu no exterior US\$ 2,6 bilhões, resultado ainda mais limitado do que na década anterior. Entre 2001 e 2010, a China aplicou no exterior em torno de US\$ 255,4 bilhões, valor que foi equivalente a 20,59% dos investimentos totais do planeta, e entre 2011 e 2017 a China aplicou por volta de US\$ 859,8 bilhões no exterior, o que representou 59,76% dos investimentos totais do mundo.

**Gráfico 3 - Investimento Direto Estrangeiro da China no mundo a partir de 1970  
(em US\$ bilhões)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

Os investimentos em zonas especiais, agora em concomitância com a política de saída, tornou-se uma constante na China, e na década de 1990 foram criadas ainda a área de desenvolvimento de Pudong, localizada próximo à cidade de Xangai, e algumas zonas de livre comércio, como as duas em Shenzhen, as de Dalian, Guangzhou, Xangai e Tianjin (UNCTAD, 2000). A ampliação das zonas especiais está relacionada com um desenvolvimento planejado pelo poder central do governo, o que busca entender à proposta de um crescimento gradual, porém sólido, da economia chinesa.

A China não se limitou à expansão e fortalecimento da economia no âmbito regional. O processo de inserção da China no cenário internacional ganhou novos elementos importantes ao longo da década de 1990 até chegar aos anos 2000, quando ingressou na Organização Mundial do Comércio. As transformações progressivas na estrutura interna e a ampliação da estratégia externa para seu desenvolvimento promoveram impactos tanto positivos quanto negativos em todas as partes do mundo. E é nessa conjuntura de globalização e, mais recentemente, de regionalização que o capítulo seguinte discutirá a relação entre os países partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a China.

## **2 ASCENSÃO CHINESA E A SISTEMATIZAÇÃO COMO DUPLO POLO**

A abertura comercial da China promoveu não apenas transformações nas formas de interação mercantil com o resto do mundo, mas também alterações no comportamento do consumo chinês, efetivando-se, também, a diversificação na pauta de exportação do país. Essa inserção da China no cenário internacional, utilizando-se de estratégias diferenciadas, oportunizou efeitos diversos na organização mercante nos quatro cantos do planeta. Como vista nesse processo, este capítulo abordará as transformações modernas domésticas do consumo, dando ênfase às necessidades que surgiram para obtenção de bens que antes da reforma de Deng não se configuravam como importantes. Também serão feitas considerações sobre o comportamento das exportações do dragão asiático a partir do processo de abertura comercial tanto na região asiática quanto em escala global. Por fim, serão discutidos os efeitos que a China provoca no cenário internacional a partir da sua ascensão econômica.

### **2.1 Transformação da pauta de exportação e demanda interna da China**

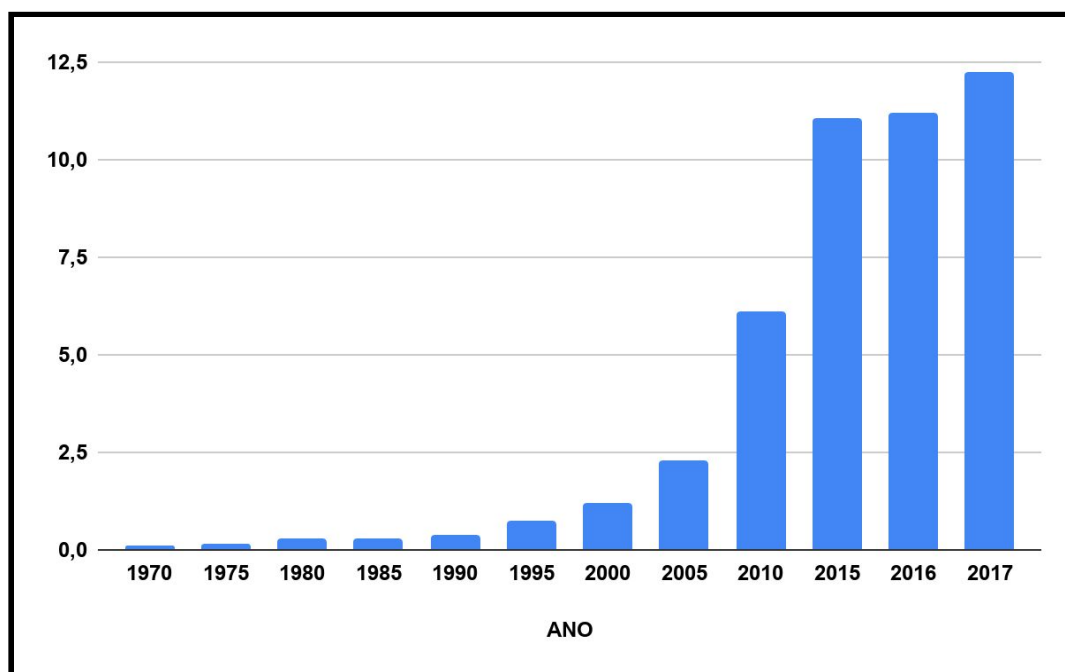
#### *2.1.1 Demanda interna*

O processo de abertura econômica chinesa provocou mudanças profundas na movimentação comercial em decorrência das novas demandas domésticas do país. Em concomitância com o aumento e diversificação da procura por bens e serviços, houve uma transformação também na pauta exportadora, como resultado da estratégia adotada pelo governo baseada no plano de desenvolvimento e crescimento econômico e social.

Com um vigoroso crescimento econômico decorrente dos progressivos investimentos diretos do exterior, principalmente para a atividade industrial, o território chinês tornou-se um imenso canteiro de obras, com intensas aplicações em infraestrutura. Conjuntamente com essas mudanças, verificou-se um movimento significativo da população rural em direção às cidades. Em decorrência da política governamental de crescimento dos salários reais e da poupança, garantiu-se maior confiança do consumidor chinês, o que exerceu pressão sobre a produtividade tanto nacional quanto internacional. Logo, a demanda interna por muitos recursos avultou-se, imprimindo maior dinâmica não apenas do comércio doméstico, mas,

principalmente, internacional. As commodities foram as mais requisitadas pelo desenvolvimento da China, especialmente os metais, utilizados na fase inicial dos processos de industrialização, urbanização e modernização do sistema de serviços da estrutura das cidades. Portanto, a evolução econômica veio acompanhada de um aumento do consumo total de bens produzidos em diversos graus de intensidade tecnológica. Assim como os metais, outra categoria muito requisitada pela China por consequência da dilatação do crescimento e desenvolvimento econômico foi a de energia. Observa-se uma relação direta entre a evolução do PIB chinês e o consumo de energias diversas e metais como se verifica nos Gráficos 4, 5 e 6.

**Gráfico 4 - Produto Interno Bruto da China - 1970-2017**  
(em US\$ trilhões a preços correntes)

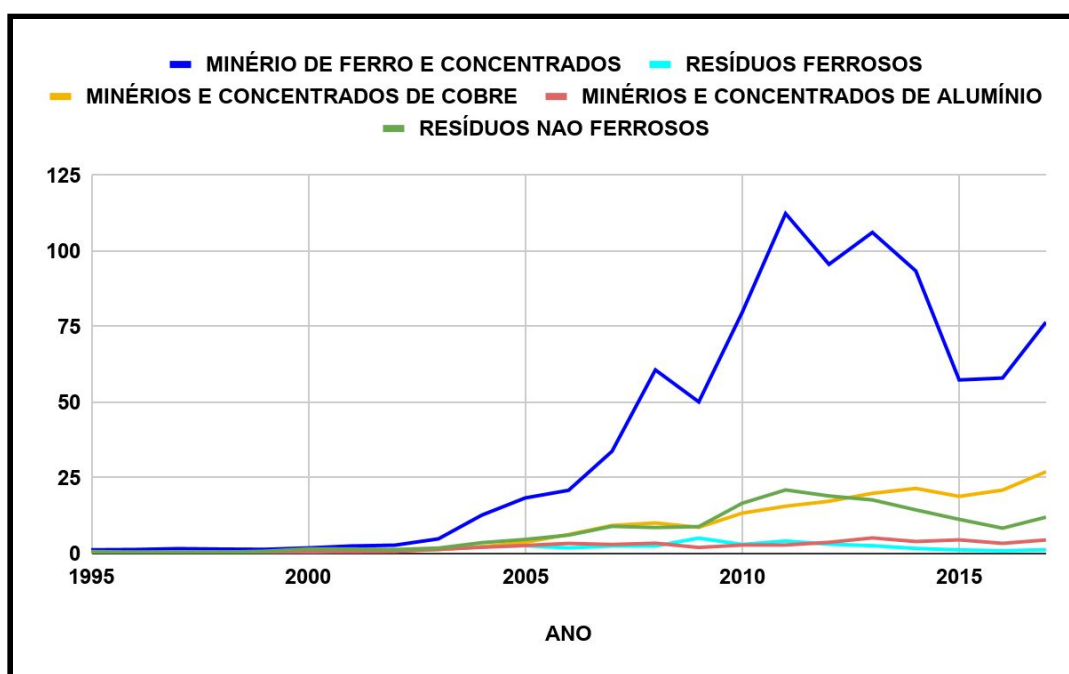


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018)

A evolução do PIB mostrada no Gráfico 4 revela que, em 1970, esse indicador era apenas de aproximadamente, US\$ 92,6 bilhões. Trinta anos depois, em 2000, o PIB chinês cresceu para, aproximadamente, US\$ 1,2 trilhão, chegando em 2017 a cerca de US\$ 12,2 trilhões.

O crescimento econômico chinês, trouxe consigo mudanças na inserção de bens múltiplos. A introdução de novos e abundantes recursos na estrutura da economia chinesa está diretamente relacionada ao crescimento econômico do país, uma vez que são responsáveis por manter funcionando toda a máquina montada, bem como sustentar a grande demanda. Como mencionado anteriormente, os metais foram os cabedais que obtiveram amplo consumo à medida que a prosperidade comercial da nação asiática ganhava destaque tanto regional quanto global. O Gráfico 5 relaciona o Produto Interno Bruto com a importação de metais.

**Gráfico 5- Importações chinesas de metais diversos - 1995-2017**  
(em US\$ trilhões a preços correntes)

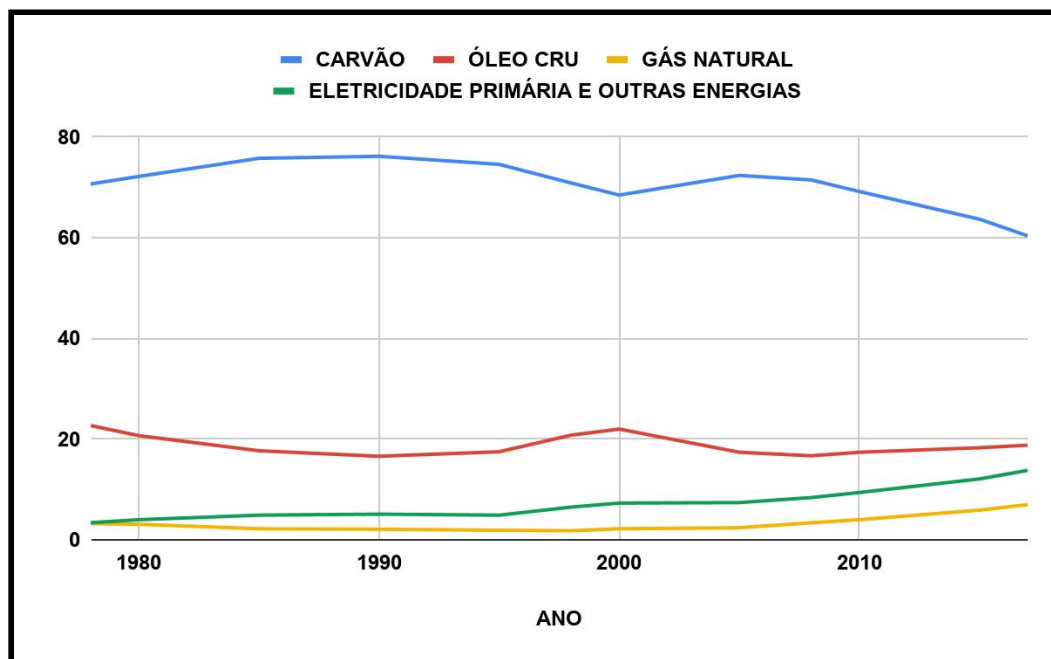


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018)

O Gráfico 5 revela que a importação de metais como ferro, cobre, alumínio e aço, dentre outros, entre 1995 e 2004, se deu de maneira modesta quando considerado o crescimento econômico verificado nesse período. Em nove anos o PIB da China saiu de US\$734,4 bilhões em 1995 para US\$1,9 trilhão em 2004, enquanto que o comportamento da introdução dos metais analisados no Gráfico 5, no mesmo intervalo, foi de US\$ 2,6 bilhões em 1995 para US\$ 22,8 bilhões em 2004. Já a partir de 2005, com a escalada chinesa, houve também uma arrancada na importação dos metais selecionados, e a inserção do cobre e de

seus concentrados foram os que mais cresceram, tendo o ano de 2014 o maior pico, representando US\$ 21,5 bilhões em importações. Em 2017 o mesmo metal bateu novo recorde de importação, US\$ 27 bilhões.

**Gráfico 6 - Fontes de energia e sua participação no consumo total  
1978-2017 (em %)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da China *Statistical yearbook* (2018).

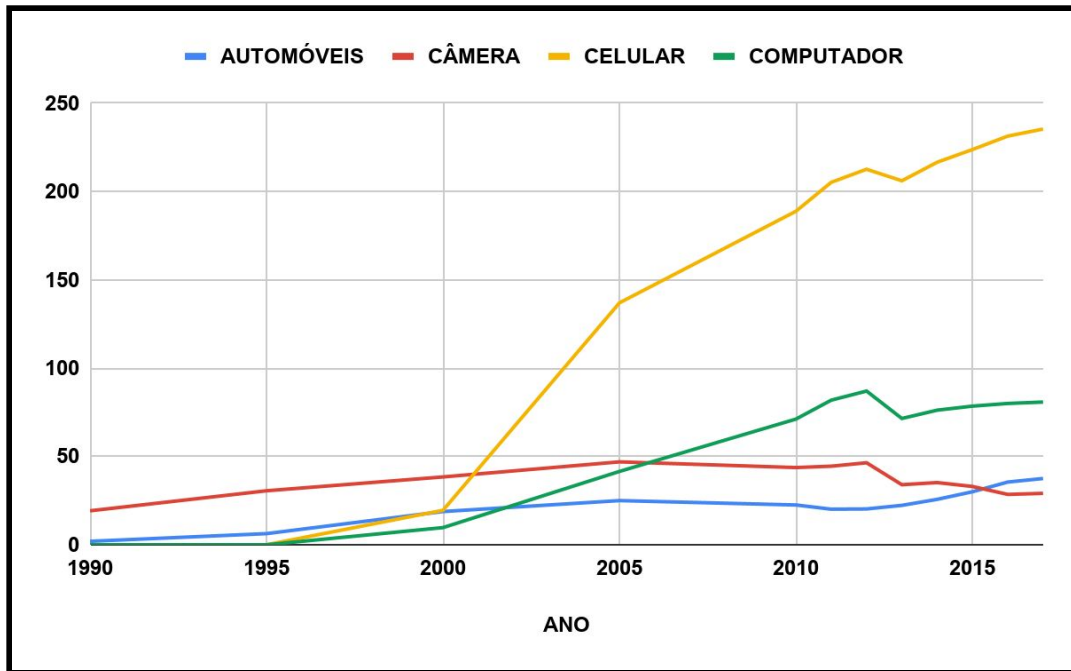
O Gráfico 6 mostra a relação do crescimento econômico apresentado no gráfico 4 e o aumento da demanda por energia. Segundo Wensley, Wilson e Kuang (2013), até 98% do consumo energético da China deve-se ao progresso econômico apresentado nas últimas décadas do século XX e que se estendeu ao longo do século XXI. Em 1978, quando se iniciou o processo de abertura comercial, o PIB do país era de, aproximadamente, US\$ 218,5 bilhões. O consumo de carvão nesse período era de 70,2%, do consumo total de energia, e o óleo cru representava 22,7%, enquanto o gás natural era de 3,2% e as energias primárias e demais energias ocupavam o restante, 3,4%. Dez anos depois, o PIB da China dilatou, correspondendo a US\$ 407,8 bilhões e o consumo energético acompanhou o crescimento. O consumo de carvão nesse período passou a representar 70,9% do total de energia, o óleo cru representava 20,8%, o gás natural 1,8% e as energias primárias e demais energias 6,5%. Já em

2017, o PIB era de US\$12,2 trilhões, e a demanda por energia se intensificou. Nesse ano, o carvão representava 60,4% do total de energia, o óleo cru representava 18,8%, o gás natural 7% e as energias primárias e demais energias 13,8%.

De posse dos dados sobre o crescimento econômico chinês e sua correlação com a demanda energética, verificou-se que, de fato, há relação entre eles, isso porque quanto maior o crescimento, maior a demanda por energia. No entanto, fica evidente que existe uma leve queda do consumo do carvão, ainda que permaneça como principal fonte de energia do país, enquanto, o gás natural e as energias primárias e demais energias têm sua demanda relativamente ampliada. A produção de gás natural, apesar de ter crescido a partir de 1996, ainda não é suficiente para atender toda a demanda do produto. De acordo ainda com Wensley, Wilson e Kuang (2013), cerca de 20% do produto em 2010 era proveniente de importação. A importação de carvão era menor que 10 milhões de toneladas em 2002, enquanto as exportações ficaram em torno de 83 milhões de toneladas, em decorrência das grandes reservas do país. Em 2012 as importações de carvão ficaram em torno de 9 milhões de toneladas, enquanto que as exportações do produto cresceram 345% em relação a 2002.

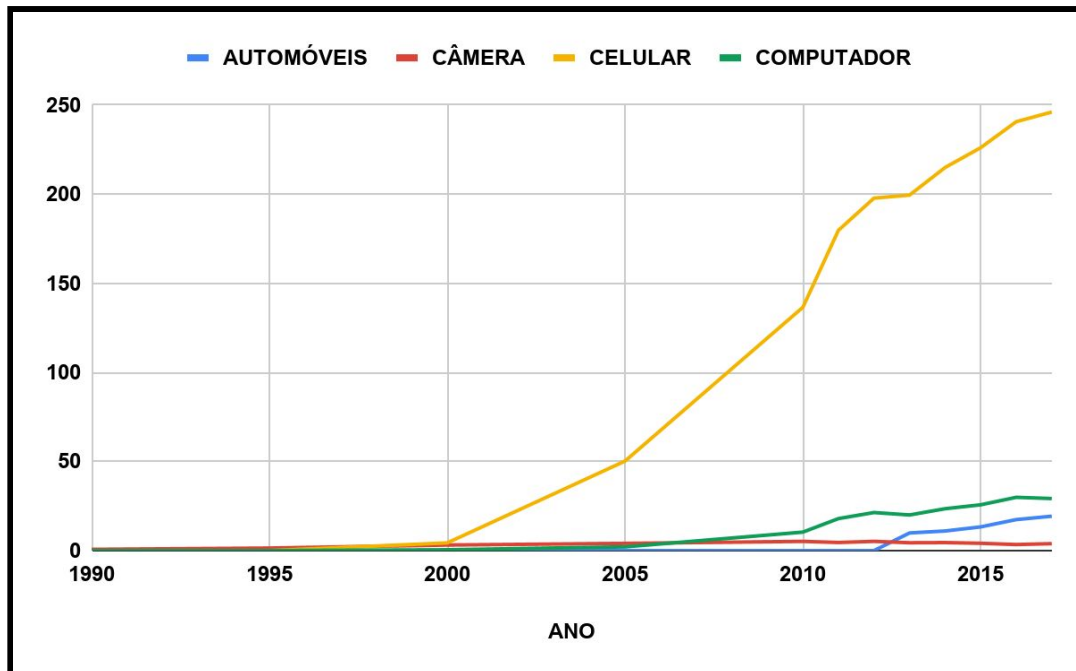
Além da demanda interna pelas fontes de energia, com o crescimento econômico, a China apresentou evolução na procura de bens de consumo duráveis mais populares do mundo conforme mostram os Gráficos 7 e 8, respectivamente, para os agregados urbanos e rurais.

**Gráfico 7 - Consumo de bens duráveis por 100 agregados familiares urbanos  
1990-2017**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da China *Statistical yearbook* (2018).

**Gráfico 8 - Consumo de bens duráveis por 100 agregados familiares rurais  
1990-2017**



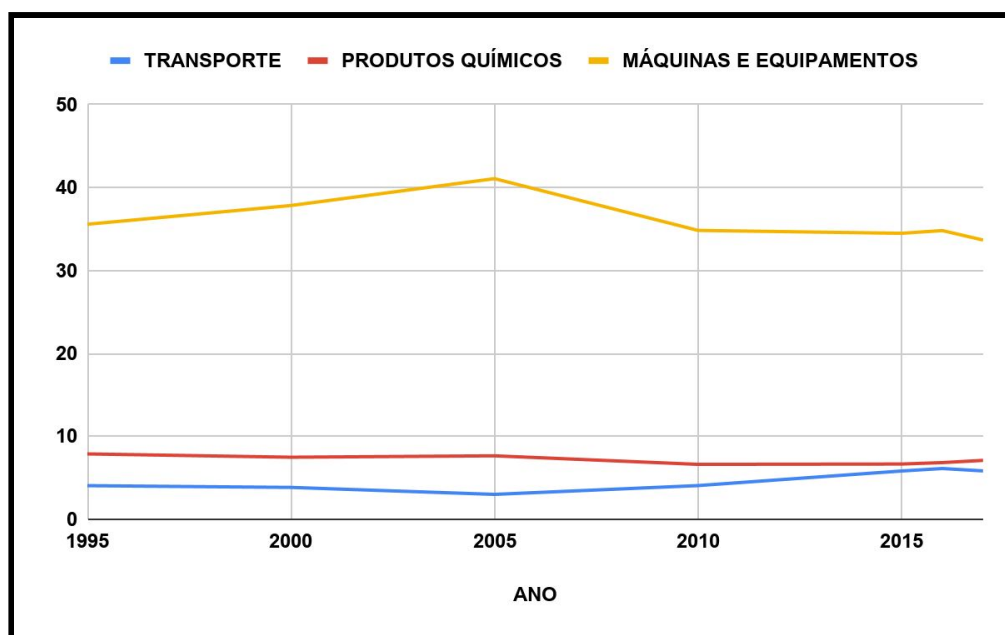
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da China *Statistical yearbook* (2018).

Os itens apresentados nos Gráficos 7 e 8 foram selecionados em decorrência de sua maior demanda entre os anos de 1990 e 2017, conforme dados apresentados pelo anuário estatístico da China (2018). O celular foi o bem durável que apresentou maior demanda tanto na zona urbana quanto na zona rural, passando de 4,3 por 100 agregados familiares em 2000 para 246,1 por 100 agregados familiares em 2017, o que representa um crescimento de, aproximadamente, 6.000%. Na zona urbana, a demanda pelo telefone celular em 2000 foi de 19,5 por 100 agregados familiares e passou para 235,4 por 100 agregados familiares, o que representa um crescimento de, aproximadamente, 1.200%.

O automóvel, a câmera e o computador apresentaram maior crescimento da demanda na zona urbana em relação à zona rural. Não houve dados computados para a demanda de veículos na zona rural até 2013. Já na zona urbana, o mesmo bem durável foi relatado desde 1990, mas até 2013 não houve crescimento significativo.

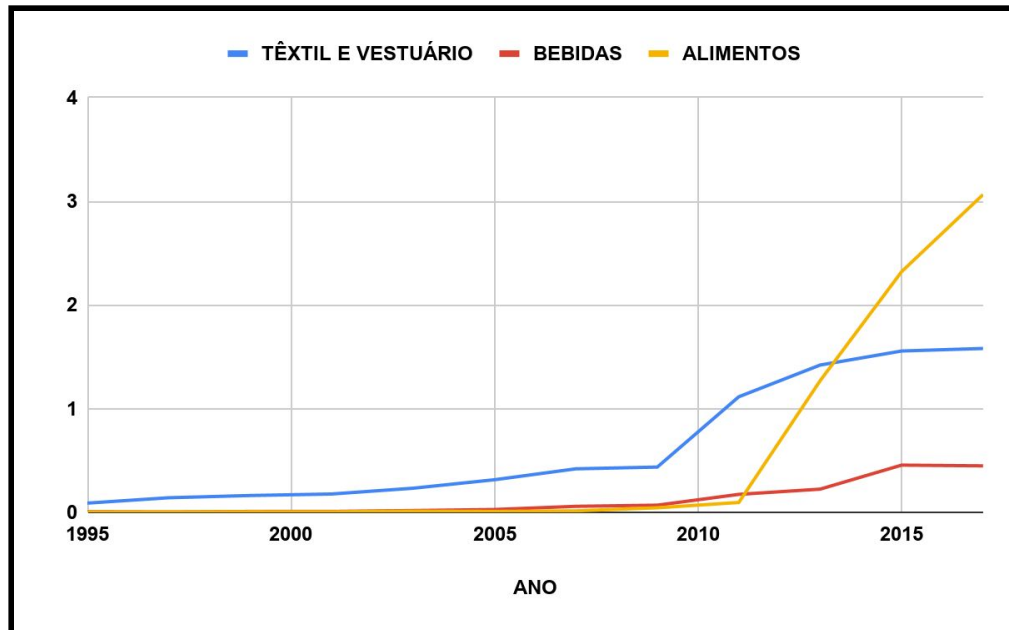
Além de compreender a dinâmica do consumo doméstico da China, é importante verificar a performance das importações de bens de consumo duráveis e não-duráveis. Os Gráficos 9 e 10 apresentam as importações dos bens de acordo com o grau de intensidade tecnológica.

**Gráfico 9 - Importação de bens de média e alta intensidade tecnológica - 1995-2017 (em %)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

**Gráficos 10 - Importação de bens de baixa intensidade tecnológica -  
1995-2017 (em US\$ bilhões)**

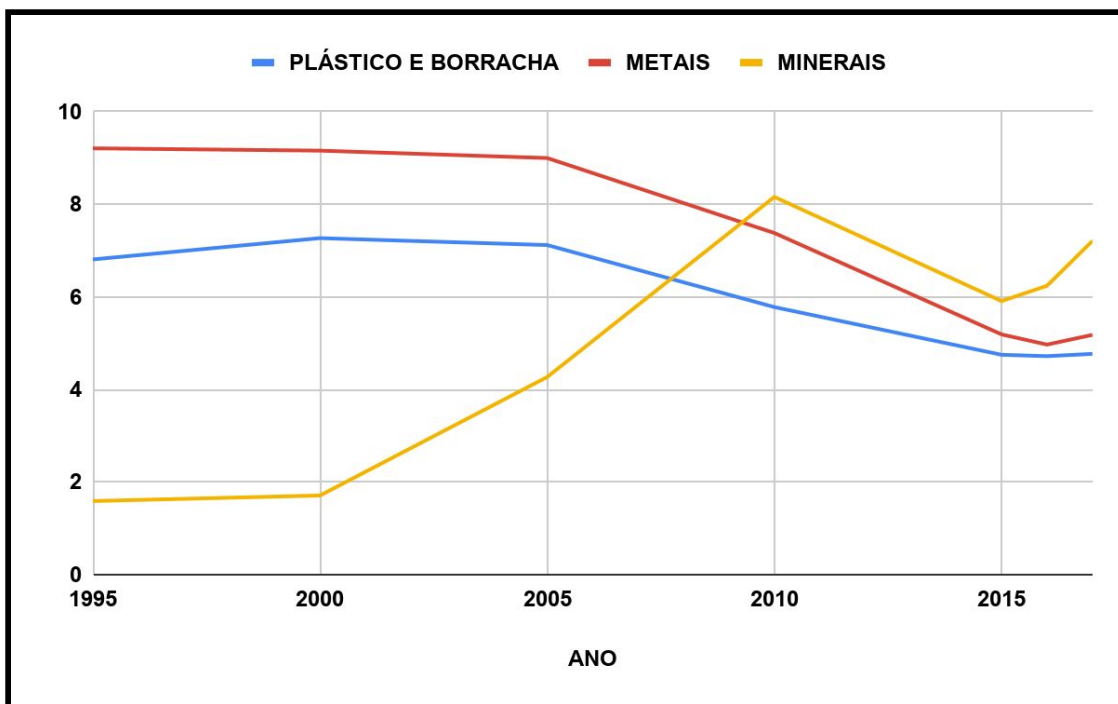


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

Os Gráficos 9 mostra, a importação dos bens de média e alta intensidade tecnológica, transporte, produtos químicos e máquinas e equipamentos, enquanto o Gráfico 10 apresenta a importação dos bens de baixa intensidade tecnológica, produtos alimentícios e têxteis e vestuários. O Gráfico 9 ilustra que os produtos selecionados são largamente consumidos pela China uma vez que são utilizados para a produção de outras mercadorias, principalmente de alta intensidade tecnológica. Os produtos químicos e as máquinas e equipamentos apresentaram maior pico de importação em 2005, quando se verificou 7,66% e 41,08%, nessa ordem. A partir de 2006 as importações continuam elevadas, apresentando, no entanto, uma tendência de leve queda. Já o Gráfico 10 demonstra uma leve queda das importações de têxteis e vestuário entre 2009 e 2010. No entanto, a partir de 2011, as importações desse setor voltaram a crescer. Já os produtos alimentícios oscilaram entre os anos de 1995 e 1998, mas, a partir de 1999, as importações de alimentos ficaram em torno de US\$ 8,6 milhões e prosseguiram ao longo dos anos em franca expansão, chegando em 2007 a US\$ 3 bilhões.

**Gráfico 11- Importação de bens de média baixa intensidade tecnológica - 1995-2017**

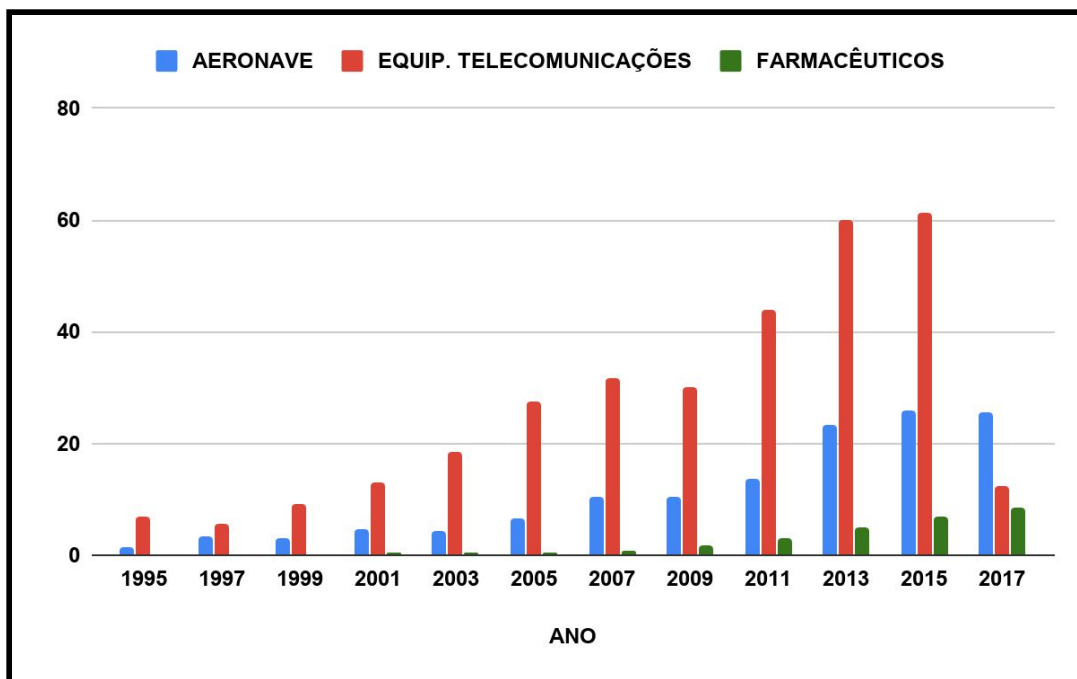
(em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

Os bens de média intensidade tecnológica selecionados no Gráfico 11 são cruciais para a manutenção de setores estratégicos, e na China a demanda por esses produtos se ampliou à medida que aconteciam as transformações internas da população, das modernas necessidades e da pauta exportadora do país. Como se verifica, os minerais são os bens com maior procura neste segmento. Em 1995, a procura pelos minerais ficava em torno de 1,59% e em 2010, quando esse setor atingiu maior pico de demanda, o consumo de minerais representava aproximadamente 8,16%, atingindo, em 2015, 5,91%, menor valor em 5 anos. Após isso, a demanda retomou uma maior participação, alcançando em 2017, 7,21%. A procura por metais garantiu uma certa linearidade entre os anos de 1995 e 2005. A partir desse último ano, a demanda por esse setor perdeu participação, para em torno de 9%, e em 2017, 5,16%. Os produtos da categoria de plástico e borracha, assim como a procura por metais, sofreram queda. Em 2000, a demanda por esses bens representou 7,27%, enquanto que em 2017 a procura foi de 4,77%.

**Gráfico 12 - Importação de bens de alta intensidade tecnológica - 1995-2017**  
(em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

O Gráfico 12 mostra que as importações dos bens de telecomunicações entre os anos de 1995 e 2015, se expandiram, mas em 2017 sofreram uma queda considerável. Em 2015 foram destinados ao país US\$ 61,1 bilhões de produtos desse setor. Já em 2017 as importações de equipamentos de telecomunicações totalizaram US\$ 12,4 bilhões. Quanto às importações de aeronaves, houve expansão ao longo dos anos. Em 1995 foram gastos pela China US\$ 1,3 bilhão, enquanto que em 2017 foram consumidos pelo país em torno de US\$ 25,4 bilhões em aeronaves. As importações dos produtos farmacêuticos no período entre 1995 e 2017 também se ampliaram. Enquanto em 1995 foram adquiridos US\$ 178,2 milhões, em 2017 foram consumidos pela China em produtos de farmácia aproximadamente US\$ 8,36 bilhões.

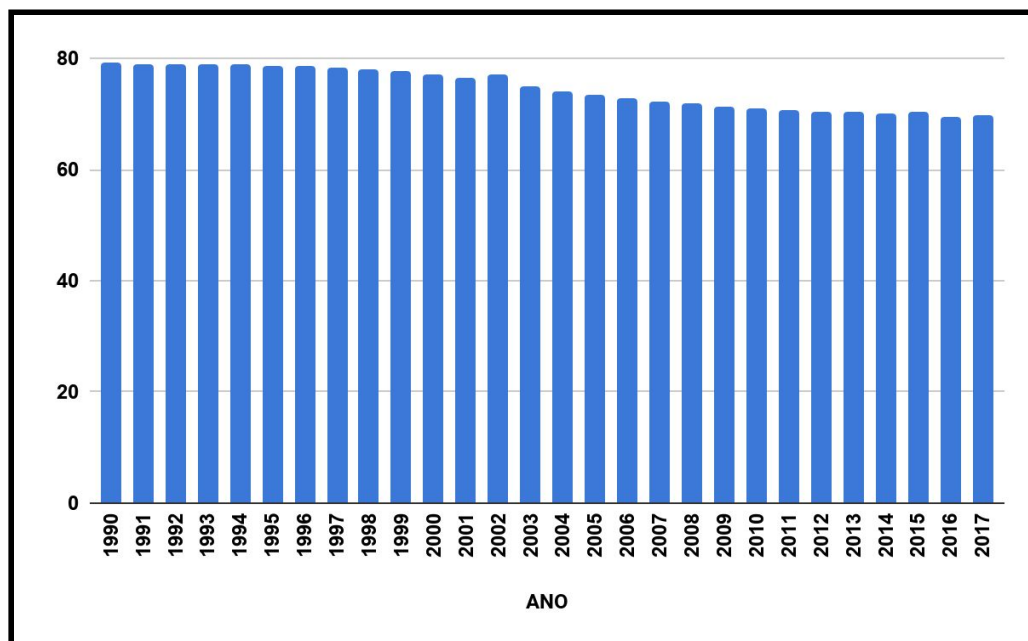
### 2.1.2 Pauta de exportação

Segundo dados do *World Bank* (2019), a China iniciou a década de 1990 com aproximadamente 1,14 bilhão de habitantes, com cerca de 80% em idade economicamente

ativa, ou seja, com 15 ou mais anos de idade. O grande contingente de mão de obra barata que a China tinha a seu dispor seguiu em largo crescimento ao longo da década de 1990, adentrando os anos 2000 na mesma perspectiva de expansão, como se observa no Gráfico 13

**Gráfico 13 - População Economicamente Ativa da China - 1990-2017**

(em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *World Bank* (2019).

Assim, segundo Nonnenberg (2010), caracterizada com trabalhadores em profusão, remunerados com baixas pagas, particularidade de muitos países da região asiática, a China se inseriu no cenário internacional exportando produtos manufaturados de baixo valor agregado. No entanto, com a ampliação das zonas especiais implantadas no litoral do país, e com uma política conciliatória e de expansão pacífica dentro do território asiático, com maior destaque a partir da década de 1990, a China atuou em duas frentes. Como explica Medeiros (2010), o país tornou-se líder regional, galgando posições de poder econômico e comercial frente aos demais países locais, em especial os chamados tigres asiáticos Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e Hong Kong, ao mesmo tempo em que rompeu barreiras mercantes com o resto do mundo.

A dinâmica exportadora da China, tanto no âmbito regional quanto global, baseia-se, na cadeia produtiva liderada pelos produtores da indústria de tecnologia da informação e na

cadeia liderada pelos consumidores da indústria leve de consumo (MEDEIROS, 2010, p. 453). Ainda segundo Medeiros (2010), a rede comandada pelos agentes da indústria de tecnologia da informação se firmou nas regiões das ZEEs além de muitos outros países asiáticos, como, por exemplo, os tigres asiáticos, que já eram naquele período grandes produtores de componentes tecnológicos.

Os componentes produzidos na região eram enviados à China para a fabricação de produtos da indústria tecnológica da informação e de lá eram exportados para os demais países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o objetivo de obter melhores tarifas. Já a cadeia liderada pela indústria leve de consumo era coordenada pela produção ocidental, principalmente norte americana, que tinha mercado muito competitivo.

No entanto, a China tinha uma parcela considerável do negócio que compreende de artigos como vestuário, material esportivo, brinquedos, miscelânea. Esse segmento da indústria, além de possuir baixo valor unitário, ainda é marcado pelo baixo valor agregado. Com o avançar dos anos a China alcançou maior conhecimento tecnológico, permitindo-lhe rápidas mudanças na sua pauta de exportação, o que Feentra, Wei (apud, MEDEIROS, 2010) definem como uma evolução de um perfil concentrado em artigos de baixo valor agregado para a exportação de máquinas e produtos eletrônicos. Apesar disso,

[...] a posição da China na cadeia produtiva especializada nas atividades intensivas de mão de obra tem transferido para os principais fornecedores de peças e componentes, as grandes firmas japonesas e ocidentais, detentoras das marcas e tecnologias proprietárias, parcela substancial do valor adicionado (MEDEIROS, 2010, p. 454).

A fim de complementar os estudos realizados por Medeiros (2010), faz-se necessário entender como se deu a transformação da pauta exportadora chinesa mediante a intensificação técnica. Ao se tratar de definições acerca do conceito sobre intensidade tecnológica, acha-se na literatura a respeito do tema muitos conteúdos. Para tanto, neste trabalho será usada a elucidação dada pela OCDE, órgão responsável pela classificação dos setores industriais segundo o seu nível de intensidade tecnológica, dos cerca de 30 países que a integram e onde se incluem os mais desenvolvidos do mundo. Por meio deste indicador, os setores industriais

foram classificados em quatro níveis de intensidade tecnológica: alta, média-alta, média-baixa e baixa (ZAWISLAK; FRACASSO; TELLO-GAMARRA, 2013, p. 3).

Assim, segundo a definição da OCDE, em 2003, os artigos que compreendem a alta intensidade tecnológica foram: aeroespacial, computadores, equipamentos de escritório, farmacêuticos, eletrônicos e telecomunicações; os de média-alta intensidades: instrumentos científicos, veículos automotores, maquinaria elétrica, química e outros equipamentos de transporte e máquinas e equipamentos; os de média-baixa intensidade: produtos de borracha e plástico, embarcações e outras indústrias transformadoras, metais não-ferrosos, produtos minerais não-metálicos, produtos metálicos, refino de petróleo, metais não-ferrosos; e por fim; os de baixa-intensidade: papel para impressão, têxtil e roupas, alimentos, bebidas e tabaco, madeiras e móveis (ZAWISLAK; FRACASSO; TELLO-GAMARRA, 2013, p. 5) . Desse modo, a definição apresentada pela OCDE se faz necessária para compreender como se comportou a pauta de exportação da China nos últimos anos conforme observado na Tabela 1

**Tabela 1- Fluxo de taxas de crescimento total do comércio das exportações chinesas segundo o grau de intensidade tecnológica em US\$ bilhões (1995/2005/2015)**

<b>Tipologia</b>	<b>1995</b>	<b>2005</b>	<b>2015</b>
<b>Baixa intensidade</b>			
Produtos alimentícios	9,1	21,6	54
Têxteis e vestuário	38,7	116,3	286,6
<b>Média baixa intensidade</b>			
Plástico e borracha	1,4	10,6	44,7
Metais	7	30,2	87
<b>Média alta intensidade</b>			
Produtos químicos	6,2	27	92
Máquinas e equipamentos	8,8	35,7	129,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

A análise dos dados da Tabela 1 mostra que a exportação dos bens de baixa intensidade, segundo o padrão de classificação do comércio internacional-SITC<sup>20</sup> revisão 3 da UNCTAD, evoluiu significativamente. Compreende as categorias dos animais vivos, carnes e carnes industrializadas, produtos lácteos e ovos de aves; peixes, crustáceos, moluscos e preparações dos mesmos; cereais e preparações de cereais, vegetais e frutas, açúcar, preparação de açúcar e mel, café, chá, cacau, especiarias e manufatura dos mesmos, outros comestíveis. Em 1995, a saída de produtos alimentícios gravitava em torno de US\$ 9,1 bilhão, mas vinte anos depois, em 2015, a exportação desse setor correspondia a US\$ 54,8 bilhões.

Já a indústria têxtil e de vestuário, que compreende roupas masculina, feminina e infantil, fios têxteis e afins e fibras têxteis e seus resíduos, apresentou exportações em crescimento, passando de US\$ 38,7 bilhões em 1995 para US\$ 286,6 bilhões em 2015.

Quanto aos produtos de média baixa intensidade, os bens da seção plástico e borracha que corresponde ao plástico na primeira forma, plástico não na primeira forma e manufatura de borracha, obter imensa elevação na taxa de exportação da China. Em 1995, a exportação dessa categoria foi de US\$ 1,4 bilhão e evoluiu para US\$ 44,7 bilhões em 2015.

Os metais, representados pelos metais não ferrosos, aço e ferro, sofreram uma enorme ascensão nas exportações. Em 1995 as saídas desses metais equivaliam a US\$ 7 bilhões e em 2015 correspondiam a US\$ 87 bilhões.

Como se verifica, as exportações dos bens de média alta intensidade tecnológica, como os produtos químicos, dos quais foram selecionados para esta pesquisa os produtos químicos orgânicos, os químicos inorgânicos, plásticos em forma primária, plásticos em forma não primária e materiais e produtos químicos foi de US\$ 6,2 bilhões em 1995, enquanto que em 2015 as exportações desses produtos angariaram cerca de US\$ 92 bilhões. Já as máquinas e equipamentos exportados pela China em 1995 foram de US\$ 8,8 bilhões e em 2005 foram US\$ 129,5 bilhões.

---

<sup>20</sup>“Na sua décima terceira sessão, em 1965, a Comissão de estatística, reconhecendo a crescente necessidade de estatísticas do comércio internacional analisadas por amplas categorias econômicas, recomendou que os dados sobre as grandes classes econômicas de commodities, distinguir alimentos, fornecimentos industriais, equipamentos de capital, bens de consumo duráveis e não-duráveis do consumidor, ser compilados para cada país relator e para as regiões mundial e principal, a fim de complementar os dados resumidos já compilados com base nas seções do Standard International Trade Classification (SITC)”. A terceira revisão, mais completa, substituiu a segunda revisão em 1985 (CLASSIFICATION, 2002, p. 1).

Ao analisar tanto a demanda doméstica quanto a pauta de exportação da China nos últimos anos do século XX e os primeiros anos do século XXI, pode-se concluir que a demanda interna tem se desenvolvido concomitantemente com a evolução do crescimento econômico. As necessidades dos chineses promovem um maior dinamismo na economia mundial, principalmente por bens de produção e commodities. Ao mesmo tempo, a China no decorrer dos anos, modificou sua pauta de exportação que no início do processo de abertura comercial estava mais voltada para a saída de produtos manufaturados, ao agregar maior conhecimento tecnológico. Apostando em pesquisa e desenvolvimento, o país aumentou sua exportação de produtos com média alta intensidade tecnológica.

## **2.2 A China como duplo polo na economia mundial: efeitos estrutura e escala**

O processo de crescimento econômico verificado na China após a abertura comercial de Deng Xiaoping, a partir de 1978, promoveu uma interação de proporções gigantescas entre o quadro de exportações e as importações para satisfazer as necessidades do mercado interno em ascensão, o que Medeiros (2006) complementada por Pinto (2013), chamou de “duplo polo”. Esse fenômeno só foi possível dada a dinâmica econômica e a estratégia de inserção no comércio exterior adotada pelo país, baseada inicialmente na construção das zonas especiais dentro do território, seguido pelo aprofundamento das alianças com os países vizinhos, ao mesmo tempo em que ampliava os vínculos mercantes com os demais países do globo, dentre outros fatores.

O entendimento que se tem sobre a caracterização da China como duplo polo provém dos mecanismos utilizados pelo país para se estabelecer como maior produtor de artigos de tecnologia da informação, da mesma forma que se tornou responsável pelo fornecimento de bens de consumo, ambos largamente exportados para os mercados tanto ocidentais quanto orientais, em especial para os Estados Unidos, Hong Kong, Japão, Alemanha e Coreia do Sul, dentre outros.

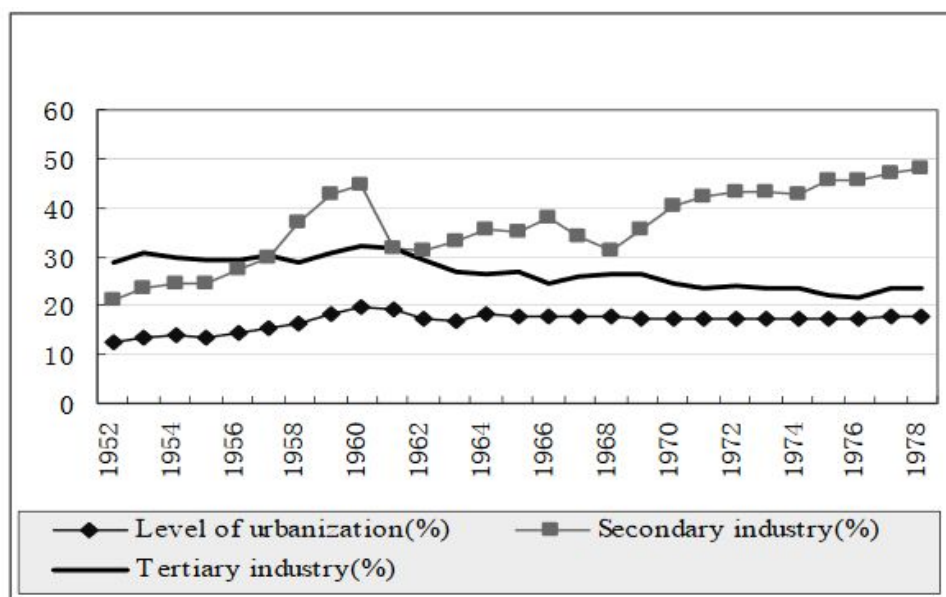
Medeiros (2006) e Medeiros e Cintra (2015) argumentam que, a expansão comercial externa da China se deve a dois processos domésticos que possuem correlação, ao mesmo tempo em que garantem independência e desempenho singulares e ambos estão relacionados com a mudança estrutural sofrida pela China a partir reformas promovidas por Deng

Xiaoping. O primeiro motor responsável pela incorporação comercial da economia chinesa ao comércio internacional foi a marcha urbana e a forte industrialização que se seguiu com ela. De acordo com Medeiros (2006), o “êxodo” rural e o crescimento do número de indústrias, não foi benquisto pelo governo Mao Tsé Tung. Contrariamente, foi empreendida vigorosa campanha em torno do que Zhuoyong (2008, p. 1) chamou de “industrialização sem urbanização”. Esse mesmo autor, examina ainda detalhes sobre o processo de urbanização no período de 1949 a 1978 e mostra que ele pode ser dividido em três fases:

- a) 1949-1957: etapa denominada “saudável em curto prazo” porque apresentou um leve crescimento da urbanização;
- b) 1958-1965: período intitulado “excedente de urbanização” em decorrência de uma maior migração da zona rural para a urbana, inclusive incentivada pelo Estado visando uma rápida industrialização do país. No entanto, dado o fracasso do “Grande Salto para Frente”, o governo passou a restringir a mobilidade campo-cidade;
- c) 1966-1978: nomeado “anti urbanização”, em que mediante a revolução cultural, ocorrida entre (1965-1975), políticas de “purificação social” foram realizadas pelo governo, com grande deslocamento da população mais jovem da cidade para o campo.

O Gráfico 14 ilustra a comunicação entre o crescimento da industrialização e a evolução populacional urbana na China na era Mao.

**Gráfico 14 - Elo entre o processo de urbanização e o progresso industrial na China  
1952-1978 (em %)**



Fonte: CSSB, 2003, *China Statistical Yearbook 2002* (apud Zhuoyong, 2008).

A evolução da urbanização e da industrialização discutida por Medeiros (2006), Medeiros e Cintra (2015) e detalhada por Zhuoyong (2008) ganhou novos capítulos após a reestruturação da economia chinesa iniciada em 1978. Logo, foi exigida uma transgressão das fronteiras nacionais objetivando a obtenção de recursos escassos ou encontrados em quantidades não suficientes para atender as novas demandas chinesas, principalmente alimentos, minérios e energia.

O segundo motor responsável pela incorporação comercial da economia chinesa ao comércio internacional foi a transformação da China num centro manufatureiro. Isso quer dizer que ela,

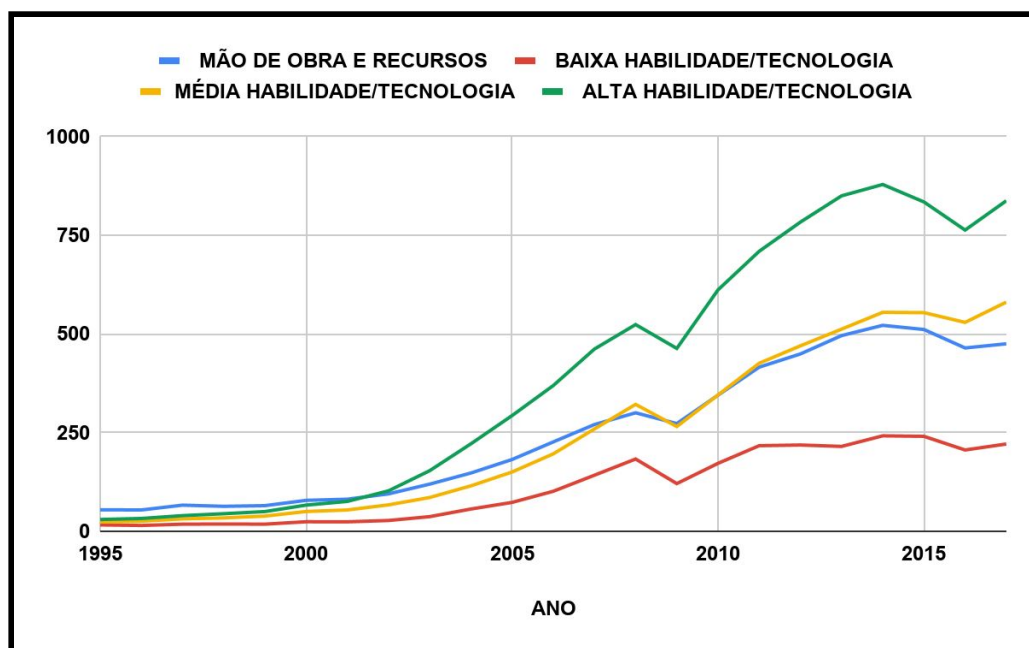
[...] transmite para os demais países através de suas exportações industriais (de bens intermediários e finais), do seu efeito sobre os seus preços e por meio das importações de matérias-primas, bens de capital e de partes e componentes das cadeias produtivas em que a China está inserida. Neste processo a China não constitui uma fonte de demanda autônoma da economia mundial na medida em que a demanda sobre o resto do mundo está associada ao crescimento de seus mercados externos (MEDEIROS; CINTRA, 2015, p. 31).

Contribuindo com o debate iniciado por Medeiros e Cintra (2015), sobre o segundo motor chinês, Ribeiro (2008) diz que, em 1995, a produção manufatureira do dragão asiático correspondia a apenas 5,4% do total mundial, ficando atrás das produções dos Estados Unidos (13,1%) e do Japão (12,1%). Graças à evolução do processo produtivo, dez anos depois a China já havia ultrapassado os Estados Unidos e o Japão, apresentando manufaturas que participavam com 13,1 % da produção global.

Os processos de inserção da China no comércio internacional, com destaque para o progresso urbano e industrial, bem como a dilatação da produção manufatureira, corroboraram com o surgimento dos efeitos estrutura e escala, de acordo com a nomenclatura cunhada por Medeiros (2006), Medeiros e Cintra (2015). Tais efeitos afetarão os países de formas diferentes a depender do grau da estrutura produtiva e capacidade tecnológica.

O efeito estrutura consiste na avaliação das implicações provenientes da pauta de exportações e importações da China. Segundo Medeiros (2006), existem dois sistemas na relação entre a saída e a entrada dos produtos no país asiático, o substitutivo e o complementar. O sistema é denominado de substitutivo em decorrência da explosão da produção manufatureira, em especial a partir da entrada da nação na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o que possibilitou ao país uma produção em larga escala proporcionada pelo extraordinário contingente de mão de obra barata, o que, por sua vez, resultou em produtos vendidos a preços muito competitivos no comércio internacional. O Gráfico 15 ilustra o progresso das exportações de manufaturas da China de acordo com a intensidade de recursos empregados.

**Gráfico 15 - Exportação chinesa de manufaturas por grau de intensidade tecnológica - 1995-2017 (em US\$ bilhões)**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD (2018).

As exportações chinesas de bens manufaturados a partir de 1995 se expandiram de maneira acentuada, independente do grau de intensidade tecnológica. As produções que demandam maior grau de tecnologia foram as que mais cresceram. Em 1995, esse setor exportava US\$ 29,9 bilhões. Já em 2005, essa categoria arrecadou em exportação US\$ 293,2 bilhões enquanto que em 2017 foram US\$ 837,7 bilhões. Os bens produzidos com tecnologia de baixo intensivo e exportados também evoluíram, US\$ 16,2 bilhões em 1995 para US\$ 73,2 bilhões. Já em 2017 a saída das manufaturas que requerem baixo intensivo tecnológico para a produção auferiu para a China US\$ 221,2 bilhões.

O ano de 2009, marcado pelo impacto inicial da crise de 2008 apresentou declive nas exportações de manufaturados da China para o mundo, mas, já no ano seguinte, as saídas dos bens voltaram a mostrar vigoroso crescimento. O Gráfico 15 ilustra que os bens de médio grau de intensidade tecnológica a partir de 2011 representaram maior fluidez de saída, ultrapassando inclusive as exportações das mercadorias intensivas em mão de obra e recursos. A diversificação e dilatação da pauta de exportação chinesa segue a dinâmica causada pelo efeito estrutura desenhada por Medeiros (2006).

O efeito estrutura, a partir do sistema substitutivo, desloca parte ou toda a produção exportável de países menos competitivos para a China, sendo um efeito muito comum nos países asiáticos. A China é a líder regional, com balança comercial deficitária, ou seja, o dragão asiático importa mais do que exporta para países como os chamados tigres asiáticos. As plataformas exportadoras chinesas de produtos intensivos em mão de obra deslocam produtores asiáticos destes bens e absorvem capitais voltados para a sua produção e exportações mundiais (MEDEIROS, 2006, p. 389). Além do efeito sobre as exportações, ainda existe o sistema complementar que é derivado das importações de insumos, e bens de capital. Portanto, fica evidente que países produtores de bens com alto valor agregado se beneficiam do efeito estrutura da China. No entanto, países que produzem bens de baixo valor agregado sofrem negativamente os efeitos desse processo.

O efeito escala está relacionado com as necessidades internas da China e abrangem diversos mercados, mais especificamente o de commodities, dos quais fazem parte alimentos e recursos naturais como energia, minérios, insumos, dentre outros. Desse modo, como o país tem um mercado doméstico ainda pouco explorado, mas, com um potencial enorme, tendo em vista ter uma população de mais de 1,4 bilhão de pessoas em 2019, a demanda chinesa por produtos *commodities* afeta os preços dos mesmos. Além do mais, os fornecedores desses produtos se organizam em uma vasta rede para atender a demanda. No curto prazo esses produtores angariam ganhos satisfatórios, mas, as implicações do efeito escala chinês no longo prazo ainda não são conhecidos.

Pinto (2013) contribui com o debate feito por Medeiros (2006) e Medeiros e Cintra (2015) a respeito do efeito duplo polo da China, afirmando que tal fenômeno vem promovendo mudanças na estrutura da economia internacional e pode ser observado a partir de quatro tendências distintas:

- a) O efeito escala promove o aumento das *commodities* ao mesmo tempo em que promove o aumento do custo de produção desses produtos;
- b) Em virtude da competição dos produtos manufaturados dos demais países do globo com a produção em larga escala da China que consegue produzir a baixos custos em decurso da abundante mão de obra, há uma estabilização ou baixo crescimento no nível dos preços desses produtos;

- c) Sustentação dos termos de troca favorável aos países em desenvolvimento, especialmente os africanos e os latino-americanos que exportam commodities para a China. Isso relaxou a restrição externa que esses países enfrentam. Esta condição decorre das duas tendências anteriores (PINTO, 2013, p. 12);
- d) Expansão mundial do consumo de massa em decorrência da mudança de preço relativo entre manufaturas e salários que vem permitindo o acesso aos produtos industriais a segmentos da população mundial que até então viviam na condição de subsistência (PINTO, 2013, p. 12).

Após apresentar a China como duplo polo, descrevendo os efeitos estrutura e escala na dinâmica do comércio internacional e mostrando quais suas implicações em todo o planeta, o próximo capítulo terá como objetivos expor as peculiaridades da formação do Mercosul e, posteriormente, como se deu a formação econômica dos países partes do bloco econômico. Tal narrativa é importante para compreender como o efeito duplo polo afeta essas nações.

### 3 PATOS SENTADOS: DA FORMAÇÃO DO MERCOSUL À EVOLUÇÃO ECONÔMICA DOS PAÍSES PARTES

#### 3.1 A formação do Mercosul

A globalização e o intenso processo de competitividade que se aprofundou no pós Segunda Guerra, juntamente com a nova dinâmica consolidada a partir do Consenso de Washington, em 1989, possibilita a expansão dos blocos econômicos regionais. O movimento de regionalização tornou-se mais popular a partir da década de 1980, quando o mundo bilateral começou a se desfazer e o multilateralismo econômico se intensificou. A formação dos blocos econômicos regionais tinha por finalidade fortalecer as economias dos países partes, dando maior estabilidade para competir no mercado internacional, ao mesmo tempo em que protegia os Estados membros dos possíveis efeitos negativos da globalização. Assim, o processo de integração regional poder ter sido uma opção encontrada para que as nações buscassem um ordenamento comum baseado no respeito à pluralidade cultural, econômica e social como aponta Desiderá Neto *et al.* (2014).

O relativo êxito do Mercado Comum Europeu e as novas necessidades do processo de globalização que se intensificaram nos anos 1980, fortaleceram o argumento, da necessidade de um mercado comum latino-americano, principalmente por parte dos estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Segundo, Desiderá Neto *et al.* (2014), incentivados pelos já citados resultados positivos do Mercado Comum Europeu, surgiram inúmeros blocos na América Latina, como: a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960; a Comunidade Andina (CAN), em 1969; o Mercado da Comunidade do Caribe (Caricom), em 1973; o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), em 1960; a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em 1980 etc. Eles tinham o intuito de promover o processo de integração, reduzir tarifas e estabelecer regras comuns para o comércio, a fim de fomentar a troca de bens, serviços e fatores de produção, bem como fortalecer as alianças entre os países partes da América latina. Mas, a conjuntura interna e externa vivida no mundo pós Segunda Guerra Mundial contribuiu para um resultado pouco expressivo para essas organizações, apesar de haver as exceções, como o ALADI e o ALALC, consideradas como prósperas.

Para citar inicialmente, uma relação bilateral, o processo de intensificação da relação comercial entre o Brasil e a Argentina data de antes da década de 1950, quando se organizou uma primeira tentativa de união aduaneira<sup>21</sup> bilateral entre os dois países, porém aberta, à época, às demais nações da sub-região. No entanto, a conjuntura política, econômica e estrutural díspares desses países promoveu o abandono momentâneo do projeto ainda em fase de construção. Foi retomado no início dos anos de 1950, mas, como os programas políticos e econômicos domésticos da década de 1940 foram mantidos quase que intactos tanto na Argentina quanto no Brasil, associados ainda ao cenário internacional marcado por tensões decorridas da Guerra Fria, o projeto de integração Brasil-Argentina sofreu algumas modificações, e por isso foi novamente posposto em decorrência de características que visavam à formação hegemônica a partir do acordo entre os países da região (MDIC, 2001).

O Brasil e a Argentina sempre realizaram a maior parte das transações comerciais operadas ao abrigo dos acordos preferenciais da ALALC e dos mecanismos de liquidação de contas previstos no acordo de São Domingos de 1965 (compensações interbancárias à base de créditos recíprocos, contrariamente aos sistemas de pagamentos multilaterais recomendados pelo FMI). O fato é que o Brasil e a Argentina, depois de praticamente duas décadas de objetivos conflitantes inclusive no que se refere ao aproveitamento dos recursos hídricos do Prata e de uma competição militar tão irracional politicamente quanto custosa econômica e diplomaticamente pois que envolvendo projetos nucleares sem qualquer correspondência com as realidades estratégicas e de segurança da região e no plano global, decidiram retomar, o projeto de construção progressiva de um mercado comum bilateral, tal como inicialmente proposto nos anos de 1950 por pioneiros da integração como Hélio Jaguaribe (ALMEIDA, 2002, p. 3).

O longo processo de aproximação entre o Brasil e a Argentina, marcado muitas vezes por obstáculos de cunho tanto doméstico quanto internacional, resultou em acordos diversos assinados ao longo da década de 1980 como a declaração de Iguazu de 1985, considerada o marco fundamental para a consolidação da união entre os dois países. Já em 1986 foi assinada a Ata de Integração Argentino-Brasileira, instituindo, assim, o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre os mesmos. Os acordos foram se intensificando e em 1988 foi adotado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina,

---

<sup>21</sup>“Associação de um grupo de países que se caracteriza por dois pontos: a adoção de uma tarifa externa comum e a livre circulação das mercadorias oriundas dos países associados. A implantação de uma Tarifa Externa Comum, conhecida como TEC, quer dizer que todos os países do grupo aplicarão a mesma taxa em relação à importação de bens de países fora do grupo. Essa TEC vai eliminar a concorrência entre os associados junto aos fornecedores. A segunda característica da união aduaneira é a formação de uma zona de livre circulação de mercadorias entre os diversos membros” (WOLFFENBUTTEL, 2007)

com o objetivo de consolidar o processo de integração bilateral e instituir, numa primeira etapa, um espaço econômico comum no prazo máximo de dez anos. Estavam previstas a harmonização das políticas aduaneiras, comercial, agrícola, industrial e de transportes e comunicações, assim como a coordenação de políticas monetária, fiscal e cambial. Numa segunda etapa, proceder-se-ia a harmonização gradual das demais políticas necessárias à formação do mercado comum. Esse processo bilateral e administrado, bem mais mercantilista do que propriamente livre-cambista, foi interrompido e substituído, em meados de 1990, por outro modelo de integração, no qual mecanismos e prazos (ainda que não suas modalidades institucionais) foram profundamente modificados em relação ao protótipo original (ALMEIDA, 2002).

Com a reconfiguração do modelo de integração Cone Sul, em julho de 1990, na Argentina foi assinada a ata de Buenos Aires, firmando o Acordo de Complementação Econômica (ACE 14). Finalmente, em 1995 foi fixada a consolidação da união comercial entre o Brasil e a Argentina (ALMEIDA, 2002).

Em 1991 foi firmado o Tratado de Assunção entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, constituindo o Mercado do Cone Sul (Mercosul). O bloco tinha como objetivos comuns: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção; eliminação das restrições incidentes sobre o comércio recíproco; estabelecimento de uma tarifa externa comuns; adoção de políticas comerciais comuns frente aos demais países; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; regime de adequação final à União aduaneira, TRATADO..., 2001.

A incorporação dos quatro países no Mercado Comum do Sul de imediato promoveu uma série de aperfeiçoamentos internos para fortalecer as nações partes para a competição com o livre mercado. Os setores produtivos com maiores problemas de competitividade no livre-comércio foram excluídos temporariamente da circulação internacional para que houvesse uma adequação e fortalecimento desses setores para posteriormente competir. Esse regime de exclusão foi estabelecido a partir de janeiro de 1995, e no Brasil e na Argentina vigorou até dezembro de 1998. Já no Paraguai e Uruguai, até dezembro de 1999 (MDIC, 2001).

Com a consolidação do Mercosul, foi estabelecida a União aduaneira, implicando a adoção da Tarifa Externa Comum (TEC) e das Listas de Exceções. A TEC relaciona os itens

da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) com os direitos de importação incidentes sobre cada um desses itens, e se aplica somente às importações provenientes dos países não membros. Cada país membro elaborou uma Lista de Exceções à TEC, composta de produtos do setor de bens de capital, informática e telecomunicações e outras exceções nacionais, produtos cuja incorporação imediata à TEC não causaria problemas a determinado membro do bloco.

Ao longo dos anos, o Mercosul foi ganhando notoriedade e se consolidou como um importante bloco econômico, beneficiando os países membros. Com um bloco sólido, faz-se necessário compreender a estrutura econômica em que foram constituídas as nações partes da comunidade para entender como se chegou à integração destes países e não de outros. Para isso, serão abordados a seguir os pontos cruciais da história econômica desses países. No entanto, antes de tecer os dados e fatos acerca das nações que compõem o Mercosul, vale ressaltar que os dados referentes à Venezuela serão denotadas até 2016, uma vez que o país encontra-se em suspensão do bloco em decorrência do Protocolo de Ushuaia. Isso porque, segundo a normativa instituída em 24 de julho de 1998, uma das condições fundamentais para a integração dos países partes é a aplicação suprema da democracia. Assim sendo, o descumprimento de tal regra acarretaria, como de fato acarretou, em um obstáculo para o processo de incorporação dos Estados, MINISTÉRIO..., 2017.

Em decorrência da ruptura da ordem democrática da República Bolivariana da Venezuela, constatada pelo conselho dos países partes do Mercosul, em abril de 2017, a nação recebeu a cessação de todos os seus direitos e deveres dentro grupo por tempo indeterminado, mas o restabelecimento de suas atribuições no bloco serão novamente instituídas quando as entidades democráticas forem retomadas pelo país.

### **3.2 Formação econômica dos Estados partes do Mercosul**

Ao adentrar o território da América, portugueses e espanhóis imprimiram sua cultura, costumes, dentre outros aspectos importantes. E apesar da semelhança das tradições, ao colonizar a região latino-americana, os europeus encontraram povos nativos com graus de conhecimentos técnicos diferentes, o que promoveu diferenças na forma de abordagem e controle dos naturais. Além de que, no quinhão que coube aos espanhóis na partilha do

Tratado de Tordesilhas os metais preciosos eram abundantes e fáceis de serem explorados. Já nas terras pertencentes aos portugueses os metais preciosos não foram encontrados de imediato. Então, para garantir a posse do território, os colonizadores tiveram que buscar alternativas de produção. O fator determinante para a constituição econômica dos países da América latina foi o sucesso com que se sucedeu a descoberta dos metais preciosos. Assim, o modelo econômico adotado no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII pode ser considerado responsável por definir a estratégia econômica seguida pelos países latinos na atualidade.

### *3.2.1 Constituição econômica do Estado do Brasil*

De acordo com as referências apresentadas por Furtado (2005), nos trinta primeiros anos de 1500, a rota do Brasil se prestava apenas ao auxílio à grande empresa portuguesa nos negócios das especiarias orientais, e isso coexistia com o comércio de Pau-Brasil. No entanto, as constantes ameaças de invasão de outros povos europeus impulsionaram o processo de povoamento das terras brasileiras. Mas, para viabilizar a ocupação do território era preciso encontrar uma fonte de renda. Assim, atendendo a crescente demanda de uma das especiarias mais apreciadas no continente europeu, os portugueses implantaram a indústria agrícola do açúcar.

Em concomitância com a produção açucareira, outra forma de exploração realizada por Portugal nas “terras” brasileiras foi o tráfico negreiro. As mãos dos escravos africanos foram responsáveis pela produção do açúcar do Brasil, e posteriormente estas mesmas mãos foram usadas para a produção mineradora e cafeeira.

O sucesso da indústria açucareira ao longo do século XVI e primeiras décadas do século XVII foram corporificados pela relação comercial desse empreendimento entre Portugal e os países baixos, em especial, a Holanda. Mas, como mostra Furtado (2005), a União Ibérica, entre 1580 e 1640, provocou profundas mudanças no comércio do açúcar, já que a guerra entre Espanha e Holanda promoveu repercussão na colônia portuguesa.

No começo do século XVII os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável. Por outro lado, estes de nenhuma maneira pretendiam renunciar à parte substancial que tinham nesse importante negócio, cujo êxito fora em boa parte obra sua. A luta pelo controle do açúcar torna-se, destarte, uma das razões de ser da guerra sem quartel que promovem os

holandeses contra a Espanha. E um dos episódios dessa guerra foi a ocupação pelos batavos, durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil (FURTADO, 2005, p.26).

O episódio mencionado acima foi suficiente para promover o declínio da produção do açúcar no Brasil nos anos posteriores ao fim da União Ibérica. Assim, a ruína da indústria açucareira impulsionou uma inquietação maior no governo português pela busca de metais preciosos, pois voltavam à antiga crença de que somente a descoberta dos metais justificaria a manutenção da colonização das terras americanas. Isso porque, após o declínio da indústria açucareira, houve um processo de empobrecimento tanto da colônia quanto da metrópole. Consequentemente, o estado de desalento em que se encontrava a coroa portuguesa proporcionou maior empenho na busca por ouro, segundo Furtado (2005), o que possibilitou o desenvolvimento e evolução da economia mineira nos primeiros anos do século XVIII, principalmente na região das Minas Gerais.

Apesar do volumoso contingente de metais preciosos extraídos do Brasil, tendo em 1760 seu auge expresso em cerca de 2,5 milhões de libras, duas décadas depois, a extração entrou em declive, chegando assim ao fim o apogeu de mais um ciclo econômico de grande relevância do Brasil (FURTADO, 2005). Dessa maneira, com o fim das gigantescas extrações de metais preciosos ganhou destaque a produção de uma nova cultura, o café, que se tornou a principal mercadoria geminada no país. Por conseguinte, a região sudeste se consolidou como território de impacto financeiro da nação, o que possibilitou a continuidade da migração e imigração que vinha ocorrendo desde o período extrativista dos metais preciosos das Minas Gerais. Mas, apesar da cultura cafeeira ter características semelhantes à lavoura açucareira em decorrência de sua amplitude e do elevado grau de importância na produção para o Brasil, a produção de café, possui uma peculiaridade expressiva: a imigração de povos europeus, especialmente dos italianos para a prática do labor dos cafezais que se erguiam em extensas porções pelas terras suestes.

Observa-se que a economia brasileira viveu desde a sua colonização processos produtivos diversos, tendo o açúcar como primeiro grande destaque, partido para a extração de metais preciosos e posteriormente a produção de café passa a ser o centro das atenções do país. No entanto, vale ressaltar que, em concomitância ou entre um processo produtivo e outro, o país cultivou agriculturas de exportação como o fumo, borracha, arroz, cacau, algodão etc., além da prática da pecuária e dos derivados do gado, bem como a prática da

agricultura de subsistência, que foi importante para a manutenção da sociedade tanto nos átomos de auge das culturas principais como, e principalmente, nos momentos de declínio da economia brasileira.

Segundo Furtado (2005), a produção cafeeira elevou o país a um novo patamar na exportação internacional, ao mesmo tempo em que proporcionou a formação de uma classe empresarial diferenciada, afeiçoada às técnicas de produção interligadas e bem estruturadas de forma que trouxesse rendimentos consideráveis, especialmente no Rio de Janeiro, onde a coroa portuguesa se estabeleceu no início do século XIX, incrementando uma nova forma de consumo e modificando profundamente os hábitos de toda a sociedade daquela região. Abreu (2014) acredita que a produção cafeeira suscitou, também, a formação do corpo social, responsável pela formação de uma ampla infraestrutura, em especial, ferrovias públicas e privadas, estas últimas derivadas principalmente de capital estrangeiro. Mas mesmo com a criação de um aparato estrutural, a indústria foi pouco significativa ao longo de todo o período imperial. Apenas em meados da década de 1880 começou a diminuir significativamente a penetração das importações de bens de consumo não duráveis, processo que vai amadurecer apenas na primeira década republicana (ABREU, 2014, p. 27).

Os instantes finais do Século XIX foram marcados no campo econômico por uma abertura comercial mais significativa, apesar de que, em 1913, segundo Abreu (2014), a participação do país no comércio estrangeiro era menor que 1%. Além disso, a economia brasileira, definida como primário-exportadora, foi afetada pelos sucessivos choques externos e também pela crise da superprodução cafeeira na década de 1920. Assim, os trinta primeiros anos do século XX explicitam um processo de transformação na economia do Brasil, passando de uma economia primário-exportadora baseada no café, com um regime cambial e comercial relativamente livre, para uma economia voltada “para dentro”, com severos controles sobre as transações externas (ABREU, 2014, p. 46). A partir da década de 1930 o país passa por um processo de substituição das importações, favorecendo a construção e o fortalecimento da industrialização, especialmente no pós Segunda Guerra Mundial. Entre 1934 e 1937, segundo Abreu (2014), o produto agrícola cresceu em torno de 3% ao ano, enquanto que a produção industrial, cresceu 11% ao ano.

Ampliando a discussão apresentada por Abreu (2014), Giambiagi *et al.* (2011) mostram que, durante o período entre 1940 e 1950 o processo de substituição das importações

e, concomitantemente, os sistemas industrial e de infraestrutura ganharam maior dedicação por parte governamental. No entanto, o desabrochar da economia industrial brasileira se dá somente a partir da década de 1950, quando o governo, através de seus planos de ação, emprega práticas voltadas à intensa industrialização e urbanização.

Em 1950, o setor agropecuário respondia por 24,3% do PIB brasileiro, participação próxima à da indústria (24,1%). A indústria de transformação, 8 por sua vez, entrava com aproximadamente 18,7% do PIB naquele ano, enquanto os serviços correspondiam aos restantes 51,6%. Em 1955 — ano anterior à posse de JK — os pesos dos setores agropecuário e industrial no PIB pouco haviam se alterado, sendo de 23,5% e 25,6%, respectivamente (o peso da indústria de transformação havia subido para 20,4% em 1955) (GIAMBIAGI *et al.* 2011, p. 30).

Ao colocar em prática o Plano de Metas, o governo de Juscelino Kubitschek que tinha como intuito “tirar o país do atraso”, nas palavras do próprio presidente, os dados relativos à participação setorial no Produto Interno Bruto foram modificados. O setor agropecuário sofreu queda na cota do PIB, enquanto que o setor industrial ganhou espaço na parcela do PIB. Deste modo,

[...] o setor industrial, em 1960, tem peso de 17,8% no PIB (ou seja, um recuo de 5,7 p.p. em apenas cinco anos), contra 32,2% da indústria (25,6% da indústria de transformação). A perda de importância do setor agropecuário teria continuidade nos anos seguintes e, em 1963, a participação desse setor na economia atinge 16,3%, e a da indústria, 32,5% (26,5% no caso da indústria de transformação) (GIAMBIAGI *et al.*, 2011, p. 30).

O período entre os anos de 1961 e 1968 compreende a grandes tensões políticas no país. O processo político conturbado refletiu na economia tendo um PIB em queda. Em 1961 o PIB ainda permaneceu estável, com crescimento 8,6%; em 1962, o crescimento foi de 6,6%; em 1963 o PIB obteve uma queda abrupta, de e ficou em 0,6%; em 1964 houve sinais de recuperação, com um crescimento de 2,4%. Já o período de 1967 a 1973 é conhecido como “Milagre econômico”, em decorrência da recuperação econômica do país. Por conseguinte, o PIB cresceu, em média, 15% ao longo de 1964 e 1973, proporcionando a retomada da produção e consumo de bens duráveis que teve início no Plano de Metas (GIAMBIAGI, 2011).

Entre 1973 e 1978, a economia brasileira foi afetada pelo Choque do petróleo e pela postura adotada especialmente pelos Estados Unidos da América com relação aos

empréstimos concedidos às nações. A fase de 1979 e 1980 foi marcada pelo crescimento econômico que girava em torno de 8%. Já o período entre 1981 e 1983 foi marcado pela recessão que em 1984 foi sanada graças à recuperação da economia estimulada pelas exportações, (GIAMBIAGI, 2011).

O período entre 1985 e 1999 foi marcado por tensões políticas que culminaram com o restabelecimento da democracia, ao mesmo tempo em que a economia passou por graves crises inflacionárias e com problemas nas taxas de câmbio, o que afetou a crescimento do país. Mas foram realizadas políticas importantes para que ocorresse o processo de estabilidade política e recuperação da economia, principalmente em decorrência da inserção do Plano Real, que proporcionou a estabilidade de preços tão desejado pelo país.

### *3.2.2 Constituição econômica do Estado da Argentina*

O estabelecimento econômico da Argentina é derivado da formação estrutural compreendida a partir da colonização no século XV pelos espanhóis. Essa região, no período que compreende a colonização no século XV até o século XVIII, segundo Ferrer (2004), foi marcadamente constituído pela produção de bens de subsistência, mantendo a Argentina isolada do comércio internacional durante cerca de 300 anos. Tal fato se deve à própria dinâmica exercida pelos espanhóis que obtiveram facilidade na extração dos metais preciosos, desde o princípio da colonização, portanto, sendo que a única atividade que ligava as colônias espanholas ao mundo externo era a extração dos metais preciosos. Assim, considerando que o território que compreende a Argentina não estava na rota do ouro e da prata, a economia limitou-se à provisão dos povos que ali se estabeleceram.

Ainda conforme relata Ferrer (2004), a falta de entrosamento entre a organização argentina e a transação com o exterior, nos três primeiros séculos de colonização, acarretou um fluxo insuficiente tanto de mão de obra quanto de capitais, caracterizando as colônias espanholas no período mencionado anteriormente como sendo de uma economia fechada, viabilizando, assim, o atraso econômico dessa região se comparada a outros territórios que também foram colonizados, por exemplo, por Portugal, como é o caso do Brasil.

Como efeito do padrão seguido pelas colônias da Espanha, particularmente a Argentina, a população se aglomerou nas aldeias mais antigas. A variedade do relevo do país,

promoveu o desenvolvimento da pecuária bovina, ovina, caprina e equina, ampliando-se nas terras baixas e vales da cordilheira. Já a produção de metais, que teve pouca relevância nessa localidade, estava fundamentalmente destinada ao mercado interno. Em coexistência com a pecuária das grandes propriedades, cujo senhorio eram os espanhóis, os moradores atuavam na produção de artesanato, essencialmente, na fabricação de tecido proveniente do algodão e da lã além de fabricarem carretas, móveis, bem como esse nativos eram responsáveis pela transformação de produtos da pecuária, como o sebo, o couro e demais derivados desse setor. Ainda abordando o sistema de produção argentino, a agricultura era limitada à provisão familiar em decorrência da própria ambiência. Por fim a região do litoral é marcada pela zona úmida, com precipitação pluviométrica bem distribuída ao longo das estações. Esta condição do ecossistema local favoreceu não apenas a agricultura, mas também a pecuária em larga escala (FERRER, 2004).

Como a maior parte do território da Argentina se encontrava inapropriada para a produção agrícola em proporção da monocultura, a imigração de europeus para a região se manteve reduzida até o século XVIII. Segundo Ferrer (2004), nesse período apenas 10% da população era formada por europeus. Assim, a maioria dos ocupantes das terras argentinas era proveniente dos nativos.

O aspecto fechado e de subsistência que delimitava a economia argentina no fim do século XVIII foi sendo abandonada em decorrência de dois fatores: “a abertura do Rio da Prata para o comércio colonial e o crescimento da pecuária no litoral, que foi se desenvolvendo como atividade orientada para a exportação” (FERRER, 2004, p. 37). Tais razões foram importantes, pois garantiram que a economia argentina passasse a existir para o comércio internacional e vice-versa, através da construção do porto de Buenos Aires. Além da consolidação de suas atividades, principalmente as importações de produtos diversos, inclusive de escravos. As exportações eram escassas, porque até o final do século XVIII, ainda se mantinha uma produção pouco expressiva, o que seria superado graças à ampliação da pecuária litorânea que ganharia dimensões exportáveis. Ampliando a discussão abordada por Ferrer (2004) destaca-se a perspectiva de Lenz:

Os fatores que facilitaram o desenvolvimento da criação de gado foram abundância de terras férteis na zona pampeira, expansão da demanda mundial, liberação do regime comercial, pouca complexidade das empresas de gado e a escassa necessidade de mão de obra nessa atividade. Em contraposição, existiam dois obstáculos para se alcançar o pleno

desenvolvimento da pecuária: a expansão da fronteira e a elevação da produtividade na produção de gado (2000, p. 126).

Com a transição da economia argentina, a população europeia que ocupava o território e representava uma minoria dos habitantes viu na produção pecuária uma fonte de riqueza. Desta forma, os mesmos passaram a se expandir pelo Estado, invadindo assim as terras dos originários. De acordo com Lenz (2000), que aprimora o debate, houve uma série de disputas pelo monopólio das melhores terras e é a partir dessa fase que surgem as figuras do arrendatário e do proprietário, personagens centrais do novo ciclo econômico rural do país, estabelecendo uma rígida concentração não apenas de terra mas também de renda.

Dilatando o debate acerca da aglutinação de riquezas apresentada por Lenz (2000), Ferrer (2004) detalha que o aumento da renda da população pecuarista provocou o abandono dos produtos provenientes do interior do país, uma vez que, com a elevação da renda, houve uma maior diversificação da demanda de produtos. Assim ganharam maior notoriedade os produtos manufaturados e serviços que se desenvolveram na região costeira atraídos pela nova sociedade que se formava, além da importação de artigos de luxo provenientes, em sua maioria, da Europa.

Ainda segundo Ferrer (2004), a dissonância entre o desenvolvimento econômico costeiro e a decadência do interior que se estendeu do fim do século XVIII até a primeira metade do século XIX e que marcou a fase de transição da economia argentina, ganhou novos elementos para formação do terceiro ciclo de desenvolvimento da nação a partir de 1870. As décadas finais do século XIX foram marcadas por dois aspectos importantes para a formação das novas diretrizes da economia da Argentina: a expansão e integração crescentes da economia mundial e a grande extensão de terras férteis e da população escassa na zona dos pampas. Segundo o autor, nas primeiras décadas do século XX, a Argentina tinha destaque no cenário internacional, exportando milho, lã, trigo, linho e carnes. Quanto às importações nos primeiros 30 anos,

[...] eram compostas, em média, por 40% de bens de consumo, 30% por bens intermediários e combustíveis e outros 30% por maquinaria e equipamento para a agricultura e transporte, e materiais de construção. As importações satisfaziam, portanto, as necessidades do país em uma proporção importante de artigos manufaturados de consumo, em elevada proporção de maquinaria e equipamentos necessários ao processo de capitalização e além disso em proporção significativa de bens intermediários e combustíveis produzidos por indústrias tecnologicamente complexas e de alta densidade de capital. A indústria nacional atendia somente à parte da demanda interna representada

por artigos de consumo de menor grau de elaboração ou por bens de capital cuja produção, como a indústria de materiais de construção, é fortemente atraída pelo mercado para sua localização. As indústrias de transformação de produtos agropecuários para exportação, como os frigoríficos, ocupavam também lugar importante no setor manufatureiro. A composição das importações revelava a ausência de uma política de fomento de determinados setores da atividade manufatureira. O desenvolvimento industrial do país ficou assim reduzido às indústrias de menor densidade de capital e complexidade técnica, basicamente as indústrias metalúrgica leve e de alimentação, ou as orientadas para a exportação, como os frigoríficos. As indústrias de base, como a produção de aço, maquinaria e equipamento, certos bens intermediários e combustíveis, eram praticamente inexistentes na indústria nacional ou estavam muito pouco desenvolvidas. Isso constitui obstáculo à formação de um sistema nacional de ciência e tecnologia capaz de assimilar e adaptar conhecimentos importados e inovar, a fim de endogeneizar o avanço científico e tecnológico num processo de acumulação em sentido amplo (FERRER, 2004, p. 100).

No período que se inicia após da crise de 1929, foi perceptível que a economia mundial entraria em uma nova fase da globalização e em sua maioria, os países desenvolvidos conseguiram se recuperar. Mas os países denominados subdesenvolvidos, especialmente os que compreendiam a América Latina, enfrentavam um processo de experimento da implantação da industrialização, e a Argentina não era diferente. Mesmo assim ela conseguiu uma maior inserção internacional. Conforme Ferrer (2004), para a organização do sistema industrial no país, o complexo rural exportador foi responsável pelos passos iniciais. Ademais, os capitais britânicos, a força de trabalho imigrante, a malha ferroviária e o porto de Buenos Aires constituíram a base para a implantação do complexo fabril. No entanto, o cenário internacional não favoreceu a continuidade do processo de substituição das importações e assim a industrialização do país não foi concluída. A chamada indústria moderna foi implantada na região após a Segunda Guerra Mundial, no entanto, como dito, não houve solidificação e ampliação da manufatura e a região ainda tem atualmente, sua economia exportável ancorada no complexo agropecuário. Mesmo assim, entre 1930 e 1970,

[...] o incremento do valor agregado por setores produtores de bens (agricultura, indústria, mineração e construções) revela que a indústria gerou 70% do total, o campo 17% e o restante dos setores, 13%. A etapa iniciada em 1930 registra o deslocamento do núcleo dinâmico do campo para a indústria, cuja taxa de crescimento aumentou no decorrer do período. O incremento do produto interno bruto da indústria manufatureira passou de 3,6% anuais entre 1930 e 1945 para 3,9% em 1945-1960 e 4,4% na parte final da etapa, 1960-1975 (FERRER, 2004, p. 177).

A partir da década de 1970, a Argentina, assim como a maioria dos países da América Latina passou por sucessivas crises políticas e econômicas ampliadas pelas crises internacionais, o que promoveu um processo inflacionário, bem como o aumento da dívida externa, fazendo com que a economia entrasse em colapso e a industrialização fosse afetada. A situação de descontrole da economia argentina se arrastou até os instantes finais do século XX.

### *3.2.3 Constituição econômica do Estado do Paraguai*

A população que habitava a região onde atualmente está situado o Paraguai, no período da colonização praticava uma economia de subsistência, como uma agricultura de escovação e queima articulada com caça e coleta. A colonização dessa região foi estratégica por oferecer condições ideais para os objetivos espanhóis de exploração do ouro e prata da região em que hoje se localiza o Peru. Conforme apontam os estudos de Villagra (2012), a cidade de Assunção, naquele período, foi organizada como uma comarca por ser próxima aos grandes sítios de extração dos metais preciosos, mas não foram encontrados metais nas terras paraguaias. Os nativos praticavam uma agricultura relativamente organizada, o que possibilitava a produção de alimentos que supriam as necessidades dos colonizadores. Portanto, após a colonização da região do Paraguai, a capital Assunção passou a ser um posto de passagem de produtos e pessoas para as regiões de obtenção de minérios e para o Rio da Prata, dentre outras localidades. Ou seja, a sede era marcada pela movimentação comercial e apresentava um desenvolvimento moderado, mas no interior o que ocorreu foi a instalação de uma economia de encomendas<sup>22</sup>.

A partir do século XVIII, segundo Villagra (2012), formou-se uma oligarquia comercial concomitante com a presença de grandes latifundiários voltados para a produção agropecuária para abastecer o mercado exterior. Ainda em meados do século XX a economia paraguaia ainda era predominantemente rural e com técnicas rudimentares. A partir de 1960 houve incentivos para o processo de substituição de importações e, assim, o Paraguai passou a

---

<sup>22</sup>Regime de trabalho baseado na exploração do labor indígena que é estabelecido a partir de um arranjo contratual, caracteriza-se pela submissão de um número variável de indígenas “pagadores de impostos” a um senhor de terras.

modificar sua estrutura econômica, que passou de substancialmente agropecuária para, aos poucos ver as primeiras inserções de manufaturas, bem como a instalação de estaleiros para a fabricação de embarcações e navios, dentre outros. Mesmo com essa incorporação do processo de industrialização ainda nos instantes finais do século XX, a economia do Paraguai era marcadamente agrícola vinculada a um modelo de triangulação de mercadorias que deixa o país dependente de economias como a do Brasil e da Argentina. O Paraguai não conseguiu abandonar o modelo agrário exportador.

### *3.2.4 Constituição econômica do Estado do Uruguai*

Assim como a Argentina e o Paraguai, o Uruguai também foi colonizado pelos conquistadores espanhóis, e sua população nativa era composta por indígenas da tribo dos aborígenes da raça dos guaranis, como esclarece Felde (1967). O mesmo autor elucida ainda que, a colonização do Uruguai entre os séculos XV e XVIII se deu de maneira meramente militar, graças à própria característica da terra pouco fértil, apesar dos rios que o cortava, e sem indícios aparentes de metais preciosos. Mesmo não havendo nenhuma organização política ou social naquela região, foi ainda nesse período que a cultura pecuária se instaurou como forma de assegurar a terra conquistada que davam aos uruguaios direito sobre o ouro encontrado nas imediações do Peru. Mas, com o vasto pasto e a imensa rede fluviométrica disponível nessa região, a produção de gado foi crescendo, chegando a 25 milhões de cabeças em 1708. O desenvolvimento de culturas para exportação só foi viabilizado a partir da segunda metade do século XVIII com o surgimento dos grandes latifúndios. Segundo Tournon, Torre e Rodriguez (1967), foi a partir do século XVIII também que se dá a construção do porto de Montevideo, possibilitando o aumento do tráfico comercial, tornando um importante posto dos monopolistas que coexistiam com o contrabando.

Como esclarecem os mesmos autores, os momentos finais do século XVIII no Uruguai foram marcados pelos conflitos de terra. Ao adentrar o século XIX fica evidente que aquela região possuía características profundas oriundas do regime colonial. O processo de industrialização nessa época foi dificultado por problemas na transição entre o artesanato praticado pelos indígenas e as técnicas avançadas provenientes da Europa. Faltava mão de obra qualificada e também faltavam recursos financeiros para o investimento. Portanto, a

formação pré-capitalista da região considerada a mais importante foi resumida à produção do sal liso, e não propriamente da formação de manufaturas tipicamente europeias. Outras produções de semimanufaturados ganharam destaque no país, tais como: produção de velas, sabão, moinhos e etc.

O Uruguai, segundo Bértola (2000), apresentou crescimento econômico relevante entre os anos de 1900 e 1912, quando o PIB do país quase duplicou, e o crescimento se estendeu até 1925, quando a crise internacional que se iniciou com a Grande Depressão provocou dificuldades econômicas no país. Apesar disso, o país conseguiu se recuperar e se desenvolver a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Somente a partir da década de 1960 que a história econômica do Uruguai entrou em concomitância com a América Latina através do processo aprimoramento da substituição das importações.

### *3.2.5 Constituição econômica do Estado da Venezuela*

Com o Tratado de Tordesilhas<sup>23</sup>, coube à Espanha, também, a região onde hoje se localiza a Venezuela. Assim como em outras regiões do território pertencente à Espanha, essa não foi povoada logo de imediato. A unificação do território só se deu em meados do século XVII, mas a ruptura do processo colonial que se estabeleceu só se deu a partir do século XIX. Segundo Contreras (1993) quanto à produção econômica, a localidade se baseava, em sua maioria, na produção manual de produção agrícola, pecuária e mineração de pouca relevância exportável, conciliada com a produção das monoculturas para exportação da cana-de-açúcar, do cacau, do café e do tabaco até a década de 1920, quando o petróleo foi descoberto e a indústria petrolífera foi instalada, transformando-se na principal produção do país. Com isso, a partir da segunda década do século XX, a economia venezuelana passou a ser regida pela produção do ouro negro, bem como do hidrocarboneto. Portanto, as ricas reservas de produtos naturais tornaram-se um bom campo de investimento à medida que a demanda por produtos de extração em países de economia capitalista avançada expandiu, o que fez com que a Venezuela começasse a desenvolver o que poderia ser chamado de uma economia de Pedreira. Conseqüentemente, a exploração dos recursos naturais do país foi o apoio essencial para o seu propósito de articular o crescimento econômico com a dinâmica do capitalismo.

---

<sup>23</sup> Assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 1494, foi um tratado celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras "descobertas e por descobrir" por ambas as Coroas fora da Europa.

E foi a partir desse fenômeno que a Venezuela abriu sua economia angariando capital estrangeiro para investimento na indústria de extração e serviços, ocorrendo diversificação da indústria no país. Dessa maneira, o valor das exportações, segundo Páez (2009) que era de VEF<sup>24</sup> 173 milhões em 1925 passou para VEF 858 milhões em 1930. Quanto ao processo de substituição das importações, Páez mostra que,

[...] ao mesmo tempo em que teve um bom desempenho no início, foi rapidamente esgotada por ter sido sustentada por uma intervenção e proteção exagerada e crônica do Estado: créditos oficiais baratos e proteções pautais subsidiadas, elevadas e muitas vezes abusivas, que resultaram em aumentos de preços indiscriminados que não podiam ser moderados pelo aumento dos controles, num mercado interno cujo poder de consumo foi mantido artificialmente pelo resíduos fiscais e corrupção administrativa. A dívida doméstica e externa começou a crescer de forma injustificadamente e incontrolável para manter o poder totalmente artificial do consumo e dos saldos macroeconômicos (2009, p. 29).

Os instantes finais do século XX para a economia venezuelana se mostraram catastróficas, marcada pelo colapso do sistema financeiro e a apropriação intencional da "ajuda financeira", além da hiper-inflação, promoveram uma nova reorganização da política no início do Século XXI.

### **3.3 Patos sentados: conceito da terminologia**

A colonização empregada tanto por Portugal quanto pela Espanha nas terras da América, apesar das distinções iniciais quanto à exploração de metais preciosos e a organização da estrutura produtiva, possuem características que se assemelham quando se trata dos países partes do Mercosul. Isso porque, nesses países, inicialmente, não foram encontrados minérios. No caso do Brasil, isso só aconteceu no fim do século XVII, mas nos demais não houve registros de extração dos metais preciosos até esse período. Foi necessário descobrir outras formas de assegurar o controle das terras descobertas.

Como mencionado nos tópicos anteriores deste capítulo, a agropecuária foi importante para os países estudados neste trabalho, e foi esse arranjo em maior ou menor grau que possibilitou a formação do processo de industrialização tardio, que como foi apresentado,

---

<sup>24</sup> Cifra correspondente a moeda da Venezuela, o bolívar venezuelano.

não foi completado nesses países por questões de cunho interno e, principalmente, em decorrência da própria composição do cenário internacional nos séculos XIX e XX.

Ao adentrar o século XX, mais especificamente no pós Segunda Guerra Mundial, a economia internacional passou por uma nova organização industrial pautada nas grandes corporações transnacionais. Essa modificação da estrutura industrial fortaleceu as grandes companhias e, por consequência, os países desenvolvidos foram favorecidos. No entanto, os países subdesenvolvidos enfrentam dificuldades em competir nesse novo cenário, porque não possuem técnicas modernas para produzir bens de alta tecnologia. Segundo Mortimore (1993), a forma como os países em desenvolvimento lidaram com a inserção de tecnologias nessa nova ordem mundial define se eles são gansos voadores (que se adaptam à nova ordem e conseguem competir no comércio internacional) ou se são patos sentados (que não conseguem se adaptar aos novos termos de competição internacional).

Os países selecionados neste trabalho, não completaram o processo de industrialização, portanto ao adentrar à nova ordem internacional que definiu as novas formas de competição, essas nações não possuíam estrutura para aderir às novas tecnologias. Isso porque os países emergentes que conseguiram concorrer no comércio internacional do século XX obedeceram a etapas bem definidas. Conforme Mortimore (1993), no primeiro estágio a única vantagem são os recursos naturais e abundância de mão de obra não qualificada; no segundo estágio as nações em desenvolvimento geram e acumulam capital e há um peso maior do processo de industrialização com base em atividades mais intensivas em capital; já o terceiro estágio é baseado no processo de inovação, no qual poucos países em desenvolvimento conseguiram chegar. No caso do Mercosul, essas etapas não foram cumpridas em decorrência da própria estrutura de sua formação.

O termo patos sentados foi sugerido por Mortimore (1993) para designar os países da América Latina que não conseguiram organizar sua estrutura produtiva industrial a ponto de competir na nova ordem do comércio internacional pautado na intensidade tecnológica. A expressão foi usada porque os patos não têm, segundo ele, uma ordem ou sentido de voo. Ao mesmo tempo, os patos, ao ficarem descansando sobre a água, são vulneráveis e são alvos fáceis dos caçadores e, nesse sentido, possuem pouca chance de fuga. A analogia com os países da América Latina é feita porque ao não conseguir uma evolução tecnológica que

garanta maior competitividade no comércio exterior, os países ficam mais suscetíveis à dinâmica global.

## **4 PROSPERIDADE CHINESA E OS IMPACTOS SOBRE OS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL**

### **4.1 Aspectos metodológicos e breve revisão da literatura**

Os estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) estavam mais voltados para as questões econômicas, principalmente as inquietações relacionadas à não industrialização, ou o retardo em que se encontravam os países da América Latina. No decorrer dos anos de 1950, quando o estruturalismo da Cepal estava no auge, surgiram questionamentos sobre como se daria a construção do parque industrial na região. Isso porque havia a crença de que a industrialização se daria de início por meio de uma revolução democrática liderada pela burguesia e que posteriormente se dissiparia por toda a comunidade. No entanto, o que se verificou foi que o processo de inserir máquinas e equipamentos modernos nos países periféricos tornou-se um desenvolvimento economicamente subordinado, politicamente fechado e socialmente excludente. Assim, caiu por terra a ideia de que a industrialização nos moldes pensados pela Cepal seria uma solução imediatista para que a América Latina concorresse no comércio internacional.

Ao constatar que os problemas da América Latina iam muito além dos enigmas econômicos, novas análises e metodologias foram criadas. Reflexões simplórias voltadas apenas para elucubrações externas ou para a relação centro periferia como condicionantes do subdesenvolvimento local não eram mais suficientes. Era necessário promover uma profunda investigação acerca da estrutura das classes locais. Portanto, conhecer os elos estabelecidos entre as classes regionais era tão ou mais importante do que inteirar-se das macrorrelações entre os países ricos e os pobres. Por conseguinte, a verificação da dependência das nações que compunham esse bloco tanto econômico como socialmente podia ser vistos não apenas de forma global, mas também dentro da organização de cada território latino americano.

Aspectos políticos, culturais sociais e econômicos vividos dentro do sistema periférico levavam a classe privilegiada a se submeter aos países centrais, o que a inviabilizava de promover a revolução nos moldes idealizados pelos autores cepalinos. Assim, nas novas concepções da análise da Cepal entendia-se que não seria possível um pleno

desenvolvimento, ou desenvolvimento puro, mas sim, um desenvolvimento dependente e associado.

A teoria da dependência, formada pela junção das concepções teóricas formuladas por Karl Marx, autores do imperialismo e pelos cepalinos surge nesse contexto histórico de efervescência do capitalismo que se configuram na geopolítica internacional grandes países e blocos altamente industrializados coexistindo com nações que ainda estão presas às amarras coloniais.

Se a teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento eram o resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento das burguesias locais desejosas de encontrar o seu caminho de participação na expansão do capitalismo mundial; a teoria da dependência, surgida na segunda metade da década de 1960, representou um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas, mesmo quando uma parte delas entrava em crise e abria oportunidade para o processo de descolonização (SANTOS, 1998, p. 18).

O trabalho para o entendimento acerca das limitações citadas acima colidia com as imperfeições da própria confecção de uma unidade teórica que fosse comum aos diversos teóricos que discutiam sobre tal princípio da dependência, ou seja, havia muitas discordâncias entre os autores. Mas, quatro arcabouços teóricos são globais, entre eles:

1. O atraso de algumas regiões do planeta está diretamente vinculado à dinâmica expansionista adotada pelos países centrais;
2. O processo ocorrido no sistema capitalista promove o surgimento tanto das nações desenvolvidas quanto das nações subdesenvolvidas. Assim, nessa estrutura, ambos são provenientes do mesmo fluxo;
3. Os fatores externos não são os únicos condicionantes para a dependência. Portanto, deve-se considerar aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, e;
4. O subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista (SANTOS, 1998, p. 19).

De posse desse alicerce teórico, surgiram as vertentes ortodoxa e heterodoxa acerca da teoria da dependência. A primeira estava centrada na tese de que não seria possível um

desenvolvimento puro, mas sim, um desenvolvimento do subdesenvolvimento. Ou seja, a pobreza de alguns países era condição necessária para a existência e consolidação dos países ricos. Ao exercer seu poder dominante sobre as suas colônias, os países dominantes sugam parte considerável dos excedentes produzidos pelas nações colonizadas fazendo com que o acúmulo de capital necessário para o impulso da industrialização, e por consequência, de seu desenvolvimento não seja possível.

A concretização da exploração colonial ou imperial cria classes internas condescendentes com os países centrais. Eles acentuam a exploração do trabalho, tomando para si uma falsa autonomia que na verdade o qualifica como subordinado com “privilégios” dos capitalistas colonizadores. Tal aspecto entre os poderosos da periferia e as sociedades desenvolvidas aprofunda ainda mais a dependência da primeira com relação à segunda. De acordo com um dos mais eminentes teóricos ortodoxos da dependência, Andre Gunder Frank<sup>25</sup>, países desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido não desenvolvidos (FRANK, 1966, apud, DIAS, 2012, p. 83).

A análise da dependência sob a ótica heterodoxa aponta que a revolução da independência não poderia ser concebida pela nacional-burguesia, uma vez que seus interesses estariam conflitando com a ruptura com a organização que já estava estabelecida com as nações centrais.

Do ponto de vista da fundamentação econômica, autores como Celso Furtado sustentavam que a industrialização geraria crescimento econômico e autodinamismo, características centrais das economias desenvolvidas: “Esse autodinamismo, é específico da indústria, sendo a razão que faz o setor industrial funcionar como a força propulsora do crescimento das economias avançadas, que são sistemas autônomos” ou em outros termos: “Os centros de decisão que apoiam as indústrias ligadas ao mercado interno gozam, por definição, de elevado grau de autonomia. Preocupa-os, acima de tudo, a manutenção do nível de emprego e a ampliação de seu mercado (DIAS, 2012, p. 117).

Os autores heterodoxos, portanto, acreditavam que apenas por meio da industrialização um país poderia deixar de ser subdesenvolvido, mas, essa evolução não aconteceria pelas mãos da burguesia. Apesar disso, a ampliação do desenvolvimento do Brasil e dos países vizinhos aconteceu contrariando os estudos apresentados pelos autores

---

<sup>25</sup>Economista e sociólogo alemão. Nos anos 1960, foi um dos criadores da Teoria da Dependência, cuja formulação, próxima à da "teoria do desenvolvimento desigual e combinado" de Leon Trotsky, auxiliou o combate às formulações hegemônicas dos partidos comunistas.

heterodoxos. Não houve ruptura com o sistema central, muito menos dilatação das liberdades civis. O que houve foi uma ampliação do desenvolvimento em decorrência da continuidade da execução do comércio internacional pautada nos dogmas tradicionais.

A teoria da dependência aborda aspectos da economia latino-americana de forma global, mas outros autores propunham novas interpelações que incorporam conceitos da teoria, ao mesmo tempo em que trazem particularidades da relação comercial entre os países da América Latina, mais especificamente das nações que compõem o Mercosul com a China.

As relações econômicas entre a China e os países partes do Mercosul tornaram-se mais frequentes a partir da década de 1990, intensificando-se com a entrada do país asiático na OMC em 2001. Entretanto, as relações diplomáticas e políticas são datadas de muitas décadas atrás. Em decorrência da estratégia de expansão adotada pela China, principalmente ao identificar a pauta de exportação conjuntamente com a necessidades internas, ao longo das primeiras décadas do século XXI verificou-se maior preocupação com os impactos da ascensão chinesa tanto sobre o comércio internacional quanto sobre os países membros do Mercosul.

O rápido progresso chinês estimulou uma nova dinâmica internacional, pois a China exigiu forte pressão sobre a oferta de bens diversos, principalmente commodities. Ao imprimir tamanho desempenho, surgiram inúmeros estudos com diversos enfoques e metodologias sobre os efeitos chineses no mundo. Há literaturas voltadas para essa análise, que dão um foco especial na compreensão de quais as implicações diretas e indiretas do desenvolvimento da China sobre os países da América Latina. Uma das investigações que mais tem chamado atenção dos pesquisadores está relacionada ao efeito indireto que as exportações da China podem causar nas exportações dos países da América Latina para terceiros mercados. No entanto, mesmo com a ampliação dos exames realizados sobre as relações da China com o resto do mundo ainda não há clareza acerca das pretensões do país asiático com sua estratégia de expansão.

A literatura que discute as relações comerciais da China com os países da América Latina ganhou modernas contribuições de inúmeros especialistas, principalmente a partir dos anos 2000, quando o vínculo mercantil entre os dois se aprofundou. Com base nisso, antes de expor a metodologia que será utilizada neste trabalho, realizada uma apresentação sucinta dos estudos desenvolvidos que podem ser divididos em duas categorias.

Os estudos sobre a relação entre a China e os países da América Latina se dividem entre os especialistas que defendem uma visão positiva desse elo mercantil, e os teóricos denominados de realistas, que apresentam aspectos mais críticos a respeito da ligação comercial entre o país asiático e os países latinos. Para os estudos positivos, a ascensão da China promoveu mais benefícios do que desvantagens para os países latinos, pois, o aprofundamento das relações entre a China e os países da América Latina houve ganhos nos termos de troca para os últimos em decorrência do aumento das exportações de commodities para o país asiático, ao mesmo tempo em que os primeiros importam produtos manufaturados chineses com preços mais baixos. Além do mais, a China, com a política de saída, viabilizou o processo de investimentos diretos no exterior (BLÁZQUEZ-LIDOY; RODRÍGUEZ; SANTISO, 2006, p. 1).

Os estudos positivos discorrem ainda que o efeito estrutura caracterizado por Medeiros (2006), que desloca as exportações em terceiros mercados, não é uma consequência negativa para os países da América latina. Ao contrário as relações comerciais estabelecidas entre essa região americana e o dragão asiático trariam benefícios mútuos, e, apenas países com um considerável parque manufatureiro sofreriam negativamente com o efeito estrutura provocado pela ascensão chinesa. Ainda conforme Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006), a expansão chinesa exige dos países latinos maior atenção as reformas estruturais para manter as vantagens comparativas do continente. Além disso é necessária uma diversificação da pauta exportadora para continuar competindo na cadeia de produção global para que a nação não se torne completamente dependente das exportações de matérias-primas.

Os diagnósticos apresentados pelos especialistas denominados de realistas como Jenkins e Dussel-Peters (2009), Gallagher e Porzecansky (2010) e Phillips (2011), mostram aspectos mais críticos acerca da relação mercantil entre a China e os países da América Latina. A visão realista analisa o vínculo comercial sob um enfoque mais amplo, considerando como a expansão chinesa impacta na estrutura produtiva dos países ao mesmo tempo em que busca entender quais as possibilidades de crescimento que tais nações podem obter com essa associação com a China. Essa visão busca entender quais os benefícios adquiridos pelos países latinos com as exportações das commodities, mas também consideram quais os efeitos na competição são provocados no setor de manufaturas e indústria no comércio internacional.

Outros esforços teóricos através de Lall e Weiss (2005) e Gallagher e Porzecanski (2010), buscam quantificar se há, e se sim, como se dá, a ameaça do deslocamento das exportações dos países da América Latina a partir do efeito da ascensão chinesa e de sua estratégia de crescimento econômico. Tais diagnósticos consideram os indicadores do *market share*. Lall e Weiss (2005), por exemplo, enumeram os possíveis riscos e/ou ganhos derivados do progresso econômico da China.

1. Nenhuma ameaça - nesse cenário, tanto a China quanto o outro país tem crescimento da quota de mercado, sendo que o último tem uma fracção maior que o primeiro;
2. Ameaça parcial - nessa conjuntura, tanto a China quanto o outro país tem aumento da quota de mercado, entretanto, o primeiro se expande com maior velocidade;
3. Ameaça inversa - nesse contexto, a China não apresenta qualquer ameaça, mas sim o outro país que oferece risco para o país asiático em questão;
4. Ameaça direta - nessa conjuntura, a China tem sua quota de mercado aumentada enquanto que a parcela de mercado do outro país se deprecia;
5. Retirada mútua - nesse quadro, não há risco entre a China e o outro país, os dois perdem fragmentos do mercado para outros concorrentes.

A metodologia do *market share* apresentada por Lall e Weiss (2005), é um sistema bem estruturado que garante o levantamento de dados para saber qual a quota de mercado de cada país possui de acordo com cada produto exportado. No entanto, mesmo com a possibilidade de organizar tais informações, o método ainda necessita de maiores aprimoramentos, pois pode haver superestimação dos dados relacionados à China, uma vez que os números que lhe competem sobre as saídas da nação são grandiosos. No presente trabalho, no entanto, a fim de amenizar tais dilemas relacionados ao regulamento, serão utilizados não apenas as análises das exportações entre a China e os países do Mercosul, mas também, se buscará realizar uma análise com maior grau de detalhamento, desagregando mais os dados, para discutir os impactos ao nível de grupos de produtos, com base nos grupos representativos na pauta de cada país membro do Mercado Comum do Sul. Portanto, a fim de

atenuar qualquer sobrevalorização dos dados, serão comparadas as taxas de exportação com o *market share*.

O procedimento de análise será dividido em duas etapas distintas. No primeiro momento será analisada a evolução da pauta de exportação dos cinco países partes do Mercosul para os anos de 2000 e 2018. A investigação levará em consideração o grau de intensidade tecnológica e parceiros comerciais, bem como a evolução dos cinco principais grupos de produtos exportados no período (SITC, revisão 3, no nível de dois dígitos) e as principais tendências ocorridas ao longo do mesmo. Mais à frente, a pesquisa apresentará a relação do comércio bilateral entre os países partes e a China ponderando não apenas o saldo de produtos, mas também, a intensidade tecnológica.

Os dados colhidos para esta pesquisa foram extraídos da base de dados da UNCTAD (2018), sendo considerados os artigos que compreendem a alta intensidade tecnológica: aeroespacial, computadores, equipamentos de escritório, farmacêuticos, eletrônicos e telecomunicações; os de média-alta intensidades: instrumentos científicos, veículos automotores, maquinaria elétrica, química e outros equipamentos de transporte e máquinas e equipamentos; os de média-baixa intensidade: produtos de borracha e plástico, embarcações e outras indústrias transformadoras, metais não-ferrosos, produtos minerais não-metálicos, produtos metálicos, refino de petróleo, metais não-ferrosos; por fim os de baixa-intensidade: papel para impressão, têxtil e roupas, alimentos, bebidas e tabaco, madeiras e móveis (ZAWISLAK; FRACASSO ; TELLO-GAMARRA 2013, p. 5).

Ao término da primeira etapa da análise deste trabalho, será acoplado ao exame da relação bilateral entre os países do Mercosul e a China, a título de complementação com a análise já mencionada na metodologia, o diagnóstico considerando a caracterização apresentada por Medeiros (2006), os efeitos escala e estrutura. Com relação ao primeiro efeito serão examinadas: a evolução das exportações do produto em questão dos países membros do Mercosul para o mundo e para a China, analisando as taxas de crescimento das exportações e a participação do mercado chinês na absorção das mesmas; e a evolução do *market share* no mercado chinês e no mercado global para o produto em questão (ROCHA, 2014). Por fim, considerando o último efeito, o estrutura, será identificado o principal mercado de destino das exportações do bem em questão por parte dos países do Mercosul, analisando: a evolução das

exportações do produto do país do Mercosul e da China para tal mercado; e a evolução do *market share* da nação do Mercosul e da China no mercado relevante.

Segundo Rocha (2014), a metodologia do *market share* também apresenta limitações que devem ser consideradas. Por exemplo, no efeito estrutura, a perda da quota de mercado talvez não seja responsabilidade única do efeito China. Assim os números apenas são compatíveis com esse efeito e são interessantes para indicar a existência do mesmo. Além do mais, diferentemente de metodologias como *constant market share*, não é possível quantificar exatamente a parcela do deslocamento causada pelo crescimento do dragão asiático.

A delimitação espacial para esta pesquisa se define aos países que compõem o Mercosul. No entanto, os dados correspondentes à Venezuela, só serão expostos até o ano de 2016, em decorrência de sua suspensão do bloco.

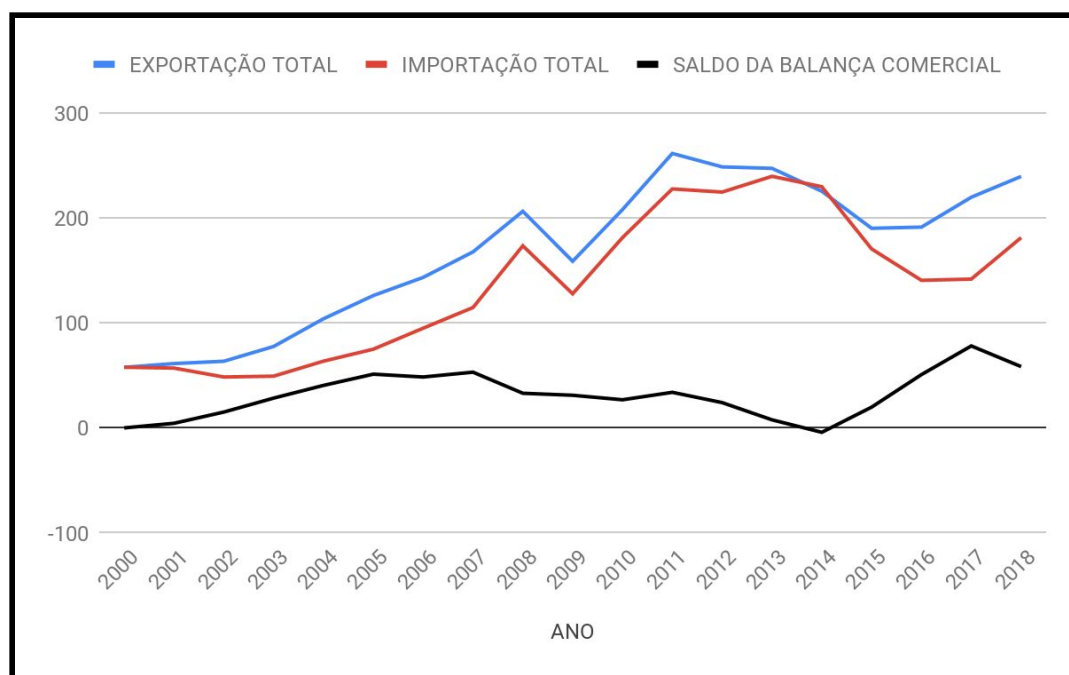
## **4.2 Países partes do Mercosul e a China: comércio bilateral**

O intuito deste tópico é identificar a performance da pauta exportadora dos países do Mercosul nos 18 anos século XXI. Para isso será levada em consideração a intensidade tecnológica empregada nos produtos comercializados, bem como a nação a que se destina os bens. Ademais, serão analisadas as relações comerciais bilaterais entre essas nações e o dragão asiático, tendo em vista a transação das relações e o saldo comercial, avaliando tanto de forma geral quanto a intensidade tecnológica. Por fim, serão analisadas quais as implicações da relação chinesa sobre as exportações dessas nações a partir da investigação dos efeitos estrutura e escala, com base nos cinco principais produtos exportados, de acordo com a classificação SITC, revisão 3, no nível de dois dígitos.

### *4.2.1 O caso do Brasil*

As exportações brasileiras ao longo dos anos 2000 cresceram gradativamente, embaladas pela ascensão de países emergentes e pela manutenção da expansão dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos - até a crise de 2008. O Gráfico 16 apresenta dados para as exportações brasileiras na sua totalidade, sem a discriminação dos seus destinatários.

**Gráfico 16 - Brasil - Exportação total - 2000-2018**  
(a preços correntes em US\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria com base nos dados *statist* UNCTAD (2018).

O Gráfico 16 exibe os dados das exportações do Brasil revelando que ocorreu uma evolução até 2008, apresentando leve queda em 2009 em decorrência da própria dinâmica internacional marcada pela crise iniciada nos EUA. Em 2000 as exportações brasileiras ficaram em torno de US\$ 57,6 bilhões, e cinco anos depois ficaram em volta de US\$ 126 bilhões, um crescimento de 118,7%. Em 2008, ano do boom da crise econômica internacional, as exportações brasileiras ficaram em volta de US\$ 206,3 bilhões. No ano seguinte, sofreram queda significativa em decorrência dos efeitos da crise no cenário estrangeiro, e apresentaram a cifra de aproximadamente, US\$ 158,7 bilhões, uma redução de 21,1% em comparação com o ano anterior. Após 2009, as exportações voltaram a crescer até 2014, mas em 2015 e 2016 tiveram quedas consideráveis. Foram de, respectivamente, US\$ 190,1 e US\$ 191,2 bilhões, voltando a se dilatar em 2017 e 2018.

As importações, em 2000, ficaram em torno de US\$ 57,7 bilhões, enquanto que em 2005 ficaram em US\$ 74,9 bilhões, um acentuado crescimento. Entre 2005 e 2008 as importações brasileiras seguiram uma evolução contínua, mas em 2009, assim como as exportações, a entrada de bens e serviços no país sofreu queda considerável, marcando US\$

127,7 bilhões em 2008, frente a US\$ 173,4 bilhões, em 2005 uma redução de 26%. Já entre os anos de 2010 e 2014 as importações brasileiras obtiveram um crescimento importante, correspondendo a uma média de US\$ 220,5 bilhões. Mas os anos de 2015 e 2016 foram marcados por uma queda vertiginosa, apresentando, respectivamente, US\$ 170,4 e US\$ 140,5 bilhões, voltando a crescer a partir do ano seguinte.

Cruzando os dados, pode-se observar que a balança comercial do país apresentou superávit, entre 2000 e 2018, com exceção dos anos de 2000 e 2014, sendo que o ano de 2017 foi o que registrou maior saldo positivo.

Entre 2000 e 2008, o maior receptor dos produtos brasileiros eram os Estados Unidos, seguidos pela Argentina. Nesse período, apenas em 2002 a Argentina não ocupou o segundo posto, que ficou com os Países Baixos. Isso porque nesse ano de 2002, a Argentina viveu uma profunda recessão. Entre outros efeitos perversos, o país enfrentou falta de crédito e o *corralito*<sup>26</sup> que, segundo Bello (2002), travou todo o sistema financeiro do país, e, posteriormente, promoveu uma desvalorização cambial, cujos efeitos foram danosos para grande parcela da população endividada em dólares. Essa soma de efeitos levou a nação ao estágio de depressão econômica, impactando diretamente nas exportações do Brasil para o seu parceiro comercial vizinho.

Segundo os dados estatísticos da Cepal, em 2000, 24,28% das exportações brasileiras se destinavam aos Estados Unidos, com a Argentina e os Países Baixos logo em seguida, importando 11,31% e 5,07%, respectivamente. Nesse ano, a China ocupava a 12ª posição no ranking das exportações brasileiras, com apenas 1,97%, cerca de US\$ 1,1 bilhão. Em 2001 o mercado chinês aumentou a receptividade aos produtos brasileiros, ocupando a 6ª posição, com a importação de 3,26%. No ano seguinte, a China já ocupava a 4ª posição, importando 4,17% dos bens brasileiros. Entre os anos de 2003 e 2004 a China oscilou na 3ª e 4ª posição, respectivamente. Em 2009, a China se tornou o maior importador dos produtos brasileiros com 13,72%, o que permanece até o último ano dessa análise, com aumentos gradativos das importações, chegando a 26,76%, cerca de US\$ 64,2 bilhões, em 2018.

Quanto às importações, 23,4% dos produtos de ingressaram no Brasil em 2000 foram provenientes dos Estados Unidos, 12,28% vieram da Argentina e 7,95% da Alemanha. Apenas 2,19% das importações brasileiras eram provenientes da China. Cinco anos depois,

---

<sup>26</sup> restrição de saques e movimentação bancária.

17,49% dos produtos de ingressaram no Brasil eram provenientes dos Estados Unidos e 8,49% foram vindos da Argentina, 8,36% da Alemanha e 7,28% da China. Em 2010, os produtos chineses já ocupavam o segundo lugar no ranking dos produtos mais importados pelo Brasil, enquanto que cinco anos depois eles já eram os primeiros na posição dos importados. Em 2016, 2017 e 2018 o Brasil importou da China, respectivamente, US\$ 23,3, US\$ 18,1 e US\$19,9 bilhões.

Ao se tratar da relação comercial entre o Brasil e a China considerando a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 1,1 bilhão que o Brasil exportou para a China, 66,9% foram de produtos primários, 13,2% de manufaturas de recursos naturais, 4,4% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 8,9% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 5,0% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 30,7 bilhões que o Brasil exportou para a China, 83,7% foram de produtos primários, 10,0% de manufaturas de recursos naturais, 1,3% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 3,4% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 1,59% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Por fim, em 2018, as exportações brasileiras para a China foram de US\$ 64,2 bilhões, com 88,5% de produtos primários, 7,9% de manufaturas de recursos naturais, 0,7% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 2,5% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,2% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Quanto ao comportamento das importações brasileiras dos produtos da China segundo a intensidade tecnológica, em 2000 dos US\$ 1,2 bilhão que o Brasil importou da China, 3,4% foram de produtos primários, 19,6% foram de manufaturas de recursos naturais, 19,8% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 15,9% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 40,8% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 25,5 bilhões que o Brasil importou da China, 1,5% foram de produtos primários, 9,9% de manufaturas de recursos naturais, 22,0% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 27,8% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 38,7% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Já em 2018, as importações brasileiras da China foram de US\$ 34,7 bilhões, com 1% de produtos primários, 12,3% de manufaturas de recursos naturais, 17,5% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 38,7% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 30,1% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Desde 2009 que a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil, tanto nas exportações quanto nas importações. Ao analisar os dados quanto às transações considerando a intensidade tecnológica, observa-se que, ao longo dos anos investigados, houve um aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado do Brasil para a China, caracterizando, assim, uma reprimarização da pauta exportadora brasileira para aquele país, o que provocou a especialização em bens de baixo valor agregado, provocado pelo chamado “efeito China”, enquanto que, a importação de manufaturas de alta intensidade tecnológica da China para o Brasil aumentaram amplamente ao longo dos anos. Finalmente, quando se trata do saldo da balança comercial considerando todos os produtos, entre os dois países, o Brasil apresentou superávits em 2005, 2010, 2015 e 2018, mas ao analisar o saldo a partir da intensidade tecnológica o Brasil só é superavitário em relação à China nos produtos primários.

No conjunto das exportações do Brasil considerando todo o mundo, as cinco categorias com maior participação em 2000 foram: veículos automotores com 8,1%, ferro e aço 6,7%, outros equipamentos de transporte 6,7%, minérios metálicos (brutos) 6,5% e sementes e frutos oleaginosos 4,1%. Já em 2010, 26% das exportações do Brasil era de minérios, 13% eram alimentos, 10% sementes e frutos oleaginosos, 8,7% transporte e 7,3% metais. Finalmente em 2018, as cinco categorias dos produtos mais exportados pelo Brasil foram: 39% minérios, 43% sementes e frutos oleaginosos, 5,8 bens de papel, 9,2% transporte e 7,4 metais.

Para entender de forma mais específica como se dá o comportamento das relações comerciais entre o Brasil e a China, serão segregados os produtos considerando as cinco principais divisões para os anos de 2000, 2010 e 2018. As categorias são provenientes do SITC, revisão 3, no nível de dois dígitos. Tal fragmentação se faz necessária para a realização da análise dos efeitos escala e estrutura. Conforme apresentado no item 4.1, o efeito escala está relacionado à magnitude do mercado chinês e à crescente demanda chinesa por matérias-primas, alimentos, energia, bem como por produtos manufaturados, ao passo que o efeito estrutura está relacionado à maior competitividade dos produtos chineses, que vêm ganhando cada vez mais espaço nos mercados ocidentais e deslocando as exportações dos países concorrentes.

No caso do efeito escala, serão observados: a evolução das exportações do produto em questão para o mundo e para a China, analisando tanto as taxas de crescimento das

exportações quanto a participação da China no total exportado do bem e; a evolução do *market share* no mercado chinês e no mercado global para o produto em questão. Em relação ao efeito estrutura, por sua vez, serão analisados: a evolução das exportações do produto do Brasil e da China para o mercado da União Europeia, ressaltando a importância do mercado da União Europeia para a absorção das exportações do bem; e a evolução do *market share* do Brasil e da China no mercado da União Europeia. Vale ressaltar que os dados apresentados no texto a seguir, salvo menção contrária, são da base de dados da UNCTAD.

**Tabela 2 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados  
2000 (em US\$ milhões)**

Grupos	X	%	M	%	Saldo
<b>Total</b>	1.085,3	100	1.222,1	100	-136,8
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>440</b>	<b>40,5</b>	<b>15</b>	<b>1,2</b>	<b>425</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	337,4	31,1	0,1	0,0	337,3
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	89,4	8,2	9,7	0,8	79,6
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>286,7</b>	<b>26,4</b>	<b>16,4</b>	<b>1,3</b>	<b>270,4</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	36,1	3,3	74,8	6,1	-38,6
Produtos químicos (5)	48,2	4,4	202,4	16,6	-154,1
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>82,5</b>	<b>7,6</b>	<b>95,4</b>	<b>7,8</b>	<b>-12,9</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	0,2	0,0	22,5	1,8	-22,4
Ferro e aço (67)	37,6	3,5	9,7	0,8	27,9
Metais não-ferrosos (68)	0,6	0,1	11,3	0,9	-10,7
Manufaturas de metal (69)	1,5	0,1	30,7	2,5	-29,2
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>93,3</b>	<b>8,6</b>	<b>555,8</b>	<b>45,5</b>	<b>-462,5</b>
Máquinas e equipamentos diversos (SITC 71 + 72 + 73 + 74 + 77)	43,9	4	279,5	22,9	-235,6
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	1,5	0,1	265,8	21,8	-264,4
Veículos automotores (78)	10,8	1	10,3	0,8	0,5
Outros equipamentos de transporte (79)	37,1	3,4	0,1	0,0	37
Artigos manufaturados diversos (8)	9,4	0,9	263,9	21,6	-254,5
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	1	0,1	105,1	8,6	-104,1
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>37,7</b>	<b>3,1</b>	<b>-37,7</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	1	0,1	52,7	4,3	-51,6
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	6,9	0,6	29,8	2,4	-23

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

**Tabela 3 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados  
2018 (em US\$ bilhões)**

<b>Grupos</b>	<b>X</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>
<b>Total</b>	64205.6	100	34730.0	100	29.4
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>29842.3</b>	<b>46,4</b>	<b>671.6</b>	<b>1,9</b>	<b>-641.7</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	25858.9	40,2	1.4	0.0	40,2
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	3657.4	5,6	243.9	0,7	4,9
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>15002.9</b>	<b>23,3</b>	<b>394.9</b>	<b>1,1</b>	<b>22,2</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	10496.2	16.3	329.2	0,9	15,4
Produtos químicos (5)	743.2	1,1	5697.8	16,40	-15,3
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>2970.0</b>	<b>10,8</b>	<b>5951.0</b>	<b>17,1</b>	<b>-6,3</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	25.2	0,0	2093.7	6,0	-6,0
Ferro e aço (67)	994.6	1,5	1129.2	3,2	-1,7
Metais não-ferrosos (68)	694.8	1,0	343.4	0,9	0,1
Manufaturas de metal* (69)	106.1	0,1	1184.3	3,4	-3,3
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>1609.9</b>	<b>2,5</b>	<b>18508.9</b>	<b>53,2</b>	<b>50,7</b>
Máquinas e equipamentos diversos (SITC 71 + 72 + 73 + 74 + 77)	7311.7	11,3	10158.9	29,2	-17,9
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	35.7	0,0	6540.1	18,8	-18,8
Veículos automotores (78)	23.1	0,0	936.3	2,6	-2,6
Outros equipamentos de transporte (79)	644.9	1,0	873.2	2,5	-1,5
Artigos manufaturados diversos (8)	81.8	0,1	4615.2	13,2	13,1
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	876.3	1,3	1702.4	4,9	-3,6
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>221</b>	<b>0,3</b>	<b>1395.0</b>	<b>4,0</b>	<b>-3,7</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	33.2	0,0	541.8	1,5	-1,5
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	14.0	0,0	223.2	0,6	-0,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

Ao comparar o saldo comercial do Brasil com relação à China, observa-se que, com base nos dados apresentados na Tabela 3 e na discussão da evolução da pauta exportadora chinesa entre os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018, quatro serão analisados sob a ótica do efeito escala, quais sejam: minérios metálicos, sementes e frutos oleaginosos, petróleo e derivados e carnes processadas. Por sua vez, o grupo de veículos automotores será analisado sob a ótica do efeito estrutura.

O primeiro grupo que será analisado é o das sementes e oleaginosas, cujo principal produto é a soja, e os números estão retratados na Tabela 4. Segundo dados da Empresa

Brasileira de Desenvolvimento Agropecuário (EMBRAPA, 2019), dos 362 milhões de toneladas produzidos no mundo em 2018, 115 milhões de toneladas foram produzidas no Brasil, fazendo o país ocupar o segundo lugar. Dessa produção, 42% foram exportados para a China segundo os dados da UNCTAD (2018). Vale ressaltar que, em 2000, as exportações do produto para a China foi de 23%, e em 2010 29%. Observa-se um crescimento contínuo das exportações da soja para a China, que teve sua demanda aumentada ao longo dos anos.

Ao se tratar da quota de mercado, verifica-se que a fatia do mercado tanto mundial quanto chinês aumentou significativamente para as exportações de sementes e frutos oleaginosos do Brasil. O país angariou quase 40% no mercado mundial nessa categoria no ano de 2018. Além do mais, é notório observar que o mercado chinês consome praticamente toda a exportação das sementes e frutos oleaginosos do Brasil

**Tabela 4 - Evolução das exportações e do *market-share* brasileiro das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X brasileiras para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	2.189,9	337,4	15,4%	31,1%	14,3	15,01
<b>2010</b>	11.096,5	7.133,4	64,3%	23,2%	30,1	19,54
<b>2018</b>	32.244, 4	25858.9	80,1%	40,2%	72,6	39,02

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

O segundo grupo a ser analisado, através da Tabela 5, são os dos minérios e metais, tendo como papel de destaque o petróleo e seus derivados, que no início dos anos 2000 tinha pouca relevância nas exportações brasileiras. No entanto, com a descoberta e extração de mais bacias de petróleo, sobretudo o pré sal, proporcionou-se uma maior ampliação da exportação dessa categoria. Apesar dessa evolução, no ano de 2018, esse grupo representava uma parcela pequena do comércio internacional. No entanto, quando se trata da China, observa-se um

aumento considerável, provavelmente em decorrência da necessidade crescente do país asiático em obter energias diversas.

**Tabela 5 - Evolução das exportações e do *market-share* brasileiro do petróleo e seus derivados 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X brasileiras para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	905,9	36,1	3,9%	3,3%	0,1	0,1
<b>2010</b>	19493,2	4053,8	20,7%	13,2%	2,6	1,0
<b>2018</b>	25192,9	10491,3	41,6%	16,3%	4,85	1,2

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A Tabela 6 apresenta a terceira categoria a ser analisada a de carnes e carnes processadas, que são compostas por carnes bovinas, suínas e aves diversas. Assim como a categoria que engloba o petróleo e seus derivados, a quota de mercado do Brasil dessa categoria para a China apresentou maior evolução entre os anos selecionados quando comparado ao tamanho da fatia que coube ao Brasil no mercado total.

**Tabela 6 - Evolução das exportações e do *market-share* brasileiro das carnes 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X brasileiras para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	1926,7	11,7	0,6%	1,7%	1,1	4,3
<b>2010</b>	13322,6	225,3	1,6%	0,7%	9,2	11,6
<b>2018</b>	15830,3	2380,1	15,0%	2,73	21,7	10,3

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A quarta categoria a ser analisada é dos bens manufaturados, tendo o ferro e o aço a maior participação, e os dados aparecem na Tabela 7. Em decorrência da sua organização econômica, a China necessita de uma grande porção dessa categoria para a realização de seus projetos. Assim o mercado chinês compra mais desses produtos do Brasil do que o resto do mundo. Em 2018, enquanto a fatia do mercado de ferro e aço que do Brasil que se destinou à China foi de 4,6% enquanto que o mundo exigia apenas 2,7% das exportações brasileiras.

**Tabela 7 - Evolução das exportações e do *market-share* brasileiro ferro e aço  
2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X brasileiras para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	3932,9	37,5	0,9%	3,4%	0,4	2,5
<b>2010</b>	8899,4	595,9	6,6%	1,9%	2,4	2,0
<b>2018</b>	12480,0	994,6	7,9%	1,5%	4,6	2,7

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A quinta categoria, representada na Tabela 8, são os veículos automotores, e será analisada sob a ótica do efeito estrutura. O que requer uma comparação das exportações do Brasil e da China para a União Europeia (UE 28) em decorrência da sua importância para ambas nações.

**Tabela 8 - Evolução das exportações e do *market-share* brasileiro dos veículos  
automotores 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>X Brasil (UE 28)</b>	<b>X China</b>	<b>Market Share Brasil</b>	<b>Market Share China</b>	<b>% X UE28/ X mundo (Brasil)</b>	<b>% X UE28/ X mundo (China)</b>
<b>2000</b>	612.073	1 020 223	0,2	0,4	32,8%	85,2%
<b>2010</b>	929.458	6 989 327	0,2	1,6	37,4%	83,3%
<b>2018</b>	294.481	11 584 301	0,0	1,8	174,2%	81,8%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

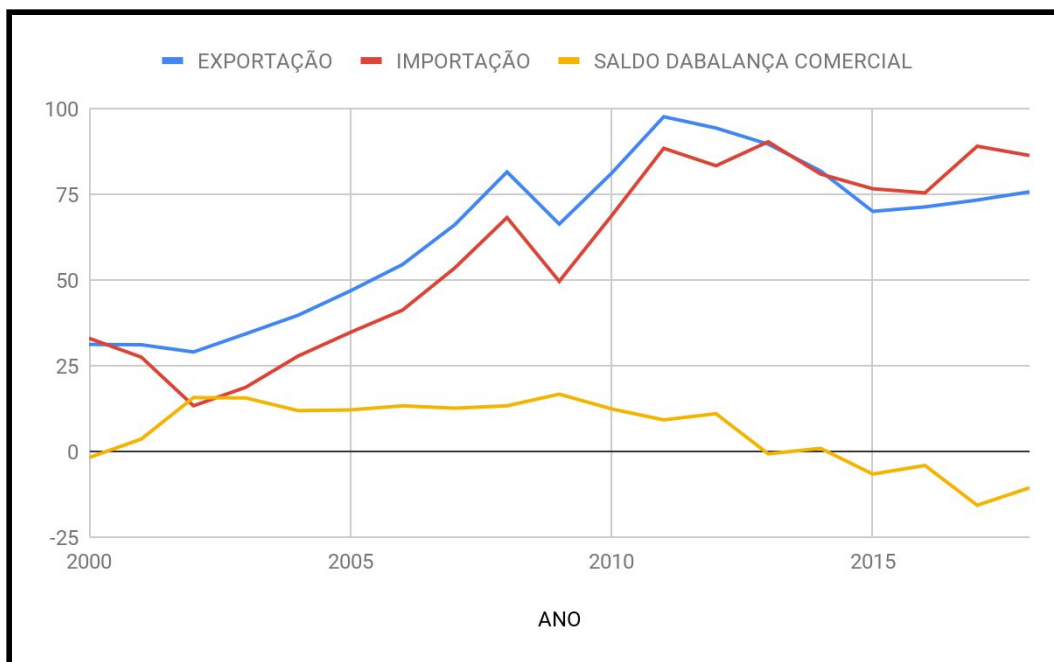
As informações da Tabela 8 mostram que, quando se trata de bens com alto valor agregado, a competição entre o Brasil e a China em terceiros mercados, em categorias onde o processo industrial é mais sofisticado, acarreta em desvantagem para o primeiro. Observa-se que a perda de competitividade do Brasil acontece em concomitância com o aumento extraordinário das exportações da China com o mesmo produto.

#### *4.2.2 O caso da Argentina*

Embalada pela ascensão de países emergentes e pela manutenção da expansão dos países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos \_até a crise de 2008\_, bem como a evolução do crescimento econômico do Brasil, as exportações argentinas ao longo dos anos 2000 foram crescendo gradativamente. Entre os anos de 2003 e 2008 houve progresso mais sólido, mas em 2009 houve queda significativa quando comparado ao ano anterior. Já em 2010 o comércio argentino voltou a crescer, com exceção de 2015, quando passou por nova queda, muito provavelmente em decorrência do aprofundamento da recessão por que passava o Brasil, seu principal parceiro comercial. O Gráfico 17 apresenta dados para as exportações argentinas na sua totalidade sem a discriminação dos seus destinatários.

### Gráfico 17 - Argentina - Exportação total - 2000-2018

(a preços correntes em US\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da *statist* UNCTAD (2018).

O Gráfico 17 revela que ocorreu uma evolução até 2008, mas no ano seguinte há uma queda de 14,5% em relação ao ano anterior em decorrência da própria dinâmica internacional marcada pela crise iniciada nos EUA, bem como com os efeitos que alcançaram o Brasil, seu principal parceiro comercial. Em 2000, as exportações argentinas ficaram em torno de US\$ 31,2 bilhões, e cinco anos depois ficaram em volta de US\$ 46,8 bilhões, um crescimento de 50%. Em 2008, ano do boom da crise econômica internacional, as exportações da Argentina ficaram em volta de US\$ 81,5 bilhões. No ano seguinte, as exportações sofreram queda significativa em decorrência dos efeitos da crise no cenário estrangeiro, marcando aproximadamente US\$ 66,3 bilhões, uma redução de 18,7% em comparação com o ano anterior. Após 2009, as exportações voltaram a crescer até 2011, mas voltaram a declinar a partir de 2012, só se recuperando em 2016.

Pelo lado das importações, em 2000 ficaram em torno de US\$ 33 bilhões, enquanto que em 2005 alcançaram US\$ 34,7 bilhões. Entre 2005 e 2008 as importações seguiram uma evolução contínua, mas em 2009, assim como ocorreu com as exportações, a entrada de bens e serviços no país sofreu queda considerável. Nesse ano, as importações foram de US\$ 49,6

bilhões, enquanto que no ano anterior foram de US\$ 68,2 bilhões, uma redução de 27,3% de um ano para o outro. Entre os anos de 2010 e 2018, as importações argentinas apresentaram oscilação, registrando em 2013 US\$ 90,3 bilhões, melhor progresso das importações.

De posse dos dados acerca das exportações e das importações pode-se observar como se comportou a balança comercial do país entre 2000 e 2018. A Argentina apresentou déficit na balança comercial nos anos de 2000, 2013 e de 2015 a 2018. Os demais anos apresentou superávit, tendo em 2009 registrado maior saldo.

Nos anos analisados, o maior receptor dos produtos argentinos foi o Brasil, sendo a segunda posição ocupada por vários países, a depender do ano. Em 2000 e 2001 essa posição foi ocupada pelos Estados Unidos, enquanto que entre 2002 e 2004 o segundo lugar coube ao Chile. Na sequência, de 2005 a 2009 houve uma alternância entre, respectivamente, Estados Unidos, Chile e China. De 2009 a 2015 o segundo país para quem a Argentina mais exportou foi a China, e entre 2016 e 2018 foram os Estados Unidos.

Segundo os dados da Cepal, em 2000, 26,53% das exportações argentinas tinham como destino o Brasil. O segundo e terceiro lugares para onde se destinava as exportações da Argentina eram ocupados pelos Estados Unidos, que receberam 11,95%, e o Chile, com 10,15%. Nesse ano, a China ocupava a 6ª posição no ranking das exportações, com 3,02%, cerca de US\$ 796 milhões. Já em 2010, o mercado chinês aumentou a receptividade aos produtos argentinos, ocupando a 2ª posição, recebendo 8,51% de tudo o que a Argentina exportava. No ano de 2018, a importação da China chegou a US\$ 4,2 bilhões.

Quanto às importações, 25,6% dos produtos que ingressaram na Argentina em 2000 foram provenientes do Brasil, 18,9% dos Estados Unidos e 4,99% da Alemanha. Apenas 4,57% dos produtos chineses eram destinados a Argentina. Cinco anos depois, 37,4% dos produtos que ingressaram na Argentina eram provenientes do Brasil. 15,8% vindos dos Estados Unidos e 5,33% da China. Entre 2016, 2017 e 2018 a Argentina importou da China, respectivamente, US\$ 18,74, US\$ 18,42 e US\$ 18,46 bilhões.

Tratando especificamente da relação comercial entre a Argentina e a China, tomando-se em consideração a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 796,9 milhões que a Argentina exportou para a China, 76,1% foram de produtos primários, 4,83% de manufaturas de recursos naturais, 12,6% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 5,6% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 7,5% de manufaturas de alta

intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 5,7 bilhões que a Argentina exportou para a China, 87,9% foram de produtos primários, 7,8% de manufaturas de recursos naturais, 2,5% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 1,4% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,1% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2018 as exportações da Argentina para a China foram de US\$ 4,2 bilhões, em que 83% foram de produtos primários, 5% de manufaturas de recursos naturais, 2,1% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 0,9% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,6% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Quanto ao comportamento das importações argentinas dos produtos da China segundo a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 1,1 bilhão que a Argentina importou da China, 0,4% foram de produtos primários, 10,1% de manufaturas de recursos naturais, 37,8% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 31,2% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 25,1% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 7,6 bilhões que a Argentina importou da China, 0,4% foram de produtos primários, 10,8% de manufaturas de recursos naturais, 18,2% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 32,3% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 37,6% foram de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2018 as importações argentinas dos produtos chineses foram de US\$ 12 bilhões, em que 0,5% foram de produtos primários, 9,6% foram de manufaturas de recursos naturais, 16,7% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 34% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 38,5% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

A China é um importante parceiro comercial da Argentina. Ao analisar os dados quanto às transações considerando a intensidade tecnológica, observa-se que, ao longo dos anos investigados, houve um aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado da Argentina para a China, caracterizando, assim, uma reprimarização da pauta exportadora argentina, relativamente ao dragão asiático provocado pelo “efeito China”, enquanto que a importação de manufaturas de alta intensidade tecnológica da China aumentou amplamente ao longo dos anos. Finalmente, quando se trata do saldo da balança comercial considerando todos os produtos, a Argentina, de 2001 a 2007 apresentou superávits, mas em 2000, e de 2008 a 2018, esteve em déficit. Ao analisar o saldo a partir da intensidade tecnológica, a Argentina só é superavitária em relação à China nos produtos primários.

**Tabela 9 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados  
2000 (em US\$ milhões)**

Grupos	X	%	M	%	Saldo
<b>Total</b>	796.2	100	1156.7	100	-360,5
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>632.7</b>	<b>79,4</b>	<b>6.7</b>	<b>0,5</b>	<b>626</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	531.2	66,7	0	0	531,2
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	25.5	3,2	1,5	0,1	24
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>4.5</b>	<b>0,5</b>	<b>5.2</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,7</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	705	88,5	6.0	0,5	699
Produtos químicos (5)	9.5	1,1	111.6	9,6	-102,1
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>107.9</b>	<b>13,5</b>	<b>116.3</b>	<b>10,0</b>	<b>-84</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	152	19,0	27.0	2,3	125
Ferro e aço (67)	34.9	4,3	6.8	0,5	28,1
Metais não-ferrosos (68)	0.0	0,0	2.3	0,1	-2,3
Manufaturas de metal* (69)	14	1,7	38.3	3,3	-24,3
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>10.1</b>	<b>1,2</b>	<b>516.6</b>	<b>44,6</b>	<b>-506,5</b>
Máquinas e equipamentos diversos (SITC 71 + 72 + 73 + 74 + 77)	9.6	1,2	219.9	19,0	-210,3
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	23	2,8	251.3	21,7	-228,3
Veículos automotores (78)	476	59,7	45.2	3,9	430,8
Outros equipamentos de transporte (79)	0.0	0,0	114	9,8	-114
Artigos manufaturados diversos (8)	3.6	0,4	394.6	34,11	-391
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	154	19,3	192.1	16,6	-38,1
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>0.0</b>	<b>0,0</b>	<b>76.8</b>	<b>6,6</b>	<b>-76,8</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	153	19,2	10.0	0,8	143
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	3.2	0,4	29.0	2,5	-25,8

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

**Tabela 10 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados**  
**2018 (em US\$ milhões)**

<b>Grupos</b>	X	%	M	%	Saldo
<b>Total</b>	4210,9	100	12072.4	100	-7861,5
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>3030.5</b>	<b>71,9</b>	<b>39.5</b>	<b>0,3</b>	<b>2,991</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	1313.8	31,1	722	5,9	591,8
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	75.4	1,7	20.4	0,1	55
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>0.0</b>	<b>0,0</b>	<b>130.3</b>	<b>1,0</b>	<b>-130,3</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	610.3	14,4	51.2	0,4	559,1
Produtos químicos (5)	37.7	0,8	1662.5	13,7	-1624,8
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>85.6</b>	<b>2,0</b>	<b>1254.7</b>	<b>10,3</b>	<b>-1169,1</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	0.0	0,0	413.4	3,4	-413,4
Ferro e aço (67)	19	0,4	130.5	1,0	-111,5
Metais não-ferrosos (68)	0.0	0,0	84.8	0,7	-84,8
Manufaturas de metal* (69)	32	0,7	349.1	2,8	-317,1
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>2.4</b>	<b>0,0</b>	<b>7094.7</b>	<b>58,7</b>	<b>-7092,2</b>
Máquinas e equipamentos diversos (SITC 71 + 72 + 73 + 74 + 77)	2.2	0,0	3066.8	25,4	-3064,6
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	197	4,6	3180.4	26,34	-2983,4
Veículos automotores (78)	0.0	0,0	671.2	5,5	-671,2
Outros equipamentos de transporte (79)	0.0	0,0	176.2	1,4	-176,2
Artigos manufaturados diversos (8)	52	1,2	1902.8	15,7	-1850,8
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	52	1,2	851.2	7,0	-799,2
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>0.0</b>	<b>0,0</b>	<b>331.3</b>	<b>2,7</b>	<b>-331,3</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	0.0	0,0	246.6	2,0	-246,6
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	0.0	0,0	57.9	0,4	-57,9

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

Com base nos dados apresentados nas Tabelas 9 e 10 e na discussão da evolução da pauta exportadora chinesa entre os cinco principais grupos de produtos exportados pela Argentina, em 2018, quatro serão analisados sob a ótica do efeito escala, minérios metálicos, sementes e frutos oleaginosos, petróleo e derivados e produtos de origem animal - e um o grupo será analisado sob a ótica do efeito estrutura - veículos automotores.

O primeiro grupo que será analisado é o das sementes e oleaginosas, cujo principal produto é o farelo de soja, e que representou, em 2018, 15% do total das exportações.

Ao se tratar da quota de mercado verifica-se que a fatia do mercado tanto mundial quanto chinês aumentou significativamente em 2010 quando comparado a 2000, mas caiu substancialmente em 2018 ao tratar-se das exportações de sementes e frutos oleaginosos da Argentina. O país americano angariou quase 72% no mercado chinês nessa categoria em 2010, mas perdeu espaço oito anos depois. Além do mais, a quota de mercado das sementes e frutos oleaginosos da Argentina na China caiu mais do que em relação à quota nessa mesma categoria no cenário internacional.

**Tabela 11 - Evolução das exportações e do *market-share* argentino das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X argentinas para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	1005,9	531,2	52,0%	66,7%	22,5	6,8
<b>2010</b>	5307,4	4120,1	77,6%	71,0%	17,4	9,3
<b>2018</b>	1613,3	1313,8	81,4%	31,1%	3,6	1,9

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

**Tabela 12 - Evolução das exportações e do *market-share* argentino do petróleo e seus derivados 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X argentina para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	4040,6	705	17,4%	88,4%	3,5	0,7
<b>2010</b>	4273,2	665,9	15,5%	11,4%	0,4	0,2
<b>2018</b>	2330,0	610,3	26,1	14,4%	0,2	0,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

Ao se tratar das exportações de minérios e metais, o principal produto exportado pela Argentina é o petróleo e seus derivados, com base constantes na Tabela 12. Em 2000 a Argentina tinha 3,5% da quota do mercado chinês para essa categoria. No entanto, assim

como a primeira categoria, com o passar dos anos, esse país foi perdendo espaço na economia da China e também mundial, principalmente em 2018, quando apresentou seu pior índice.

**Tabela 13 - Evolução das exportações e do *market-share* argentino das manufaturas de metais 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/mundo</b>	<b>Em % das X argentino para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	135,9	14	10,3%	1,7%	0,7	0,1
<b>2010</b>	389,8	100	25,6%	1,7%	0,8	0,1
<b>2018</b>	192,0	32	16,6%	0,7%	0,2	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

A terceira categoria analisada das exportações argentinas são as manufaturas de metais, visualizada na Tabela 13. Apesar da grande necessidade do mercado interno chinês em buscar esses bens, a Argentina não consegue adentrar com maior ímpeto no mercado do dragão asiático. Ao analisar a quota de mercado tanto da China quanto mundial, verifica-se que a Argentina não consegue adentrar nem no mercado mais específico nem no mercado internacional como um todo.

**Tabela 14 - Evolução das exportações e do *market-share* argentino ferro e aço 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/mundo</b>	<b>Em % das X argentino para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	844,9	34,9	4,1%	4,3%	0,4	0,5
<b>2010</b>	1454,6	8,8	0,6%	0,1%	0,0	0,3
<b>2018</b>	47,9	19	39,6%	0,4%	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

A quarta categoria a ser analisada pela ótica do efeito escala para a Argentina, estão os minérios, mais especificamente, o ferro e o aço, e seus dados aparecem na Tabela 14.

Observa-se que a China ampliou sua quota de mercado quando se trata das exportações desses produtos, mas ao comparar com a Argentina, essa última que já não conseguia expandir sua participação tanto no mercado chinês quando no mercado mundial perdeu completamente o espaço em 2018.

A quinta categoria, veículos automotores, será analisada sob a ótica do efeito estrutura, e os dados da Tabela 15 ilustram essa análise. Da mesma forma como ocorreu na análise do caso brasileiro, será feita uma comparação das exportações da Argentina e da China para a União Europeia em decorrência da sua importância para ambas nações.

**Tabela 15 - Evolução das exportações e do *market-share* argentino dos veículos automotores 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	X Argentina (UE 28)	X China	Market Share Argentina	Market Share China	% X UE28/ X mundo (Argentina)	% X UE28/ X mundo (China)
<b>2000</b>	171 848	1 020 223	0,07	0,4	116,6%	19,6%
<b>2010</b>	387 547	6 989 327	0,09	1,6	89,7	4,9%
<b>2018</b>	113 890	11 584 301	0,05	1,8	450,5%	4,4%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

Ao analisar a Tabela 15, a conclusão é a mesma do caso do Brasil, ou seja, quando se trata de bens com alto valor agregado, a competição entre a Argentina e a China em terceiros mercados, em categorias onde o processo industrial é mais sofisticado acarreta em desvantagem para o primeiro. Observa-se que a perda de competitividade argentina acontece em concomitância com o aumento vertiginosos das exportações da China com o mesmo produto.

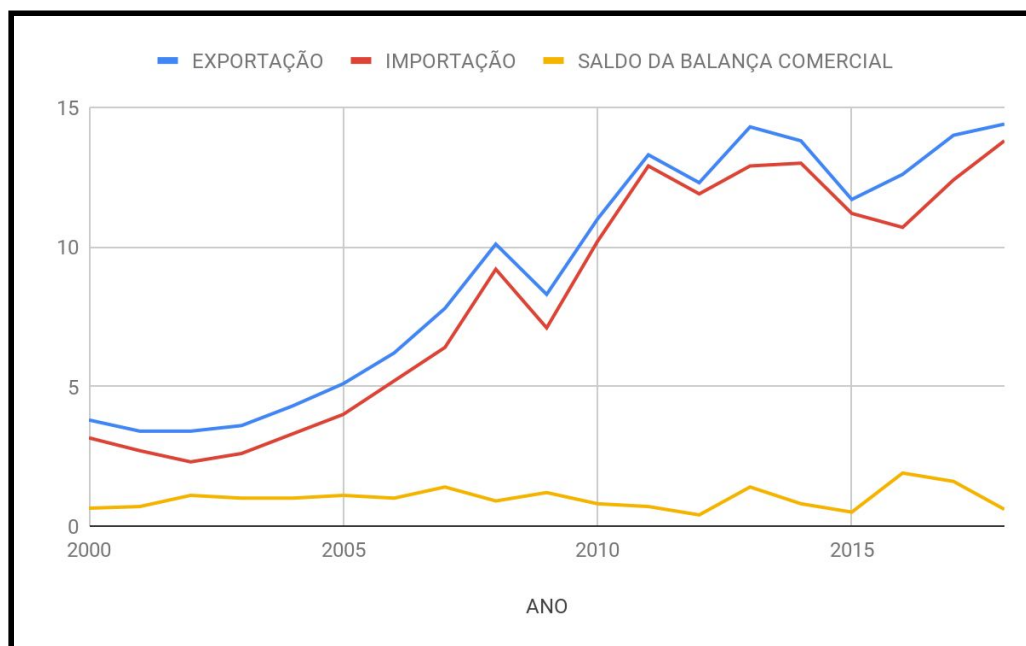
Em conclusão à situação da Argentina, observou-se que o país possui participação ínfima tanto no mercado chinês quanto no mercado internacional como um todo.

#### 4.2.3 O caso do Paraguai

As exportações paraguaias ao longo dos anos 2000 foram crescendo gradativamente, embaladas pelo avanço pela economia brasileira e pela ascensão de outros países emergentes.

O Gráfico 18 apresenta dados para as exportações do Paraguai na sua totalidade, sem a discriminação dos seus destinatários.

**Gráfico 18 - Paraguai - Exportação total - 2000-2018**  
(a preços correntes em US\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da *statist* UNCTAD (2018).

O Gráfico 18 ilustra que, em 2000, as exportações do Paraguai ficaram em torno de US\$ 3,8 bilhões e cinco anos depois ficaram em volta de US\$ 5,1 bilhões, um crescimento de 25,5%. Em 2008, apesar de ser o boom da crise econômica internacional, as exportações paraguaias ficaram em torno de US\$ 10,1 bilhões. No ano seguinte, as exportações sofreram leve queda em decorrência dos efeitos da crise no cenário estrangeiro, sendo de, aproximadamente, US\$ 8,3 bilhões, uma redução de 21,6% em comparação com o ano anterior. Após 2009, as exportações voltaram a crescer até 2014, mas em 2015 e 2016 tiveram quedas. Nesses últimos anos, elas foram de, respectivamente, US\$ 11,7 e US\$ 12,6 bilhões, mas voltaram a dilatar em 2017 e 2018.

As importações em 2000 ficaram em torno de US\$ 3,1 bilhões enquanto que em 2005 ficaram em US\$ 4 bilhões. Entre 2005 e 2008 as importações do Paraguai seguiram uma evolução contínua, mas em 2009, semelhantemente ao que ocorreu com o Brasil e a

Argentina, a entrada de bens no país sofreu queda considerável, registrando US\$ 7,1 bilhões frente a US\$ 9,2 bilhões. Entre os anos de 2010 e 2014 as importações tiveram um crescimento importante, correspondendo a uma média de US\$ 12,1 bilhões anuais. Mas os anos de 2016 e 2017 foram marcados por queda, marcando, respectivamente, US\$ 11,2 e US\$ 10,7 bilhões. Apesar disso voltaram a crescer no ano seguinte.

Sobre a balança comercial, segundo a Cepal, em 2000, 64,28% das exportações paraguaias se destinavam ao Brasil, com o segundo e terceiro lugares ocupados por Argentina - que importava 15,25% - e o Uruguai, com recepção de 5,56%. Nesse ano, a China ocupava a 16ª posição no ranking das exportações do Paraguai, com apenas 0,27%, cerca de US\$ 5,9 milhões. Em 2010, o mercado chinês aumentou a receptividade aos produtos para 0,53%, ocupando ainda a 27ª posição. Finalmente, em 2018, a China se tornou o maior importador dos produtos paraguaios.

Quanto às importações, 25,14% dos produtos que ingressaram no Paraguai em 2000 foram provenientes da Argentina, 23,78% do Brasil e 11,57% da China. Em 2010 os produtos chineses já ocupavam o 1º lugar no ranking dos mais importados pelo Paraguai, permanecendo assim até o último ano da análise, 2018, correspondendo a 28,23% do total importado.

Ao tratar-se da relação comercial entre o Paraguai e a China considerando a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 5,9 milhões que o Paraguai exportou para a China, 13,1% foram de produtos primários, 27,6% de manufaturas de recursos naturais, 56,2% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 3,6% de manufaturados de média intensidade tecnológica, não havendo registro de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 34,2 milhões que o Paraguai exportou para a China, 7,89% foram de produtos primários, 27,9% de manufaturas de recursos naturais, 60,9% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 2,7% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,4% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2018 as exportações do Paraguai para a China foram de US\$ 25,9 milhões, com 8,2% de produtos primários, 57,9% de manufaturas de recursos naturais, 29,4% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 3,1% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 11,8% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Quanto ao comportamento das importações paraguaias dos produtos da China segundo a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 260,3 milhões que o Paraguai importou da China, 0,01% foram de produtos primários, 2,01% foram de manufaturas de recursos naturais, 49,4% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 23,9% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 24,2% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 3,4 bilhões que o Paraguai importou da China, 0,2% foram de produtos primários, 43,8% de manufaturas de recursos naturais, 26,8% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 26,4% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 42,01% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Já em 2018, as importações paraguaias dos produtos chineses foram de US\$ 3,7 bilhões, com 0,1% de produtos primários, 10,1% de manufaturas de recursos naturais, 16,3% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 27,5% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 45,6% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Ao analisar os dados quanto às transações considerando a intensidade tecnológica, observa-se que, ao longo dos anos investigados, houve um aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado do Paraguai para a China, caracterizando, também, uma reprimarização da pauta exportadora paraguaia relativamente ao dragão asiático, provocado pelo “efeito China”, enquanto que a importação de manufaturas de alta intensidade tecnológica da China aumentou amplamente ao longo dos anos. Finalmente, quando se trata do saldo da balança comercial considerando todos os produtos, o Paraguai, apesar da forte relação comercial e do superávit quando se trata dos produtos primários com a China, nos anos selecionados apresentou déficit na balança comercial.

No conjunto das exportações do Paraguai considerando todo o mundo, as cinco principais categorias em 2018 foram: sementes e frutos oleaginosos, carnes e carnes processadas, metais não ferrosos, produtos de informática e equipamentos de telecomunicações e artigos manufaturados diversos.

**Tabela 16 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados  
2000 (em US\$ milhões)**

<b>Grupos</b>	<b>X</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>
<b>Total</b>	7 770	100	260 371	100	-252,6
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>1</b>	<b>0,0</b>	<b>237</b>	<b>0,0</b>	<b>-236</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carnes e carnes processadas (01)	0,0	0,0	1	0,0	-1
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	2,9	38,4	41	0,0	2947
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>51</b>	<b>0,0</b>	<b>-51</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	0,0	0,0	19	0,0	-19
Produtos químicos (5)	84,0	1,0	13,8	5,3	-13,7
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>4,4</b>	<b>56,6</b>	<b>19,3</b>	<b>7,4</b>	<b>-14,9</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	0,0	0,0	8,0	3,1	-8
Ferro e aço (67)	0,0	0,0	34	13,8	-34
Metais não-ferrosos (68)	0,0	0,0	48	0,0	-48
Manufaturas de metal (69)	0,0	0,0	6,0	2,3	-6
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>5</b>	<b>0,0</b>	<b>98,5</b>	<b>37,8</b>	<b>-98,5</b>
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	0,0	0,0	31,6	12,1	-31,6
Veículos automotores (78)	0,0	0,0	6,3	2,4	-6,3
Outros equipamentos de transporte (79)	0,0	0,0	1	0,0	-1
Artigos manufaturados diversos (8)	6	0,0	127,7	49,0	-127,7
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	1	0,0	80,8	31,06	-80,8
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>19,2</b>	<b>7,3</b>	<b>-19,2</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	0,0	0,0	1,1	0,4	-1,1
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	0,0	0,0	9,4	3,6	-9,4

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

**Tabela 17 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados  
2018 (em US\$ milhões)**

<b>Grupos</b>	X	%	M	%	Saldo
<b>Total</b>	34 774	100	3764.1	100	-3729,4
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>2,3</b>	<b>6,8</b>	<b>10,4</b>	<b>0,2</b>	<b>-8,0</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	2,0	5,9	13	0,0	-11
Carnes e carnes processadas (01)	61	0,1	0,0	0,0	61
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	7,7	22,1	12,6	0,3	-4,9
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>12,4</b>	<b>35,7</b>	<b>6,4</b>	<b>0,1</b>	<b>5,9</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	0,0	0,0	188	0,0	-188
Produtos químicos (5)	1,1	3,3	467,1	12,4	-465,9
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>11,1</b>	<b>32,1</b>	<b>423,2</b>	<b>11,2</b>	<b>-412,1</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	25	0,0	123,0	3,2	-122,9
Ferro e aço (67)	0,0	0,0	36,0	0,9	-36
Metais não-ferrosos (68)	642	1,8	6,1	0,1	-5,4
Manufaturas de metal (69)	1	0,0	50,2	19,28	-50,2
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>460</b>		<b>2282,5</b>	<b>60,6</b>	<b>-2282,1</b>
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	338	0,9	1097,2	29,1	-1097,9
Veículos automotores (78)	9	0,0	216,0	5,7	-216,0
Outros equipamentos de transporte (79)	0,0	0,0	4,6	0,1	-4,6
Artigos manufaturados diversos (8)	131	34,7	567,5	15,0	-567,4
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>61</b>	<b>0,1</b>	<b>70,5</b>	<b>1,8</b>	<b>-70,4</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	5	0,0	22,5	0,5	-22,5
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	0,0	0,0	40,2	1,0	-40,2

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

Com base nos dados apresentados nas Tabelas 16 e 17 e na discussão da evolução da pauta exportadora chinesa entre os cinco principais grupos de produtos exportados pela Argentina, em 2018, quatro serão analisados sob a ótica do efeito escala - as sementes e frutos oleaginosos, as carnes e carnes processadas, os metais não ferrosos e os artigos manufaturados diversos - enquanto o grupo dos produtos de informática e equipamentos de telecomunicações será analisado sob a ótica do efeito estrutura.

O primeiro grupo que será analisado é o das sementes e frutos oleaginosos, com dados apresentados na Tabela 18. Vale ressaltar que a análise que será realizada é com base no efeito escala para os anos de 2000/2010 e 2018.

**Tabela 18 - Evolução das exportações e do *market-share* paraguaio das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X do Paraguai para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	446 605	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
<b>2010</b>	1 948 593	207	0,0	0,4	0,0	3,4
<b>2018</b>	2 571 077	2 065	0,0	5,9	0,0	3,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

As exportações do Paraguai de sementes e frutos oleaginosos cresceram em relação ao mundo entre os anos selecionados. Em comparação com o ano 2000, o país aumentou a cota de mercado para a exportação dessa categoria, mas houve um recuo em 2018. Quanto ao mercado chinês, a avaliação da quota de mercado revela que não houve participação da nação americana nesse segmento no mercado do dragão asiático.

**Tabela 19 - Evolução das exportações e do *market-share* paraguaio das carnes e carnes processadas 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X do Paraguai para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	114 781	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
<b>2010</b>	1 029 946	885	0,0	1,9	0,0	0,9
<b>2018</b>	1 212 835	61	0,0	0,1	0,0	0,7

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

Como mostram as Tabelas 16 e 17, houve um grande crescimento das exportações de carnes (bovina, suína e aves diversas) e carnes processadas do Paraguai entre 2000 e 2018. Já

a tabela 19 comprova os dados. Em 2010 o Paraguai conseguiu 0,9% de quota de mercado mundial para a exportação de carnes e 1,9% do mercado chinês.

**Tabela 20 - Evolução das exportações e do *market-share* paraguaios dos metais não ferrosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/mundo</b>	<b>Em % das X do Paraguai para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>2010</b>	2707	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>2018</b>	8606	642	7,4	1,8	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

Apesar do aumento das exportações dos metais não ferrosos, como mostra a Tabela 17, o Paraguai nessa categoria apresenta uma participação ínfima nos mercados tanto chinês quanto mundial, sendo menor que 1%, não aparecendo nos dados apresentados na Tabela 20. Mas quando se trata da participação da China nessa categoria, a pesquisa revela que houve um aumento considerável em 2018 quando comparado aos anos de 2000 e 2010.

**Tabela 21 - Evolução das exportações e do *market-share* paraguaios dos artigos manufaturados diversos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/mundo</b>	<b>Em % das X do Paraguai para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	41 122	6	0,01	0,07	0,0	0,0
<b>2010</b>	144 345	88	0,06	0,1	0,0	0,0
<b>2018</b>	177 208	131	0,07	0,3	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

A quarta categoria avaliada quanto o efeito escala é a exportação dos artigos manufaturados diversos do Paraguai. De acordo com a Tabela 21, observa-se que, apesar de

ter crescido entre os anos selecionados, o país continua angariando uma parcela menor que 1%.

**Tabela 22 - Evolução das exportações e do *market-share* do Paraguai de informática e telecomunicações 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	X Paraguai (UE 28)	X China	Market Share Paraguai	Market Share China	% X UE28/ X mundo (Paraguai)	% X UE28/ X mundo (China)
<b>2000</b>	66	4 020 361	0,0	3,8	409,7	19,6
<b>2010</b>	218	28 912 664	0,0	16,1	656,2	4,9
<b>2018</b>	210	44 672 161	0,0	21,0	206,8	4,4

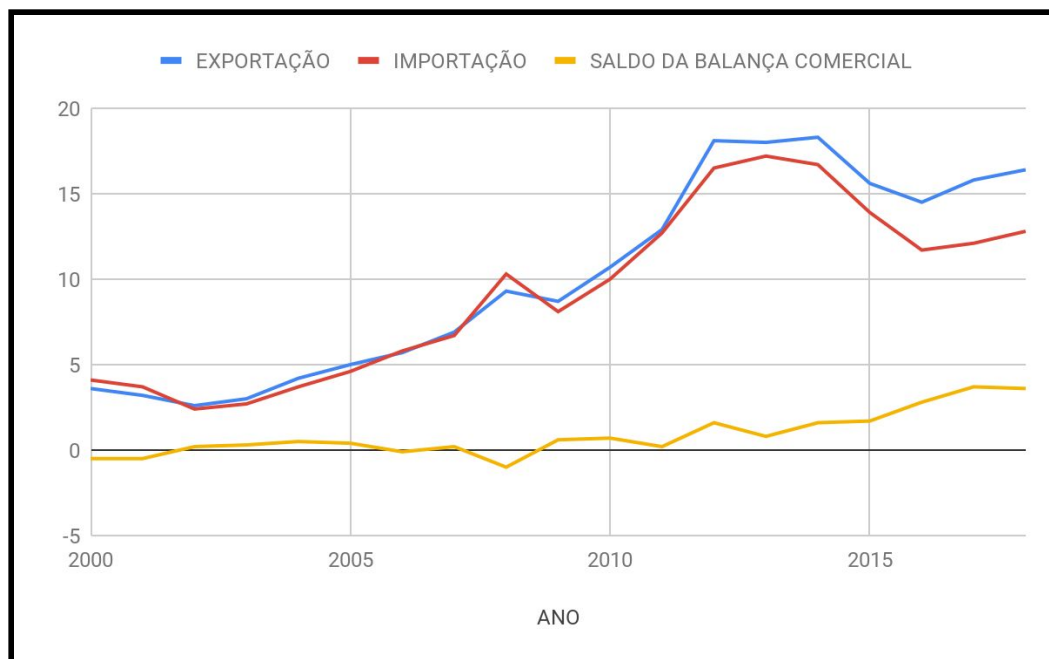
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018)

A quinta e última categoria analisada será feita sob a ótica do efeito estrutura, o que consiste na avaliação na introdução dos produtos de informática e telecomunicações em mercados terceiros, constantes na Tabela 22. Como nos casos anteriores o mercado avaliado é o da União Europeia, relacionando qual o impacto da China para o Paraguai. Nesse setor, o Paraguai atua de forma mínima, tanto que não aparece a parcela de mercado que essa produção atingiu. Já a China cresceu nos anos selecionados.

#### 4.2.4 O caso do Uruguai

As exportações uruguaias ao longo dos anos 2000 foram crescendo gradativamente, embaladas, assim como os demais países analisados, pelo do avanço da economia brasileira e pela ascensão de outros países emergentes. O Gráfico 19 apresenta dados para as exportações do Uruguai na sua totalidade, sem a discriminação dos seus destinatários.

**Gráfico 19 - Uruguai - Exportação total - 2000-2018**  
(a preços correntes em US\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da *statist* UNCTAD (2018).

O Gráfico 19 ilustra que, em 2000, as exportações do Uruguai ficaram em torno de US\$ 3,6 bilhões, e cinco anos depois em volta de US\$ 5 bilhões, um crescimento de 28%. Em 2008, as exportações uruguaias ficaram em torno de US\$ 9,3 bilhões, sofrendo no ano seguinte em decorrência dos efeitos da crise no cenário estrangeiro, marcando aproximadamente, US\$ 8,7 bilhões. Após 2009 as exportações voltaram a crescer até 2014, mas em 2015 e 2016 tiveram quedas, registrando, respectivamente, US\$ 15,6 e US\$ 14,5 bilhões, voltando a subir em 2017 e 2018.

As importações em 2000 ficaram em torno de US\$ 4,1 bilhões, enquanto que em 2005 subiram para US\$ 4,6 bilhões. Entre 2005 e 2008 as importações do Uruguai seguiram uma evolução contínua, mas em 2009 sofreram queda considerável, para US\$ 8,1 bilhões, enquanto que no ano anterior as importações foram de US\$ 10,3 bilhões, uma redução de 21,4% de um ano para o outro. Entre os anos de 2010 e 2014, as importações uruguaias obtiveram um grande vigor, correspondendo a uma média de US\$ 14,6 bilhões. Mas os anos de 2016 e 2017 foram marcados por queda, registrando, respectivamente, US\$ 11,7 e US\$ 12,1 bilhões, voltando a crescer a partir do ano seguinte.

De posse dos dados acerca das exportações e das importações pode-se observar como se comportou a balança comercial do país entre 2000 e 2018. Com exceção de 2002 e 2003, quando o país apresentou superávits de US\$ 28,3 e US\$ 9,6 milhões, nos demais anos a balança comercial do país foi deficitária.

De acordo com dados da Cepal, em 2000, 23,05% das exportações uruguaias se destinavam ao Brasil, aparecendo, em seguida, a Argentina, que importava 17,85%, e os Estados Unidos, com recepção de 8,33%. Nesse ano, a China ocupava a 4ª posição no ranking das exportações do Uruguai, com apenas 3,97%, cerca de US\$ 91,2 bilhões. Em 2010 o mercado chinês aumentou a receptividade aos produtos, para 5,41%, ocupando, no entanto ainda a 4ª posição. Finalmente, em 2018, a China se tornou o maior importador dos produtos uruguaios, com 20,01%, cerca de US\$ 1,5 bilhão.

Quanto às importações, 24,1% dos produtos de ingressaram no Uruguai em 2000 foram provenientes da Argentina, 19,2% do Brasil e 9,79% dos Estados Unidos. Apenas 3,24% dos produtos importados pelo Uruguai vinham da China. Em 2010 os produtos chineses já ocupavam o terceiro lugar no ranking de importações uruguaias enquanto que em 2018 os produtos chineses já figuravam no 1ª lugar, correspondendo a 18,92% do total importado pelo país americano.

Ao se tratar da relação comercial entre o Uruguai e a China considerando a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 91,2 milhões que o Uruguai exportou para a China, 37,4% foram de produtos primários, 0,8% de manufaturas de recursos naturais, 61,2% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 0,3% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,01% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 363,8 milhões que o Uruguai exportou para a China, 76,3% foram de produtos primários, 5,0% de manufaturas de recursos naturais, 17,4% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 0,4% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,1% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2018 as exportações do Uruguai para a China foram de US\$ 1,5 bilhão, com 80,3% de produtos primários, 15,7% de manufaturas de recursos naturais, 3,4% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 0,3% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,1% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Quanto ao comportamento das importações uruguaias da China segundo a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 112,1 milhões que o Uruguai importou da China, 0,8% foram de produtos primários, 7,8% foram de manufaturas de recursos naturais, 47,8% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 32,5% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 10,8% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 1,1 bilhão que o Uruguai importou da China, 0,6% foram de produtos primários, 8,1% de manufaturas de recursos naturais, 29,3% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 41% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 20,7% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Já em 2018, as importações uruguaias dos produtos chineses foram de US\$ 1,6 bilhão, com 0,5% de produtos primários, 9,1% de manufaturas de recursos naturais, 31,1% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 32,4% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 26,6% de manufaturas de alta intensidade tecnológica.

Quanto às transações considerando a intensidade tecnológica, observa-se que ao longo dos anos investigados, houve um aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado do Uruguai para a China. Assim como os países analisados anteriormente, isso caracteriza uma reprimarização da pauta exportadora uruguaia relativamente ao dragão asiático, provocado pelo “efeito China”, enquanto que a importação de manufaturas de alta intensidade tecnológica da China cresceu bastante ao longo dos anos. Finalmente, quando se trata do saldo da balança comercial considerando todos os produtos, o Uruguai foi deficitário nos anos de 2000, 2001, 2006 e 2008, apresentando superávit nos demais anos.

No conjunto das exportações do Uruguai considerando todo o mundo, as cinco principais categorias em 2018 foram: as sementes e frutos oleaginosos, as carnes e carnes processadas, materiais agrícolas, produtos químicos e máquinas e equipamentos diversos.

**Tabela 23 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados**  
**2000 (em US\$ milhões)**

<b>Grupos</b>	<b>X</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>
<b>Total</b>	91.226	100	112.154	100	-20,9
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>24.4</b>	<b>26,7</b>	<b>1.4</b>	<b>1,2</b>	<b>960</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	0,0	0,0	112	0,0	-112
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	55.9	61,3	439	0,3	55,5
Papel de celulose e resíduos (25)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carnes e carnes processadas (01)	275	0,3	0,0	0,0	275
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>515</b>	<b>0,5</b>	<b>120</b>	<b>0,1</b>	<b>395</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	0,0	0,0	150	0,1	-150
Produtos químicos (5)	362	0,3	10.1	9,0	-9,8
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>9.6</b>	<b>0,0</b>	<b>14.9</b>	<b>0,0</b>	<b>-5,3</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	159	0,1	6.6	0,0	-6.6
Ferro e aço (67)	0,0	0,0	201	0,1	-201
Metais não-ferrosos (68)	0,0	0,0	101	0,0	-101
Manufaturas de metal* (69)	0,0	0,0	3.7	0,0	-3.7
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>336</b>	<b>0,3</b>	<b>38.9</b>	<b>0,0</b>	<b>-38.9</b>
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	10	0,0	8.3	7,4	-8.3
Veículos automotores (78)	0,0	0,0	7.5	6,7	-7.5
Outros equipamentos de transporte (79)	0,0	0,0	10	0,0	-10
Artigos manufaturados diversos (8)	5	0,0	46.0	41,0	-46.0
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>239</b>	<b>0,2</b>	<b>11.7</b>	<b>10,4</b>	<b>11.5</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	97				
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	0,0	0,0	1.2	10,9	-1.2

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

**Tabela 24 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados**  
**2018 (em US\$ milhões)**

<b>Grupos</b>	<b>X</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>
<b>Total</b>	1500.4	100	1678.2	100	-177,8
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>1137.5</b>	<b>75,8</b>	<b>13.7</b>	<b>0,8</b>	<b>1123,8</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	210.3	14,0	215	12,8	-4,7
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	316.0	21	5.0	0,2	311
Papel de celulose e resíduos (25)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Carnes e carnes processadas (01)	210.3	14,0	0,0	0,0	210.3
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>8.6</b>	<b>0,5</b>	<b>12.4</b>	<b>0,7</b>	<b>-3,8</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	0,0	0,0	625	37,2	-625
Produtos químicos (5)	3.3	0,2	259.0	15,4	-255,7
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>30.7</b>	<b>2</b>	<b>220.2</b>	<b>13,1</b>	<b>-216,5</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	13	0,8	43.1	2,5	-30,1
Ferro e aço (67)	38	2,5	25.6	1,5	12,4
Metais não-ferrosos (68)	580	38,6	10.6	0,6	569,4
Manufaturas de metal* (69)	0,0	0,0	71.9	4,2	-71,9
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>23</b>	<b>1,5</b>	<b>711.1</b>	<b>42,3</b>	<b>-688,1</b>
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	0,0	0,0	244.9	14,5	14,5
Veículos automotores (78)	0,0	0,0	108.3	6,4	-108.3
Outros equipamentos de transporte (79)	0,0	0,0	610	0,0	-610
Artigos manufaturados diversos (8)	0,0	0,0	466.5	27,7	-466.5
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>188.7</b>	<b>11,2</b>	<b>-188,7</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	0,0	0,0	19.6	1,1	-19,6
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	3	0,1	12.7	0,7	-12.7

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

Dos dados apresentados nas Tabelas 22 e 23 e na discussão da evolução da pauta exportadora chinesa, nota-se que, entre os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Uruguai, em 2018, quatro serão analisados sob a ótica do efeito escala - as sementes e frutos oleaginosos, as carnes e carnes processadas, matérias-primas agrícolas e produtos químicos - e o grupo das máquinas e equipamentos de transporte será analisado sob a ótica do efeito estrutura.

**Tabela 25 - Evolução das exportações e do *market-share* uruguaio das sementes e frutos oleaginosos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X do Uruguai para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	516	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>2010</b>	705 875	143 643	20,3	39,4	0,6	1,2
<b>2018</b>	542 692	210 312	38,7	14,0	0,5	0,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

As exportações do Uruguai de sementes e frutos oleaginosos cresceram em relação ao mundo entre os anos selecionados. Em comparação a 2000, o país aumentou a cota de mercado para a exportação dessa categoria, mas houve um recuo em 2018. Quanto ao mercado chinês, a avaliação da quota de mercado revela que houve uma queda na participação do país nesse segmento no mercado do dragão asiático em 2018. A china aumentou sua participação no mundo quanto à exportação dessa categoria.

**Tabela 26 - Evolução das exportações e do *market-share* uruguaio das carnes e carnes processadas 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X do Uruguai para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	442 550	275	0,0	0,3	0,0	0,9
<b>2010</b>	1 275 985	27 184	2,1	7,4	1,1	1,1
<b>2018</b>	1 898 032	836 992	44,0	55,7	7,6	1,2

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

As exportações de carne (bovina, suína e aves diversas) e carnes processadas do Uruguai cresceram ao longo dos anos selecionados, e essa categoria alcançou importante mercado, sendo 55,7% dessas exportações uruguaianas em 2018 para a China. A evolução desse bem se deu também no mercado internacional, ainda que discreta em 2018 em comparação a 2010.

**Tabela 27 - Evolução das exportações e do *market-share* uruguaio dos produtos químicos 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X do Uruguaio para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	143 108	362	0,2	0,3	0,0	0,02
<b>2010</b>	419 036	1 271	0,3	0,3	0,0	0,02
<b>2018</b>	503 079	3 327	0,6	0,2	0,0	0,02

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A categoria dos produtos químicos, na Tabela 26, mostra que houve uma evolução nas exportações para o mundo, mas em nenhum dos anos analisados houve qualquer relevância do mercado chinês para tais produtos uruguaiois.

**Tabela 28 - Evolução das exportações e do *market-share* uruguaio das matérias-primas agrícolas 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X do Uruguaio para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	213 460	55 940	26,2	61,3	0,6	0,1
<b>2010</b>	706 869	112 998	15,9	31,0	0,2	0,2
<b>2018</b>	1 312 914	316 022	24,0	21,0	0,5	0,4

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A última categoria analisada sob o efeito escala é o das matérias-primas agrícolas. Esta é a mais significativa da pauta exportadora do Uruguaio tanto para o mercado mundial quanto para o mercado chinês.

**Tabela 29 - Evolução das exportações e do *market-share* do Uruguai de máquinas e equipamentos de transporte 2000/2010/2018 (em US\$ milhões)**

	<b>X Uruguai (U 28)</b>	<b>X China (UE28)</b>	<b>Market Share Uruguai (UE28)</b>	<b>Market Share China (UE28)</b>	<b>% X UE28/ X mundo (Uruguai)</b>	<b>% X UE28/ X mundo (China)</b>
<b>2000</b>	2 419	16 203 815	0,0	1,7	26,7	3,9
<b>2010</b>	4 882	162 126 264	0,0	10,0	22,7	68,4
<b>2018</b>	9 992	185 330 018	0,0	8,7	14,7	57,6

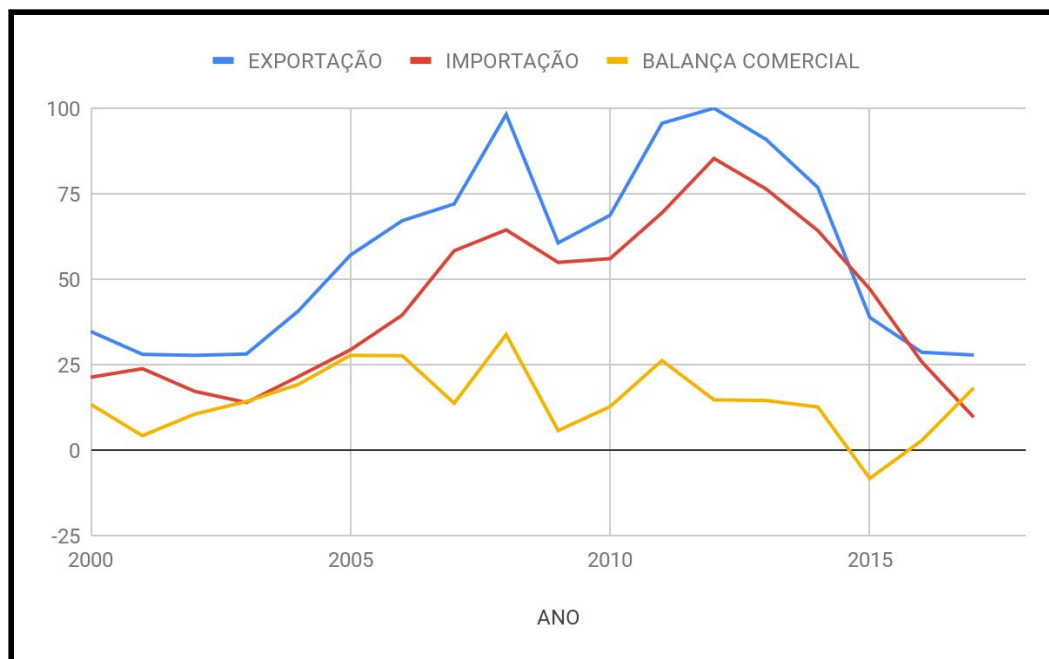
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A quinta e última categoria analisada será feita sob a ótica do efeito estrutura, o que consiste na avaliação na introdução dos produtos de máquinas e equipamentos de transporte em mercados terceiros, constantes na Tabela 28. Como nos casos anteriores o mercado avaliado é o da União Europeia, relacionando qual o impacto da China para o Uruguai. Nesse setor, o Uruguai atua de forma mínima, tanto que não aparece a parcela de mercado que essa produção atingiu. Já a China cresceu nos anos selecionados.

#### *4.2.5 O caso da Venezuela*

As exportações venezuelanas ao longo dos anos 2000 foram marcadas por períodos de crescimento com outros momentos de quedas. O Gráfico 20 apresenta dados para as exportações da Venezuela na sua totalidade sem a discriminação dos seus destinatários.

**Gráfico 20 - Venezuela - Exportação total - 2000-2018**  
(a preços correntes em US\$ bilhões)



Fonte: elaboração própria com base nos dados da *statist* UNCTAD (2018).

O Gráfico 20 ilustra que, em 2000, as exportações da Venezuela ficaram em torno de US\$ 34,7 bilhões, e cinco anos depois ficaram em volta de US\$ 57 bilhões, um crescimento de 64,2%. Em 2008, as exportações ficaram em torno de US\$ 98,2 bilhões, diminuindo no ano seguinte, para US\$ 60,6 bilhões. Após esse período as exportações oscilaram, mas a partir de 2013 caíram abruptamente, marcando em 2016 US\$ 28,6 bilhões.

Já as importações, em 2000, ficaram em torno de US\$ 21,3 bilhões, enquanto que em 2005 foram de US\$ 29,3 bilhões, o que representou um crescimento de 37,5%. Entre 2005 e 2008 as importações da Venezuela seguiram uma evolução contínua, mas em 2009 a entrada de bens no país sofreu queda considerável, para US\$ 54,9 bilhões, enquanto que no ano anterior haviam atingido US\$ 64,4 bilhões. Assim como nas exportações, as importações venezuelanas foram se deteriorando a partir de 2013.

O confronto desses dados permitiram observar que, exceto em 2015, quando apresentou déficit de US\$ 8,3 bilhões, em todo o restante do período houve superávit.

Conforme dados da Cepal, em 2000, 59,58% das exportações da Venezuela se destinavam aos Estados Unidos, aparecendo as Antilhas Holandesas logo em seguida, com

participação de 5,61% do total de produtos exportados pela Venezuela. Nesse ano, a China ocupava a 35ª posição no ranking das exportações, com apenas 0,11%, cerca de US\$ 34,05 milhões. Em 2010, o mercado chinês aumentou a receptividade aos produtos para 1,07%, no entanto ocupando ainda a 7ª posição. Finalmente, em 2016, a China se tornou o segundo maior importador dos produtos venezuelanos, com 18,95%, ou cerca de US\$ 5,5 bilhões.

Quanto às importações, 37,74% dos produtos que ingressaram na Venezuela em 2000 foram provenientes dos Estados Unidos, 7,42% da Colômbia e 4,98% do Brasil. Apenas 1,27% das importações venezuelanas eram provenientes da China nesse ano. Em 2010 os produtos chineses já ocupavam o terceiro lugar no ranking dos mais importados pelo país, enquanto que em 2016 ocupavam o segundo lugar, correspondendo a 11,11% do total importado pelo país.

Observando a relação comercial entre a Venezuela e a China considerando a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 34 milhões que o país exportou para a China, 7,1% foram de produtos primários, 69,9% de manufaturas de recursos naturais, 0,9% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 21,3% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,5% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 719,4 milhões que a nação exportou para a China, 60,1% foram de produtos primários, 0,2% de manufaturas de recursos naturais, 0,3% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 39,0% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 0,1% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. A base de dados da Cepal não possui informações acerca das exportações quanto à intensidade tecnológica do ano de 2016.

Quanto ao comportamento das importações venezuelanas dos produtos da China segundo a intensidade tecnológica, em 2000, dos US\$ 184,8 milhões que a Venezuela importou da China, 4,4% foram de produtos primários, 11,2% foram de manufaturas de recursos naturais, 48,8% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 24% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 10,9% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Em 2010, dos US\$ 3,5 bilhões que a Venezuela importou da China, 1,8% foram de produtos primários, 9% de manufaturas de recursos naturais, 23,1% de manufaturas de baixa intensidade tecnológica, 36,1% de manufaturados de média intensidade tecnológica e 27,8% de manufaturas de alta intensidade tecnológica. Assim como ocorreu com as

exportações, a base de dados da Cepal não possui informações acerca das importações quanto à intensidade tecnológica do ano de 2016.

Analisando os dados quanto às transações considerando a intensidade tecnológica, a Situação da Venezuela é idêntica àquela dos demais países do Mercosul, ou seja, houve um aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado da Venezuela para a China, caracterizando uma reprimarização da pauta exportadora venezuelana relativamente ao dragão asiático graças ao “efeito China”, enquanto que a importação de manufaturas de alta intensidade tecnológica da China aumentou amplamente ao longo dos anos. Finalmente, quando se trata do saldo da balança comercial considerando todos os produtos, a Venezuela, foi superavitária para todos os anos com exceção de 2015.

No conjunto das exportações da Venezuela considerando todo o mundo, as cinco principais categorias em 2016 foram: ferro e aço, metais não preciosos, combustíveis e lubrificantes, matérias-primas agrícola e veículos.

**Tabela 30 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados**  
**2000 (em US\$ milhões)**

<b>Grupos</b>	<b>X</b>	<b>%</b>	<b>M</b>	<b>%</b>	<b>Saldo</b>
<b>Total</b>	59 970	100	215.173	100	-155,2
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>857</b>	<b>1,4</b>	<b>2.6</b>	<b>0,0</b>	<b>-1743</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	0,0	0,0	121	0,0	-59,2
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	2.6	4,3	1.0	0,0	1,6
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>25.3</b>	<b>42,2</b>	<b>4.6</b>	<b>0,0</b>	<b>20,7</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	25.1	41,9	1.7	0,7	23,4
Produtos químicos (5)	2.3	3,8	12.9	5,9	-10,6
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>3.4</b>	<b>5,6</b>	<b>58.3</b>	<b>27,1</b>	<b>-54,9</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	159	0,2	20.2	9,3	138,8
Ferro e aço (67)	2.9	4,84	3.2	0,0	-0,3
Metais não-ferrosos (68)	0,0	0,0	1.1	0,5	-1,1
Manufaturas de metal (69)	150	0,2	16.0	7,4	134
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>5</b>	<b>8,3</b>	<b>54.4</b>	<b>25.2</b>	<b>-49.4</b>
Máquinas e equipamentos diversos (SITC 71 + 72 + 73 + 74 + 77)	147	0,2	987	0,4	-840
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	108	0,2	6.4	2,9	101,6
Veículos automotores (78)	0,0	0,0	7.7	3,5	7.7
Outros equipamentos de transporte (79)	0,0	0,0	16	7,4	16
Artigos manufaturados diversos (8)	0,0	0,0	80.5	37,4	80.5
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>23.6</b>	<b>10,9</b>	<b>23.6</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	0,0	0,0	2.2	1,0	2.2
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	0,0	0,0	1.2	0,5	1.2

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD

**Tabela 31 – Saldo comercial com a China por grupos de produtos selecionados**  
**2016 (em US\$ milhões)**

Grupos	X	%	M	%	Saldo
<b>Total</b>	3739.4	100	2184.4	100	1,555
<b>Produtos alimentícios (SITC 0 + 1 + 22 + 4)</b>	<b>147</b>	<b>3,9</b>	<b>26.1</b>	<b>1,1</b>	<b>120,9</b>
Sementes e frutos oleaginosos (22)	0,0	0,0	263	12,0	-263
Matérias-primas agrícolas (SITC 2 menos 22, 27 e 28)	2.3	0,0	4.6	0,2	-2,3
<b>Minérios e metais (SITC 27 + 28 + 68)</b>	<b>128.4</b>	<b>3,4</b>	<b>10.1</b>	<b>0,4</b>	<b>118,3</b>
Combustíveis minerais e lubrificantes (3)	3576,1	95,6	2.0	0,0	3574,1
Produtos químicos (5)	1.0	0,0	122.0	5,5	-121
<b>Bens manufaturados (6)</b>	<b>32.7</b>	<b>0,8</b>	<b>451.0</b>	<b>20,6</b>	<b>-418,3</b>
Fios têxteis e produtos relacionados (65)	0,0	0,0	67.5	3	-67,5
Ferro e aço (67)	24.4	0,6	182.5	8,35	-158,1
Metais não-ferrosos (68)	1.6	0,0	3.2	0,1	-1,6
Manufaturas de metal* (69)	45	0,1	92.8	4,2	-47,8
<b>Máquinas e equipamentos de transporte (7)</b>	<b>235</b>	<b>6,2</b>	<b>1196.0</b>	<b>54,7</b>	<b>-961</b>
Máquinas e equipamentos diversos (SITC 71 + 72 + 73 + 74 + 77)	6	0,1	53.5	2,4	-57,5
Informática e equipamentos de telecomunicações (75 + 76)	14	0,3	206.0	9,4	-192
Veículos automotores (78)	20	0,5	218.6	10,0	-198,6
Outros equipamentos de transporte (79)	1	0,0	18.1	0,8	-17,1
Artigos manufaturados diversos (8)	0,0	0,0	375.5	17,1	-375,5
Bens manufaturados diversos (81 + 89)	0,0	0,0	85.7	3,9	-85,7
<b>Artigos de vestuário e acessórios (84)</b>	<b>3</b>	<b>0,0</b>	<b>101.4</b>	<b>4,6</b>	<b>-98,4</b>
Instrumentos profissionais e científicos (87)	4	0,0	32.0	1,4	-28
Instrumentos óticos e fotográficos, relógios (88)	13	0,3	10.9	0,4	2,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

Com base nos dados apresentados nas Tabelas 29 e 30 e na discussão da evolução da pauta exportadora chinesa entre os cinco principais grupos de produtos exportados pelo Venezuela, em 2016, quatro serão analisados sob a ótica do efeito escala - ferro e aço, metais não preciosos, combustíveis e lubrificantes e as matérias-primas agrícolas - e o grupo dos veículos automotores será analisado sob a ótica do efeito estrutura.

O primeiro grupo que será analisado é o dos minérios, cujos principais produtos são o ferro e o aço. Vale ressaltar que a análise que será realizada é com base no efeito escala para os anos de 2000/2010 e 2016.

**Tabela 32 - Evolução das exportações e do *market-share* venezuelano ferro e do aço 2000/2010/2016 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X da Venezuela para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	849 433	2 916	0,3	4,8	0,03	0,6
<b>2010</b>	2 106 851	266 375	12,6	3,6	1,1	0,4
<b>2016</b>	407 767	24 442	5,9	0,6	0,1	0,1

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

As exportações da Venezuela de ferro e aço cresceram em 2010 em comparação com 2000, mas caíram abruptamente em 2016. Assim, o país perdeu uma grande fatia do mercado tanto chinês quanto internacional durante os anos selecionados.

**Tabela 33 - Evolução das exportações e do *market-share* venezuelano dos metais não ferrosos 2000/2010/2016 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X da Venezuela para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	810 462	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>2010</b>	1 417 097	2 012	0,1	0,03	0,0	0,0
<b>2016</b>	119 331	1 684	1,4	0,04	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

As exportações de metais não ferrosos da Venezuela para a China em termos percentuais tiveram leve aumento nos anos selecionados, mas a quota de mercado que esse produto abrange é ínfimo.

**Tabela 34 - Evolução das exportações e do *market-share* venezuelano dos combustíveis e lubrificantes 2000/2010/2016 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X da Venezuela para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	25 982 383	25 144	0,09	41,9	0,1	3,9
<b>2010</b>	57 597 198	5 356 248	9,2	86,0	3,0	2,4
<b>2016</b>	23 852 139	3 576 161	14,9	95,6	2,2	1,5

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A categoria dos combustíveis lubrificantes mostra que houve uma evolução nas exportações desse bem para o mundo em 2010 em comparação com 2000. O mercado chinês também se abriu para os combustíveis venezuelanos em 2010. Mas a quota de mercado para os combustíveis e lubrificantes da Venezuela tanto chinês quanto mundial foi reduzida em 2016.

**Tabela 35 - Evolução das exportações e do *market-share* venezuelano das matérias-primas agrícolas 2000/2010/2016 (em US\$ milhões)**

	<b>Totais (Mundo)</b>	<b>Totais (China)</b>	<b>China/ mundo</b>	<b>Em % das X da Venezuela para a China</b>	<b>Market Share (China)</b>	<b>Market Share (Mundo)</b>
<b>2000</b>	70 027	2 653	3,7	4,4	0,02	0,05
<b>2010</b>	48 114	10 557	21,9	0,1	0,02	0,02
<b>2016</b>	15 426	2 301	14,9	0,06	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A última categoria analisada sob o efeito escala foi o das matérias-primas agrícolas. O que se observou foi uma queda nas exportações dos bens para a China e para o mundo. A quota de mercado é mínima para essa categoria.

**Tabela 36 - Evolução das exportações e do *market-share* da Venezuela de veículos automotores 2000/2010/2016 (em US\$ milhões)**

	X Venezuela (UE 28)	X China (UE28)	<i>Market Share</i> Venezuela (UE28)	<i>Market Share</i> China (UE28)
<b>2000</b>	1 566	1 020 223	0,0	0,4
<b>2010</b>	2 278	6 989 327	0,0	1,6
<b>2016</b>	350	8 735 053	0,0	1,6

Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD (2018).

A quinta categoria, analisada agora sob a ótica do efeito estrutura é a dos veículos automotores revelou que a quota de mercado da China para a UE 28 nesse segmento aumentou em 16 anos. Quanto a Venezuela perdeu espaço nessa categoria para as exportações e não aparece no mercado chinês.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico, político econômico e social por que passou a China com sua sociedade milenar, proporcionou a formação da estrutura que possibilitou, no florescer do século XXI, sua ascensão no cenário internacional como uma das economias mais importantes. O progresso econômico do dragão asiático abriu possibilidades para uma nova reorganização da divisão internacional do trabalho. Dada as peculiaridades econômicas e principalmente populacionais da China, cada país do globo foi atingida de forma direta ou indireta pelo seu progresso que se iniciou com a abertura comercial no final da década de 1970.

Os países membros do Mercosul não ficaram indiferentes ao desenvolvimento da China, isso porque, em decorrência das grandes riquezas de seus recursos naturais eles se tornaram nações importantes que atendem as necessidades de matérias-primas que garantem a ampliação do desenvolvimento chinês ao mesmo tempo em que são valoroso mercados consumidores dos bens exportados pelo país asiático.

Em decorrência das singularidades apresentadas pela China e do crescimento e desenvolvimento estrutural da sua economia, este trabalho se propôs a estudar as consequências prováveis da inserção do dragão asiático no cenário internacional para os membros do Mercosul. Como resultado do estudo, verificou-se que os países do Mercosul, em maior ou menor grau ao longo dos anos 2000, tiveram resultados econômicos positivos em decorrência da expansão chinesa.

Os cinco países analisados atendem a tipologia definida pela RedLat (2010). Assim sendo, a participação das commodities no PIB dessas nações é indubitavelmente importante e crescentes. Esses países possuíam, até a década de 2000, forte dependência da economia dos Estados Unidos. Após esse período, esse país deixou de exercer esse papel para as economias do Mercosul. No entanto, apesar do avanço da China sobre esses países, os Estados Unidos ainda são um grande parceiro comercial dos países do Mercosul, especialmente para o Brasil.

Por fim, a diversificação industrial é relativamente insatisfatória. Entretanto, o Brasil nesse quesito possui maior relevância entre as nações analisadas. Segundo essa tipologia, os

países do Mercosul são beneficiados pela expansão da China, corroborando com a elucidação de Pinto (2010) quando se trata das exportações de produtos primários. Entre os cinco países, a Argentina e o Brasil são os mais favorecidos com as demandas chinesas. No entanto, em decorrência da estrutura produtiva industrial mais desenvolvida, essas duas nações sofrem efeitos negativos com a expansão do país asiático que possui uma produtividade grande e baixo custo, o que possibilita maior competitividade em mercados terceiros.

Quanto ao Paraguai e o Uruguai, esses países não conseguiram captar vantajados benefícios com a expansão da China, por se tratar de economias cujo desenvolvimento industrial não possui muita relevância, ao mesmo tempo em que também não há dilatação de commodities. Já a Venezuela, como se dedica à exportação quase que exclusiva de petróleo e seus derivados, incorre na limitação de benefícios com o crescimento do dragão asiático.

Destas considerações, conclui-se que, no curto e médio prazo, as nações do Mercosul em maior ou menor intensidade são beneficiados pelo crescimento chinês. No entanto, ao se tratar do longo prazo, observa-se que essas mesmas nações sofrem um processo de aprofundamento da especialização da produção de bens com pouco valor agregado, provocando assim acentuado movimento de reprimarização da pauta exportadora.

Apesar disso, por não existir um único padrão de relacionamento e obedecendo a tipologia dos padrões comerciais dos países da região com a China, apesar do aprofundamento da reprimarização, os investimentos realizados pela China nesses países são importantes, mas cabe a cada nação a escolha da melhor estratégia de como obter melhores vantagens dessa relação.

Outra conclusão importante é que, como evidenciado anteriormente, quando se trata de mercados terceiros, onde a China e as nações do Mercosul atuam, a quota de mercado dos países do bloco é reduzida à medida que a da China aumenta. As nações do bloco têm dificuldades em competir com os produtos provenientes do país asiático. Assim, esses países ficam reféns da economia chinesa e dos movimentos econômicos realizados por ela, criando um ambiente de dependência dos primeiros com relação ao segundo. Portanto é necessário que as nações do Mercosul realizem uma revisão dessa relação para identificar as causas dos problemas e procurar novas estratégias para driblar os efeitos negativos provocados pela China.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos da história colonial**. Centro Edelstein de Pesquisa Social, Rio de Janeiro, 2009.
- ALMEIDA, P. R. **Mercosul em sua primeira década (1991-2001): uma avaliação política a partir do Brasil**. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Documento de divulgação 14 Buenos Aires, 2002.
- BARBOSA, A.F. China e América Latina na nova Divisão Internacional do Trabalho. *In*: LEÃO, R.P.F.; PINTO, E.C.; ACIOLY, L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011. Cap. 7.
- BLÁZQUEZ-LIDOY, J.; RODRÍGUEZ, J.; SANTISO, J. **Angel or devil? China's trade impact on Latin American emerging markets**. OECD Development Centre n° 252, Paris-França, 2006.
- BELLO, T. S. **Algumas considerações sobre a crise Argentina**. Indic. Econ. FEE. Vol 30, n°2, Porto Alegre, 2002.
- CARVALHO, Miguel Henrique. **A economia política do sistema financeiro chinês (1978-2008)**. Trabalho de conclusão de curso (Mestre em economia política) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CHANG, J.; HALLIDAY, J. **Mao: a história desconhecida**. São Paulo, Ed. Companhia das letras, 2012.
- CLASSIFICATION by broad economic categories defined in terms of SITC - BEC. Rev. 4. **New York**: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 2002. (Statistical papers. Series M, n. 53/rev. 4).
- CONTRERAS, J. M. La estructura económica venezolana que encontró la industria petrolera: una aproximación. *In*: **Boletín de la Academia Nacional de Ciencias Económicas**. Academia Nacional de Ciencias Económicas, p. 74-112. Caracas, 1993.
- COUTO, S. P. **A extraordinária história da China**. São Paulo: Ed. Universo dos livros, 2008.
- DAMILL, M.; FRENKEL, **Macroeconomic policies and performances in Latin America 1990 e 2010**. Revista Tempo do Mundo/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, v. 4, n. 1, abr. 2012.
- DESIDERÁ NETO, W. A; MARIANO, M. P.; PADULA, R.; HALLACK, M. C. M.; BARROS, P. S. Relações do Brasil com a América do Sul após a guerra fria: política externa,

integração, segurança e energia. *In*: IPEA. **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro : Ipea, 2014, cap. 1.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. Trabalho de conclusão de curso (mestre em Ciências Políticas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DIKOTTER, F. **A Grande Fome de Mao: a história da catástrofe mais devastadora da China, 1958-1962**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2017.

Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos-DGEEC. **Principales resultados de pobreza y distribución del ingreso**. Gobierno Nacional, Paraguai, 2016.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Soja em números (Safrá 2018/2019). Jun. 2019. Disponível em:  
<<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em 6 jul. 2019.

FERRER, A. **A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI**. Buenos Aires, agosto de 2004.

FELDE, A. Z. **Proceso historico del Uruguay**, 5º edición. Montevideo - Uruguay, Arca, 1967.

FIGUEIREDO, Marianne Novais Falleiro Chaves. **Os caminhos da reforma chinesa: de Mao Zedong a Deng Xiaoping**. Trabalho de conclusão de curso ( Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2013.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional. Edição 32, 2005.

FLASSBECK, H. DULLIEN, S. GEIGER, M. China's spectacular growth since the mid-1990s – macroeconomic conditions and economic policy changes. *In*: United Nations. **China in a globalizing world**. United Nations, New York and Geneva, 2005.

GALLAGHER, K.P. **China and the future of Latin American industrialization**. Issues in Brief, The Frederick S. Pardee Center for the Study of the Longer-Range Future, 2010.

GARNAUT, R.;SONG, L.; FANG, C. **China's 40 years of reform and development 1978-2018**, Austrália: Ed. ANU Press, 2018.

GIAMBIAGI, F. VILLELA, A. CASTRO, L. B. HERMANN, J. Economia brasileira contemporânea 1945-2010: Ed Elsevier, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2011.

JENKINS, R.; DUSSEL PETERS, E. (Eds.). **China and Latin America: economic relations in the twenty-first century**. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, 2009.

LALL, S.; WEISS, J. **China's competitive threat to Latin America: an analysis for 1990-2002**. Working Paper 120, Qeh Working Paper Series, 2005.

LEME, O. Liberdade econômica e prosperidade. **Instituto Liberal**. 2015. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/liberdade-economica-e-prosperidade/>>. Acesso em 23 de mar. 2019.

LENZ, M. H. Auge e início do declínio da economia argentina. *In*: CORAZZA, G. **Revista Análise Econômica**. Ano 18, nº 33, março, 2000 - Porto Alegre. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000.

BÉRTOLA, L. La historia económica en Uruguay: desarrollo y perspectivas. Universidad de la República-Uruguay, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**: Ed. Atlas, 5º ed. São Paulo, 2003.

MEDEIROS, C. A. A China como duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 3 (103), pp. 381-400 jul-set/2006.

\_\_\_\_\_. **Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa**. Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. Vol. 2. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE: ciência, tecnologia e inovação. 2010.

\_\_\_\_\_; CINTRA, M. R. V. P. Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos. **Revista de Economia Política**, vol 35, nº 1 (138), pp 28-42, jan-mar/2015.

MENDONÇA, S. **Rota da Seda, velha(s) e nova(s)**. Janus, [2015-2016].

MINISTÉRIO, das Relações Internacionais. **Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do protocolo de Ushuaia sobre o compromisso democrático no Mercosul**. Brasília, nota, 255, 05 ago. 2017 Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17051-decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico>> Acesso em 02 de abril de 2019.

MORTIMORE, M. Flying geese or sitting ducks? transnationals and industry in developing countries. *In*: **Cepal Review**, nº51. Santiago-Chile, 1993.

MDIC, Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviço. **Brasil-Argentina (ACE-14)**, 2001. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quai-s-o-brasil-e-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14>>. Acesso em 26 de fev. 2019.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA (2018), China Statistical Yearbook 2018.

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol 30, nº 2 (118), pp 201-218, 2010.

PÁEZ, J. A. **Democracia y libertad económica en Venezuela: ensayo de historia política y económica**: Ed. Cedice. Caracas, 2009.

PINTO, E. C. **A dinâmica dos recursos naturais no Mercosul na década de 2000: “efeito China”**, estrutura produtiva, comércio e investimento estrangeiro. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PHILLIPS, N. Re-ordering the region? China, Latin America and the Western Hemisphere. **European Review of Latin American and European Studies**, n. 90, p. 89-99, Apr. 2011.

REDLAT, REDE LATINO-AMERICANA DE PESQUISA EM EMPRESAS MULTINACIONAIS. **As relações econômicas e geopolíticas entre a China e a América Latina**: aliança estratégica ou interdependência assimétrica. São Paulo: RedLat, 2010.

RIBEIRO, Valéria Lopes. **A China e a economia mundial**: uma abordagem sobre a ascensão chinesa na segunda metade do século xx. Trabalho de conclusão de curso (Mestre em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2008.

ROCHA, E. R. P. **Ascensão da China na economia global e seus impactos sobre a América Latina**: evolução recente e perspectivas futuras. Trabalho de conclusão de curso (mestre em economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAKAMOTO, C., **Cantão: o paraíso do comércio e da cultura**, 2017. Disponível em: <<https://www.chinalinktrading.com/blog/cantao-o-paraiso-comercio-na-china/>> Acesso em 07 de jul. 2019.

SANTOS, T. **A teoria da dependência**: balanço e perspectiva. Niterói-RJ, 1998

SONG, L.; GARNAUT, R.; FANG, C.; JOHNSTON, L. **China's domestic transformation in a global context**. Australian; Australian National University Press, 2015.

SOUZA, Antônio Renildo Santana. **As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China: as transformações pós-1978**. Trabalho de conclusão de curso (Doutor em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SCHMIDT, A.; NEVES, A.; JUNIOR, C. P.; FERNANDES, J. E.; e CARDOSO, R. B. A nova China: seus homens, a revolução e a vitória. **Revista de Cultura Moderna**. Rio de Janeiro, n. 12, p. 4-17, fev. 1950.

SPENCE, J. **Em Busca da China Moderna**: quatro séculos de história. São Paulo; Companhia das Letras, 2000.

TRATADO de Assunção. **Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. Brasília, 1991.

TOURON, L. S.; TORRE, N.; RODRIGUEZ, J. C. **Estructura economico-social de la colonia**: Ediciones pueblos unidos; Montevideo- Uruguay, 1967.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Tax incentives and foreign direct investment**, ASIT Advisory Studies No. 16. New York and Geneva, 2000.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **China in a globalizing world**. New York and Geneva, 2005.

UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development. **Disponível em:** <<https://unctadstat.unctad.org>>2018.

VILLAGRA, L. R. **Proceso histórico de la economía paraguaya**. Secretaría Nacional de Cultura Asunción- Paraguay, 2012.

WENSLEY, S.; WILSON, S.; KUANG, J. China's energy demand growth and the energy policy trilemma. In: GARNAUT, R.; FANG, C.; SONG, L. (Org). **China: a new model for growth development**. Australia, ANU E Press The Australian National University, 2013, cap. 15.

WOLFFENBUTTEL, A. **O que é? União aduaneira**. IPEA, ED. 32, 2007.

WORLD BANK. World Bank Group, 2019. Disponível em < <https://www.worldbank.org>> Acesso em 2019.

ZAWISLAK, P. A.; FRACASSO, E. M.; TELLO-GAMARRA, J. Intensidade Tecnológica e Capacidade de Inovação de Firms Industriais. *In: XV Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão de Tecnologia - ALTEC 2013*. Porto, 2013.

ZHUOYONG, Chen. **“Urbanization and Spatial Structure: Evolution of Urban System in China”**. Institute of Developing Economies, 2008.